



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Expresso: Um projeto de renovação no fim do Marcelismo

Joana Catarina Vieira da Rosa

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM JORNALISMO

Orientadora:

Prof. Doutora Maria Inácia Rezola
Escola Superior de Comunicação Social

Novembro, 2014

DECLARAÇÃO

Declaro ser autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para a obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 12 de Novembro de 2014

A candidata,

Agradecimentos

Esta dissertação foi apenas possível graças ao apoio e auxílio de várias pessoas a quem não quero deixar de prestar o meu reconhecimento.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Doutora Maria Inácia Rezola, por todo o apoio e motivação que sempre me transmitiu. Sem a sua disponibilidade este trabalho não seria possível.

Um agradecimento especial ao jornalista José Pedro Castanheira pela sua prontidão e partilha de conhecimentos. As suas contribuições foram uma mais-valia para este trabalho.

Aos colaboradores fundadores do jornal *Expresso*, que desde a primeira hora acederam em dar o seu testemunho sobre esta aventura, nomeadamente Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Letria e Luís Ribeiro.

Aos meus pais que, pela sua compreensão e apoio incondicional, sempre me ensinaram a não desistir.

À Sílvia, por estar sempre presente quando é preciso uma irmã e amiga, apoiando e encorajando.

Ao Higinio, pela sua paciência e incentivo, mas sobretudo por me fazer acreditar que todos os sonhos são possíveis.

Aos meus amigos, em especial à Carolina Pereira e Marta Aguiar, por terem tornado este percurso muito mais agradável.

Resumo

Fundado por Francisco Pinto Balsemão a 6 de Janeiro de 1973, num período de total asfixia censória, o *Expresso* rapidamente se transforma numa referência na imprensa portuguesa.

Este projeto mediático foi também uma aventura política, uma vez que permitiu à Ala Liberal prosseguir a sua atividade para além das paredes da Assembleia Nacional.

Derrubada a ditadura, o jornal foi ainda o embrião do Partido Popular Democrático.

Ao longo das suas páginas, o *Expresso* apresentava um conjunto de opiniões objetivas e independentes do poder político, traduzindo-se assim num jornalismo atuante e interveniente.

Este tipo de intervenção e postura nem sempre foi simples. O consulado de Marcelo Caetano, em que o jornal nasceu, foi caracterizado por uma luta em vão para a extensão das liberdades, incluindo a imprensa.

Como um alvo constante da censura (depois renomeado de Exame Prévio), o jornal enfrentou várias dificuldades. De acordo com Francisco Balsemão, “se não fosse o 25 de Abril o *Expresso* teria provavelmente acabado”¹.

Palavras-chave: *Expresso*, Marcelo Caetano, Estado Novo, Imprensa Portuguesa, Liberdade

¹ Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o *Expresso*” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa: *Expresso*, 2009, p. 11

Abstract

Founded by Francisco Pinto Balsemão on January 6th 1973, in a period of total suffocation of censorship, the *Expresso* quickly becomes a reference in the Portuguese press.

This media project was also a political adventure, as it enabled “Ala Liberal” to proceed it’s activity beyond the walls of the National Assembly

Once the dictatorship was overthrow, the newspaper became the embryo of the Democratic People's Party.

Throughout its pages, the *Expresso* had a set of objective and independent opinions, thus leading to an active and intervening journalism.

This type of intervention and posture was not always simple. Marcelo Caetano’s consulate, in which the newspaper is born, was characterized by an unsuccessfully struggle for the extension of freedoms, including the press.

As a constant target of censorship (then renamed Preliminary Exam), the newspaper faced various difficulties. According to Francisco Balsemão, "if it was not for the April 25 the *Expresso* would probably have finished."²

Keywords: *Expresso*, Marcelo Caetano, Estado Novo, Portuguese Press, Freedom

² Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o *Expresso*” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa: *Expresso*, 2009, p. 11

Abreviaturas

AN – Assembleia Nacional

ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa

AP – Associated Press

ANI – Agência Nacional de Informação

ANP – Ação Nacional Popular

BBC – British Broadcasting Corporation

CCT – Contracto Coletivo de Trabalho

CDE – Comissão Democrática Eleitoral

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEM – Comissão Eleitoral Monárquica

CEUD – Comissão Eleitoral da Unidade Democrática

DGS – Direção Geral de Segurança

MFA – Movimento das Forças Armadas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PPD – Partido Popular Democrático

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PSD – Partido Social Democrático

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SNJ – Sindicato Nacional de Jornalistas

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

UN – União Nacional

Índice

DECLARAÇÃO.....	II
Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract.....	V
Abreviaturas.....	VI
Introdução.....	9
1. Imprensa Portuguesa até ao 25 de Abril de 1974	14
1.1. Opinião Pública durante a Ditadura	14
1.2. Panorama do Jornalismo Português.....	19
1.3. Os Jornalistas e a Lei de Imprensa	23
1.4. O Ensino do Jornalismo	26
2. O “Estado Novo” de Marcelo Caetano	30
2.1. Ascensão de um Político	31
2.2. Eleições de 1969.....	33
2.3. A atuação da Ala Liberal.....	36
2.4. O Problema da Guerra.....	41
3. <i>Expresso</i> : um projeto de renovação.....	43
3.1. O nascimento de uma ideia.....	44
3.1.1. Estrutura Empresarial.....	47
3.1.2. Inovações Jornalísticas do <i>Expresso</i>	48
3.1.3. Sondagens	53
3.2. Um vasto grupo de colaboradores	56
3.3. Estrutura Orgânica	62
3.4. O <i>Expresso</i> e a Censura	68
4. Apresentação dos resultados.....	76
4.1. Corpus de análise e metodologia	76
4.2. Organização Temática	77
4.3. Interpretação de dados: temas dominantes nas primeiras páginas	78
Conclusão.....	95
Bibliografia	98
Anexos	101
Anexo 1 - Francisco Pinto Balsemão - 12 de Maio de 2014	101

Anexo 2 - Joaquim Letria - 27 de Março de 2014.....	107
Anexo 3 - José Pedro Castanheira – 27 de Março de 2014.....	111
Anexo 4 - Mestre Luís Ribeiro – 20 de Maio de 2014.....	118
Anexo 5 - João Bosco Mota Amaral – 5 de Maio de 2014	121
Anexo 6 - Grelha de análise: Frequência por categoria e hierarquia	127
Anexo 7 - Estatuto Editorial.....	128
Anexo 8 - Relatório de contas da Sojornal 1973	129

Introdução

Em 1973 nasce um novo título na imprensa portuguesa que constituiria uma aventura mediática e uma experiência revolucionária, não só em termos jornalísticos como também políticos.

A tímida liberalização que Marcelo Caetano tinha ensaiado nos primeiros anos do seu mandato estava agora bloqueada, dando lugar ao impasse e ao recuo em relação às opções essenciais que urgia tomar do domínio político, económico e social. O fator determinante para bloquear a liberalização foi a guerra colonial e a intransigência do regime em conceder a independência, ou em pensar numa solução política para essa guerra.

Desde o ato eleitoral de Outubro de 1969 que uma geração de políticos adeptos de uma liberalização do regime pretendia a renovação a partir do seu interior.

Conhecido por Ala Liberal, este grupo de jovens defendia os direitos consagrados na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que em Portugal não eram reconhecidos. Preconizavam portanto a livre formação de partidos políticos, a liberdade de expressão e de informação, o direito à greve, a formação de sindicatos livres e autónomos.

Apesar das expectativas geradas pela promessa de renovação do regime pouco se tinha alterado em relação ao que fora o Estado Novo Salazarista, nomeadamente no domínio da comunicação social que continuava a ser manipulada.

O então Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, é claramente mais consciente sobre o papel da imprensa na construção da opinião pública do que o seu antecessor. Porém, continua a manter o regime de censura e molda a imprensa e as suas relações com o poder.

As desilusões e a rutura destes jovens liberais com o Governo irão propiciar a constituição de um novo órgão de informação que fica nos anais da história da luta contra a ditadura e da imprensa livre em Portugal.

Estes deputados, que agitavam o mundo político desde a Assembleia Nacional até à imprensa, começam a ganhar peso, sobretudo na comunicação, a partir do *Expresso*. Depois de abandonarem a AN, é neste semanário, que se apresenta com a pretensão de ser uma terceira via política, que os deputados continuam a dar voz às suas ideias.

Deste modo, o *Expresso* foi um projeto editorial, mediático, mas também um projeto político, na medida em que foi uma continuação da ação dos deputados da Ala

Liberal e o embrião do Partido Popular Democrático, que haveria de ser fundado em 6 de Maio de 1974.

Com este estudo propomo-nos a analisar os primeiros dezasseis meses de vida do jornal, isto é, o período de 6 de Janeiro de 1973 a 27 de Abril de 1974, momento que coincide com a reta final do Estado Novo. No entanto, na primeira parte teremos de recuar temporalmente a fim de contextualizar o período em que nasceu o jornal e, sempre que pertinente, poderemos fazer alusões pós Abril de 1974.

O título por nós escolhido – *Expresso: um projeto de renovação no fim do Marcelismo* – procura condensar alguns dos objetivos específicos deste estudo:

- Apresentar e explicar o nascimento do *Expresso* no seu contexto mediático e político;
- Analisar o contexto da época em termos comunicacionais e político-institucionais;
- Apresentar o jornal em termos orgânicos e funcionais, não descurando a sua génese, ou seja, a história do seu nascimento;
- Proceder ao estudo da primeira página do *Expresso* respeitante ao período que medeia entre 6 de Janeiro de 1973 e 27 de Abril de 1974;

Em nossa opinião, a concretização destes objetivos irá permitir-nos compreender até que ponto o jornal contribuiu para a emergência de uma opinião pública crítica ao regime.

Para alcançar estes propósitos socorremo-nos da bibliografia que existe, quer sobre a história institucional e política do período quer sobre a história dos *media*.

Não deixa de ser irónico que, continuando a ser atualmente o *Expresso* o maior semanário de referência em termos nacionais, não exista nenhum estudo aprofundado sobre o mesmo.

De qualquer forma, o jornal tem criado condições para que alguns dos seus colaboradores, nomeadamente José Pedro Castanheira, escrevam sobre o assunto em especial nas datas comemorativas da fundação.

Os fundadores Francisco Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa, João Bosco Mota Amaral, tem também, pontualmente, escrito sobre o assunto. Os seus testemunhos desses momentos iniciais do *Expresso* revelaram-se fundamentais para o nosso trabalho, na medida em que permitiram constatar as dificuldades que o jornal atravessou.

Finalmente, cabe ainda assinalar que muitos dos iniciais colaboradores do jornal continuam vivos, tendo acedido a dar o seu testemunho sobre esta experiência, nomeadamente Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, Joaquim Letria, Luís Ribeiro e José Pedro Castanheira.

Apesar do privilégio que para nós constituiu poder recolher estes depoimentos, o desenvolvimento do nosso estudo deparou-se com algumas dificuldades. Destas destacaríamos o facto de não termos podido aceder aos arquivos do *Expresso* onde esperávamos poder encontrar alguma documentação importante para complementar os dados coligidos através das páginas do jornal.

Estrutura e Bibliografia

O presente trabalho desenvolve-se em torno de cinco pontos. Os primeiros (I e II), são dedicadas ao enquadramento histórico, que optámos por dividir em duas partes. A primeira dedica-se ao estudo do contexto mediático em que o *Expresso nasceu*. A segunda, ao contexto institucional e político.

No primeiro capítulo são abordadas questões como a opinião pública e censura, a caracterização geral da imprensa até ao 25 de Abril de 1974, a lei de imprensa e o ensino do jornalismo em Portugal. Os trabalhos de Ana Cabrera (2006), Fernando Correia e Carla Baptista (2007), José Tengarrinha (1989; 2006), Arons de Carvalho (1999) e de Rosa M. Sobreira (2003) foram de uma importância extrema na compreensão do panorama geral dos *media* nos anos anteriores a 1974.

Ana Cabrera, no seu livro *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, analisa minuciosamente o período marcelista, dando particular atenção a questões como as conceções de imprensa e o papel da informação na construção da sua imagem como Presidente do Conselho. A obra foca ainda a situação dos jornalistas, designadamente em termos de funcionamento da profissão, composição, condições e métodos de trabalho.

Em *Jornalistas: do ofício à profissão*, Fernando Correia e Carla Baptista retratam como os jornalistas foram construindo um território profissional, orientado por valores éticos e humanos, num percurso lento e acidentado.

José Tengarrinha em *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* desenvolve uma ampla e fundamentada reflexão sobre a formação do espaço público mediatizado em Portugal e a sua relação com o desenvolvimento da opinião pública.

O livro *A Censura à imprensa na época marcelista*, de Arons de Carvalho, revela e explica o modo de atuação da censura como mecanismo central dos dispositivos ideológicos e do poder do salazarismo e marcelismo.

Rosa Sobreira, por seu lado, desenvolveu uma ampla e utilíssima investigação sobre a profissionalização dos jornalistas portugueses. Através deste estudo, publicado sob o título *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, é possível perceber como se organizava a atividade jornalística antes do 25 de Abril de 1974.

Já no segundo capítulo, relativo à governação de Marcelo Caetano, apresentamos algumas reflexões sobre a posição do então Presidente do Conselho perante a problemática da censura e da lei de imprensa, dando especial destaque à atuação da Ala Liberal.

Apesar de ser uma etapa determinante da história recente de Portugal, o marcelismo é um período que ainda carece de alguns estudos.

De qualquer forma, historiadores como António Reis (1989), Vasco Pulido Valente (2002), Fernando Rosas (2004), e Irene Pimentel (2013), produziram já trabalhos que nos permitem conhecer melhor a época, de modo a compreender os dilemas com que o regime se debateu e os motivos que conduziram ao seu fim.

Em “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime” António Reis traça um retrato sintético, mas bastante bem conseguido, do que foi o consulado marcelista, seus êxitos e fracassos. Um estudo introdutório, fundamental para quem se inicia no período.

De carácter biográfico, a obra de Vasco Pulido Valente, *As Desventuras da Razão*, apresenta-nos o então Presidente do Conselho como um intelectual na política e como uma espécie de “herói perdedor”, que não teve coragem de enfrentar os conservadores do regime, anulando desta feita os ultras e prescindindo de Américo Tomás.

Em *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo*, Fernando Rosas procura responder a diversas questões, dando particular atenção aos motivos do fracasso da experiência marcelista, e aos fatores que originaram o bloqueio e a falência do projeto reformista do novo presidente do Conselho.

Finalmente uma referência ao magistral trabalho desenvolvido por Irene Pimentel em *História da Oposição à Ditadura (1926-1974)*. O capítulo que a autora dedica ao

Marcelismo (“O marcelismo no beco sem saída – 1969-1974”) fornece elementos fundamentais para a compreensão das oposições e dos últimos dias do regime.

A caracterização deste período fica ainda mais completa com alguns dos estudos biográficos existentes sobre o então Presidente do Conselho, nomeadamente Manuela Goucha Soares, Joaquim Vieira e, mais recentemente, José Manuel Tavares Castilho.

Em *Marcello Caetano: O Homem que perdeu a Fé*, Goucha Soares procura dar uma visão da figura do Presidente do Conselho, não apenas como político, mas também como homem de família e professor, abordando aspetos menos conhecidos sobre a sua origem modesta, católica e monárquica.

A obra *Marcello Caetano: uma biografia política*, de José Manuel Tavares Castilho, explora o pensamento político do último chefe do Governo da ditadura, de modo a avaliar a coerência entre os princípios que preconizava e a sua prática governativa. Joaquim Vieira, em *Fotobiografias século XX – Marcello Caetano*, traça o perfil do homem que desde cedo colaborou com Salazar, no exercício de vários cargos.

A par dos títulos já enunciados socorremo-nos ainda dos escritos do próprio Marcelo Caetano que deixou as suas memórias registadas em obras como *Mandato Indeclinável*, *As grandes Opções*, *Depoimento* e *Minhas Memórias de Salazar*.

O terceiro capítulo é dedicado à história e nascimento do *Expresso*, procurando apresentar este projeto mediático e político, em termos de funcionamento e de orgânica.

A quarta parte deste trabalho é dedicada à análise da primeira página do semanário, de modo a compreender de que forma, e apesar da ação da censura, o jornal se expressa e qual a mensagem que procura veicular. Para esse efeito procedemos ao levantamento de todas as notícias apresentadas na primeira página do jornal, no período compreendido entre 6 de Janeiro de 1973 e 27 de Abril de 1974. Num segundo momento, adotando como metodologia a análise de conteúdo, estabelecemos uma grelha de análise que nos permitiu organizar a informação recolhida de acordo com as categorias temáticas definidas, a saber: Política, Economia, Sociedade, Educação, Saúde, Justiça, Cultura, Internacional, Desporto e Religião.

A finalizar pretendemos refletir sobre se o *Expresso* conseguiu lançar, ou não, uma semente de liberdade e esperança que contribuiu para a democratização do País.

1. Imprensa Portuguesa até ao 25 de Abril de 1974

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a ditadura que dominava o país há 40 anos. Para trás, ficava quase meio século de repressão, de ausência de liberdades e repressão, de que a comunicação social foi uma das principais vítimas.

Tudo isto resultou num jornalismo pobre, com o desprestígio da própria profissão, bem patente na ausência de formação específica e na inexistência de leis que regulamentassem a ocupação.

1.1. Opinião Pública durante a Ditadura

Com a instauração do Estado Novo, opera-se uma alteração do conceito de opinião pública. A ideia de um espaço de opinião onde livremente se confrontam ideias é superada pela conceção de um “bloco da opinião nacional”, ao serviço dos interesses dos governantes, com o objetivo de forjar o “espírito nacional”.

Para esse efeito, impunha-se a necessidade de não apenas silenciar as vozes discordantes como também construir uma imagem favorável do regime.

É sob a égide de Salazar que, entre 1933 e 1943, se dá o período mais bem-sucedido da doutrinação do regime, em que a sua preocupação central é a formação de uma opinião pública que constituísse o motor de um apoio ativo, isto é, que fosse o “elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum”³.

Assim, a Constituição de 1933 assumia no art. 20º, a opinião pública como elemento fundamental da política da administração do País. Consagrava a “liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”⁴, mas determinava que esta seria regulada por “leis especiais”, que pretendiam regular “o exercício da liberdade de expressão de pensamento, do ensino, de reunião e de associação devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou

³ Artigo 20º da *Constituição Política da República Portuguesa* cit. in Cabrera, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 27

⁴ Artigo 8º da *Constituição Política da República Portuguesa* cit. in Cabrera, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 27

repressivamente a preservação da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos (...)”⁵. Esta determinação leva à criação de meios e instrumentos de intervenção adequados tendo em vista a constituição de uma opinião pública “nacional”: a censura prévia e o SPN.

Em finais de 1932, em entrevista a António Ferro, Oliveira Salazar deixara patente a sua posição relativamente à censura prévia à imprensa ao afirmar que “O jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos”⁶.

Institucionalizado o regime, a censura passa a ser encarada como arma política, fundamental para a defesa da opinião pública. De acordo com o decreto-lei 22469, de 11 de Abril de 1933, a censura teria por fim “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social”, devendo “ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”⁷.

Este decreto, publicado no mesmo *Diário do Governo* que promulga a nova Constituição, é pouco específico relativamente aos critérios censórios, deixando assim uma ampla margem de manobra aos censores. Legislação posterior, como o decreto-lei 23203, de 6 de Novembro de 1933, complementará estas determinações.

Além dos temas passíveis de serem censurados, o regime faz depender a fundação de novas publicações de prova da idoneidade moral dos seus responsáveis (DL 26589, 14 de Maio de 1936).

Como forma de criar uma opinião pública favorável, e de centralizar e organizar o sistema de propaganda, o Estado Novo criou também o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) (Decreto-Lei 23054 de 25 de Setembro de 1933).

Este organismo, diretamente vinculado à Presidência do Conselho, pretendia “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”, bem como divulgar “o espírito de unidade que preside à obra realizada pelo Estado Novo”, visando assim o apoio da sociedade portuguesa em torno dos ideais do regime. Ou seja, o SPN apresentava-se com dois objetivos centrais: o de criar uma opinião pública ao serviço do regime e o de organizar a sua propaganda.

⁵ Artigo 20º, § 2º da *Constituição Política da República Portuguesa* cit. in Cabrera, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 27

⁶ Ferro, António, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa: Livraria Editora, 2003, p. 33

⁷ Artigo 3º, Decreto-Lei 22469 de 11 de Abril de 1933

António Ferro⁸, dirigente do SPN desde 26 de Outubro de 1933, pretendia criar uma imagem do regime, quer no interior como no exterior do país, que ajudasse à sua legitimação. Para esse efeito procurou regulamentar as relações da imprensa com os poderes do Estado, empenhou-se numa intensa atividade editorial de cariz propagandístico, utilizou a rádio, o cinema e o teatro, como meios indispensáveis à realização da sua ação.

Porém, o fim da II Guerra Mundial e a necessidade do regime se adaptar à nova conjuntura leva a que, a partir de 23 de Fevereiro de 1944, o SPN adote a designação de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), ficando na dependência direta do Presidente do Conselho.

O surgimento deste novo organismo, que pretende mostrar o regime como herdeiro da cultura portuguesa, permite a Salazar reforçar a sua direção sobre os serviços de censura.

Contudo, o final da década de 1940 revelar-se-ia desfavorável ao percurso de afirmação otimista do regime que, a partir de então, se mostra cada vez mais defensivo e inseguro, apresentando-se numa atitude negativa no seu relacionamento com a informação.

Começa ainda a evidenciar crescentes limitações na sua capacidade de alcançar o objetivo central a que se propusera inicialmente, o de formar um “bloco de opinião nacional”. A partir de então necessidade de dar maior eficácia aos mecanismos repressivos torna-se prioritária.

A queda política de Salazar e a sua substituição por Marcelo Caetano, em 26 de Outubro de 1968, gerou uma enorme expectativa. Na sua primeira comunicação ao País, o novo chefe do governo deixa antever alguma intenção liberalizante ao afirmar que a sua preocupação imediata era assegurar a “continuidade” e que essa continuidade implicava “uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação. A fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Doutor Salazar não deve confundir-se com o apego

⁸ António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956) é um dos mais importantes nomes da cultura do Estado Novo. Jornalista, escritor e literato talentoso envolve-se, desde cedo, na política. Adepto de um Estado Intervencionista e dos regimes autoritários que, a partir da década de 1920 começam a proliferar por toda a Europa, a sua visibilidade e prestígio como jornalista-político atinge o auge ao publicar, em 1932, no *Diário de Notícias*, as suas entrevistas com Salazar. Nesse mesmo ano sugere a Salazar a criação de um organismo de propaganda do regime, o SPN, que dirigiu até 1949. Foi ainda presidente do SNJ até 1937.

obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja adotado”⁹. No entanto, as primeiras disposições sobre a censura são em sentido diverso.

A 14 de Outubro de 1968 são fixadas novas “Normas a observar pela Direção dos Serviços de Censura”¹⁰, diretamente emanadas da Presidência do Conselho, que no essencial em nada diferia das habituais sobre a defesa da ordem política e social do país.

As novas normas recomendavam especial atenção a tudo o que colocasse em causa o regime, chamando a atenção dos censores para tudo quanto se relacionasse com reivindicações académicas e salariais. Determinava também a proibição de escritos que atingissem o ex-Presidente do Conselho e a sua obra, e revelava ainda uma maior intransigência para tudo o que dissesse respeito à soberania portuguesa em África e à guerra colonial. Da mesma forma determinava o corte de todos os textos que procurassem “criar um clima de agitação social (...) nomeadamente através da divulgação das doutrinas marxistas ou de propaganda das atividades comunistas”¹¹.

O programa governativo de Marcelo Caetano, condensado na fórmula “evolução na continuidade”, permitiu criar uma expectativa de abertura política, nomeadamente na área da informação. Notou-se, durante este período, um ligeiro abrandamento da censura, em especial no noticiário internacional e em temas como a educação e a vida sindical, bem como de atividades pontuais da Oposição, com o intuito de criar uma imagem favorável no estrangeiro.

A experiência adquirida durante os tempos da juventude¹² e o período em que exerceu funções de ministro da Presidência (1955-1958), coordenando o SNI, permitiram a Marcelo Caetano um vasto conhecimento da imprensa.

Assim, ao assumir a Presidência do Conselho a estratégia de informação marcelista, especialmente destinada aos jornais e televisão, assentava em três pontos primordiais: apresentar-se à imprensa como uma figura diferente de Salazar, procurar afirmar uma nova relação com os jornalistas e construir uma política com maior visibilidade para os órgãos de informação. De acordo com Ana Cabrera a imprensa escrita seria o grande intermediário deste plano, a estrutura que possibilitaria, com rapidez e eficiência, fazê-lo

⁹ Caetano, Marcello, *Princípios e Definições: Textos de 1936 a 1967*, Lisboa: Edições Panorama, 1969, p. 165.

¹⁰ In *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o fascismo, 1980, pp. 214-215.

¹¹ “Normas a observar pela Direção dos Serviços de Censura”, de 14 de Outubro de 1968. In *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o fascismo, 1980, pp. 214-215.

¹² Marcelo Caetano desempenhou, a partir de 1925, uma atividade jornalística na revista *Nação Portuguesa*, em a *Ordem Nova*, a *Ideia Nacional*, a *Voz* e no *Jornal do Comércio e das Colónias*.

emergir e tornar acessível e aceitável o homem e a sua política¹³. Assim, pela primeira vez na história do Estado Novo, a imagem que é transmitida de um governante na imprensa corresponde a um homem ativo, coloquial e sedutor, conseguindo deste modo cativar a opinião pública. Uma das iniciativas públicas que maior destaque recebeu na imprensa foi a sua visita a África em Abril de 1969, sendo a primeira de um chefe de governo português durante o Estado Novo.

Porém, mais importante na sua estratégia de utilização dos meios de comunicação social revelou-se a eficaz instrumentalização da recém-criada televisão. A Radiotelevisão Portuguesa, órgão do Governo, que havia iniciado transmissões regulares a partir de Março de 1957, foi utilizada por Marcelo Caetano como aparelho ideológico e arma política, tendo recolhido opiniões favoráveis, pelo menos até ao início dos anos de 1970¹⁴.

Em Janeiro de 1969, Marcelo Caetano inicia as suas *Conversas em Família*, um programa televisivo que lhe permitiu apresentar-se aos portugueses sem formalismos. Inspirando-se no modelo utilizado por Franklin Roosevelt durante a Grande Depressão – as “conversas ao lado da lareira” – Caetano procura assim um meio de comunicação direto com o público, que lhe possibilitava informá-lo dos problemas do Governo e dos motivos que o levaram a tomar determinadas soluções.

Apesar de ter sido um êxito, a imprensa mostrou-se de início reticente com o tom coloquial adotado por Marcelo Caetano.

A esse respeito, Caetano recorda no seu *Depoimento* a importância desta iniciativa dizendo que “aquelas conversas seriam ouvidas, só na Metrópole, por cerca de três milhões de pessoas e se eu queria ser entendido por essa massa e gente não podia falar-lhes em linguagem de bacharéis: antes tinha de ser muito mais acessível em quanto dissesse”¹⁵.

Maior simpatia recebeu ainda quando em Março de 1969 anunciou pretender publicar uma Lei de Imprensa, deixando transparecer a ideia de que preferia uma legislação baseada na repressão administrativa e judicial em detrimento do regime de censura prévia.

Para Marcelo Caetano cabia ao Estado o papel de esclarecimento da opinião pública surgindo portanto a censura como forma de defendê-la. Na sua opinião, depois de 42 anos de regime de censura prévia, “nem jornalistas, nem empresas editoriais, nem Governo,

¹³ Cabrera, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 65

¹⁴ Francisco Rui Cádima na sua obra *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, analisa a história da televisão durante o Salazarismo e o Marcelismo, dissecando as respetivas relações com este meio de comunicação

¹⁵ Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 54

nem público, estão preparados para um regime de responsabilidade perante os tribunais”¹⁶.

Durante estes anos iniciais a opinião pública foi de facto favorável a Marcelo Caetano e à sua governação. Porém, a partir de 1970 entraríamos numa nova fase, na qual se acentuaria a indefinição e ambiguidade do seu governo.

Assim, a expectativa liberalizante de 1969 acabou por se traduzir em frustração, ao manter todos os esquemas controladores do regime, aos quais apenas se alterou a designação. A censura passou a designar-se Exame Prévio e os próprios carimbos dos censores mudaram. O que antes era “autorizado com cortes” passou a ser “autorizado parcialmente” e “suspenso” passou a ser “demorado”.

A própria Lei de Imprensa do Governo, Lei 5/71 de 5 de Novembro, que analisaremos mais à frente, promulgada em 1971 e regulamentada no ano seguinte, em nada tinha que ver com liberdade de imprensa. Continuava a vigorar na legislação o regime de Exame Prévio, desta feita justificado pelas circunstâncias da guerra colonial.

A imprensa sofreu então um processo de estagnação e de fraco desenvolvimento da classe, em grande parte devido à atuação interventiva do Estado.

Assim, não alteraram a relação dominante no Estado Novo entre o poder político e a imprensa, constituíram apenas insignificantes melhorias numa situação condicionada pela guerra colonial que, em nome da defesa da integridade do território nacional, justificava uma atitude fortemente repressiva contra tudo o que se opusesse à política do Governo.

1.2. Panorama do Jornalismo Português

De acordo com Rosa Sobreira, o Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) considerava como profissionais, em 1934, todos quanto mantivessem uma atividade remunerada e continuada nas publicações periódicas.

Fundada a 24 de Fevereiro desse mesmo ano, pela mão de António Ferro, Jorge de Faria e Artur Maciel, esta instituição defendia os direitos e interesses dos jornalistas e da imprensa portuguesa. Abrangia todo o território nacional, podendo ainda ser instituídas secções representativas do Sindicato nos distritos e colónias portuguesas.

¹⁶ Cabrera, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 97

Foi também em 1934 que se instituiu pela primeira vez a Carteira de Identidade de Jornalista, atribuindo-a a todos os que fizessem da profissão uma atividade dominante. Entre 1934 e 1941, a atribuição da categoria profissional baseava-se no trabalho realizado pelos jornalistas, independentemente da periodicidade da publicação.

Com a alteração dos estatutos em 1941 o título de reconhecimento dos jornalistas passa a designar-se por Carteira Profissional de Jornalistas, englobando todos os indivíduos que mantivessem a atividade profissional, de forma continuada, em jornais diários. A partir de então a atribuição da categoria profissional de jornalista fundamenta-se na regularidade do trabalho e no cargo ocupado dentro da empresa jornalística.

A dificuldade na classificação de quem eram os jornalistas nunca permitiu contabilizá-los na sua totalidade. Estima-se que em 1940 devia existir à volta de 280 jornalistas, segundo os dados apurados pela declaração de rendimentos¹⁷.

A evolução do número de jornalistas em Portugal foi lenta, sendo que entre 1950 e 1970, entravam na profissão dezasseis jornalistas por ano, resultando num envelhecimento e estagnação da classe. Segundo o estudo de Sobreira, os profissionais eram na sua maioria homens e residentes na área metropolitana de Lisboa.

Uma das principais preocupações do SNJ dizia respeito à concretização de um Contracto Coletivo de Trabalho (CCT), que viria a ser assinado em 1951, entre o respetivo Sindicato e o Grémio Nacional da Imprensa, entidade representante dos jornais diários portugueses. Este acordo permitia regulamentar questões relativas aos ordenados, ao horário de trabalho, férias, hierarquia profissional e a própria admissão ao trabalho.

As precárias condições materiais foram, desde o final do século XIX, uma das maiores preocupações da classe, que revelava insatisfação face “aos baixos vencimentos pagos pelas empresas, à ausência de regras nas relações de trabalho e à inexistência de um sistema de previdência eficaz”¹⁸.

De facto, durante todo o período em que durou o Estado Novo o protesto sobre os baixos salários foi uma constante dentro da classe jornalística.

A tabela salarial publicada em 1943 foi alterada apenas cinco vezes durante todo o regime (1951, 1956, 1966, 1971 e 1974), sendo que ao longo de quase três décadas de reivindicação os jornalistas não conseguiam sequer equiparar-se aos funcionários públicos: “Segundo dados do SNJ, um funcionário público da categoria A tinha obtido os

¹⁷ Sobreira, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 20

¹⁸ Idem, p. 58

seguintes aumentos salariais: em 1958 – 11.000\$00, em 1966 – 13.200\$00, em 1971 – 16.000\$00”¹⁹. Comparando o vencimento de um chefe de redação ao de um funcionário público, durante o mesmo período, a diferença é significativa. Assim, um chefe de redação auferia em 1958 – 4.800\$00, em 1966 – 6.500\$00 e em 1971 – 9.700\$00.

A acumulação de emprego tornou-se então uma prática recorrente. O facto de trabalharem em mais de um órgão de imprensa era facilitado pelo facto de existirem matutinos e vespertinos. Joaquim Letria, por exemplo, afirma que “houve uma fase em que por necessidade, trabalhava de manhã no *Diário de Lisboa* (...), [à tarde] entrava na *Associated Press*, e das sete às duas da manhã trabalhava na *Rádio Clube Português*”²⁰.

Neste período as formas de acesso à redação derivavam sempre da existência de contactos, entre os aspirantes a jornalista e as pessoas que já lá trabalhavam. Daí que a renovação dos quadros se tenha processado de forma lenta.

Desde 1951, com a assinatura do CCT, a entrada na redação passa a depender da idade mínima do candidato (dezoito anos) e da sua admissão ficar condicionada por um período de dois meses.

A principal alteração com a revisão de 1966 diz respeito às habilitações mínimas de acesso, que passam a ser o 2º ciclo de liceus, ficando ainda condicionados à aceitação por parte do SNJ.

Em 1971, a idade mantinha-se nos dezoito anos, as habilitações pretendidas sobem para o 3º ciclo dos liceus e, no caso de serem recusados pelo Sindicato, abria-se a possibilidade de recurso à Corporação da Imprensa e das Artes Gráficas.

Relativamente ao horário de trabalho este fixava-se em 1943 nas 36 horas semanais, seis horas diárias com um piquete por semana, sendo estas horas descontadas no dia seguinte.

As alterações efetuadas durante as revisões do CCT dos anos seguintes foram introduzindo mudanças significativas na profissão. Em 1951 os jornalistas passaram a ter direito a um dia de descanso semanal e, em 1966, assegurou-se que o dia de piquete seria pago como trabalho extraordinário.

Com o CCT de 1971 os jornalistas deixaram de poder trabalhar em duas atividades ao mesmo tempo, quer fosse na área, ou não. Incluíram ainda uma folga, de sete em sete semanas, para quem não descansasse ao domingo.

¹⁹ Sobreira, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 63

²⁰ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

Apesar de todas estas alterações que ocorreram no campo das condições materiais, não podemos esquecer que a atividade jornalística foi, durante todo este período, marcada pela pesada interferência da censura.

Numa caracterização da sala de redação durante os anos de 1950, Correia e Baptista asseguram que esta era “muito incipiente, tanto pela insuficiência do número de jornalistas e dos meios técnicos disponíveis, como pelas debilidades organizativas, particularmente visíveis na ausência de secções estruturadas e de uma adequada planificação das edições”²¹.

Contudo, a partir do final dos anos de 1950 haverá uma importante renovação na imprensa, talvez em grande parte por culpa da introdução da televisão em Portugal que obriga a que a imprensa recorra a formas inovadoras de produzir informação.

Também neste período o surgimento de novos empresários mais voltados para a modernização constituíram uma mudança nas empresas e nas redações. De realçar o papel de Francisco Pinto Balsemão, no *Diário Popular*, Ruella Ramos, no *Diário de Lisboa*, e Eugénio Martins, em *O Século*.

O crescimento económico da década de 1960 permitiu aumentar a publicidade nos jornais, quer em quantidade como em qualidade, passando também a entrevista e a reportagem a ganhar terreno face ao artigo.

Com a evolução tecnológica as redações foram ainda equipadas com o gravador portátil, o *telex* e a máquina de escrever.

A principal renovação da imprensa dá-se na Sociedade Nacional de Tipografia, equipada a partir de 1966 com um sistema de composição a frio, com impressão *offset* e com uma máquina de seleção automática de cor e encadernação.

Estas inovações permitiram um alargamento das redações, onde passaram a figurar jornalistas mais jovens e sobretudo um aumento do número de mulheres.

Outro fenómeno característico da década de 1960 é a uma aquisição das empresas jornalísticas por parte dos grandes grupos económicos, que até então eram pertença das empresas familiares. Estes novos proprietários veem os jornais como uma possibilidade de alargar a sua área de negócio, de adquirir prestígio e de alargar o seu campo de influência social e política. De acordo com Palla, este contexto de forte concentração ocorre quando “a crise petrolífera começa a fazer subir em flecha os preços das matérias-

²¹ Correia, Fernando; Baptista, Carla, *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa: Editorial Caminho, 2007, p. 56

primas e dos transportes, quando se avolumam as dificuldades financeiras da imprensa e quando o marcelismo abre o campo ao jogo de diferentes grupos económicos”²².

É igualmente durante esta fase que se assiste à emergência de uma nova geração de jornalistas. Jovens, recém-saídos das universidades, com experiência de participação nos movimentos associativos, com forte consciência política e uma nova conceção do jornalismo.

De referir ainda que durante todo este percurso faltou um *Código Deontológico* que ajudasse a regular a atividade, sendo no entanto, a ética e a deontologia, temas que sempre mereceram a reflexão e o debate dos jornalistas portugueses. A aprovação do primeiro *Código Deontológico do Jornalismo Português* só viria a ser possível em Setembro de 1976, tal como a formação de uma Ordem, que pretendia definir um conjunto de normas deontológicas que regimentassem a profissão.

Assim, e de forma sucinta, podemos caracterizar a imprensa antes da década de 1950 como sendo precária, pouco atrativa e com falta de qualidade. A partir de então, os fatores internos e externos à profissão que se foram introduzindo possibilitaram uma nova dinâmica na prática jornalística.

Contudo, ao nível da expressão e dos conteúdos, o jornalismo português viu a sua ação condicionada pela censura, imposta pela Ditadura.

1.3. Os Jornalistas e a Lei de Imprensa

A I República Portuguesa simbolizou um período de liberdade de imprensa. De acordo com o Decreto de Lei de 28 de Outubro de 1910, a imprensa passou a poder exercer-se de forma livre, independente de caução, censura ou autorização prévia, sendo portanto até 1926 a única Lei de Imprensa em Portugal.

Apesar de esta ser uma época de ouro da liberdade de imprensa em Portugal, cumpre assinalar que a participação de Portugal na I Guerra Mundial obrigou a uma restrição das liberdades, contempladas no Decreto nº 2270 de 12 de Março de 1916.

Assegurava-se assim que, enquanto durasse o estado de guerra, ficavam sujeitos à censura preventiva os periódicos e outros impressos, os escritos ou desenhos de qualquer

²² Palla, Maria Antónia, *A renovação da imprensa, apesar da censura*, in Portugal Contemporâneo, Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 213

modo publicados. Esta medida pretendia evitar a publicação de tudo o que fosse passível de alarmar o espírito público, ou de causar prejuízo ao Estado.

Com o fim do conflito bélico as liberdades previstas em 1910 voltariam a ser repostas.

O regime de censura prévia seria instituído no contexto da Ditadura Militar, sendo que a 24 de Junho de 1926 os jornais começam a publicar com a informação «Visado pela Comissão de Censura».

Durante o período Salazarista a censura à imprensa ganhou uma nova dinâmica, sobretudo a partir da entrada em vigor do novo texto Constitucional a 11 de Abril de 1933. O documento pretendia legitimar um regime político-constitucional de contornos autoritários, estando na base da sua formação a ideia de reestruturação da sociedade, com uma política que superasse o liberalismo, o parlamentarismo e o partidarismo.

Relativamente à imprensa, como referimos noutra parte deste estudo, o texto constitucional institui a “liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma” (art.º 8), mas determina de imediato limites a essa liberdade ao determinar a publicação de leis especiais. Pretendia-se assim, de acordo com as leis estabelecidas, regular a liberdade de forma a impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública e a salvaguardar a integridade moral dos cidadãos. O documento previa ainda a existência de censura sobre todas as publicações que versassem assuntos de carácter político ou social.

A revisão constitucional de 1959 voltou a gerar expectativa sobre a publicação de uma Lei de Imprensa. Contudo, esta não se concretizou.

O carácter facultativo e ilimitado da censura, que constituía sérias dificuldades aos profissionais da imprensa, levou um grupo de jornalistas a denunciar junto do Presidente da República, Américo Tomás, a necessidade de se criar uma lei. Pretendiam que, através desta, os jornais pudessem prestar um contributo válido à resolução dos problemas nacionais.

Com a substituição política de Salazar por Marcelo Caetano tudo indicava que estivessem reunidas as condições para a mudança, uma vez que o novo Presidente do Conselho manifestou interesse na restauração de algumas liberdades.

O fim da censura era, entre a classe jornalística, inevitável face às expectativas criadas na mudança de Presidência. Daí que muitos jornalistas se tenham unido na manifestação ativa sobre esta questão. De entre as várias diligências levadas a cabo, destaque para o abaixo-assinado, subscrito por 171 jornalistas, das redações de Lisboa e do Porto, que, em Maio de 1969, solicitou à direção do SNJ uma assembleia-geral

extraordinária a fim de que a classe pudesse debater a sua posição face à atual Lei de Imprensa.

Obrigado a agir perante esta iniciativa, o Presidente do SNJ designa uma comissão com o objetivo de reunir os elementos necessários a uma tomada de posição do grupo. Essa comissão era constituída por José Carlos Vasconcelos, presidente e jornalista do *Diário de Lisboa*, João Arnaldo Maia, jornalista d' *O Comércio do Porto*, Adelino Cardoso e José Manuel Rodrigues da Silva, do *Diário Popular* e Manuel Marques Alves, do *Novidades*.

O projeto de Lei de Imprensa, elaborado pela comissão, ficou concluído no fim de 1969, tendo a sua aprovação acontecido em Janeiro de 1970. Nele figuravam as bases que os jornalistas defendiam para a futura Lei de Imprensa, nomeadamente a liberdade de expressão, a autonomia dos jornais face ao poder económico, as relações entre os jornais e empresas e ainda a liberdade de informação. Estava assim definida a posição dos jornalistas portugueses em relação a esta questão, deixando patente a sua rejeição à censura e defesa da liberdade de expressão e de pensamento.

A questão de Lei de Imprensa merecerá ainda a atenção de um grupo de deputados da AN, como aprofundaremos noutra parte deste estudo, e do próprio Governo.

Relativamente ao projeto defendido pelos deputados, este acaba por coincidir, nas suas linhas gerais, com o do SNJ. Esta coincidência de posições leva o Sindicato a desistir do seu esboço por considerar que o dos deputados da Ala Liberal tinha maiores possibilidades de vir a ser aceite.

Contudo, este projeto seria inviabilizado pelos deputados afetos ao regime, não chegando sequer a ser discutido em plenário.

A proposta de lei do Governo (nº 13/X), só viria a ser apresentada em Dezembro de 1970, recebendo desde logo a discordância do SNJ.

No essencial, a Lei de Imprensa que o Governo acabou por fazer aprovar na Assembleia, praticamente só mudou a designação de “censura prévia” para “exame prévio”. Assim, as expectativas de abertura política que Marcelo Caetano tão bem soube criar, em particular na área da informação, desvanecem-se.

A proposta do Governo, promulgada a 5 de Novembro de 1971 (Lei n.º 5/71), entrou em funcionamento no início do ano seguinte, mas, no essencial, continuava a prever o regime de censura prévia. Essa, apesar das inúmeras tentativas, foi somente alcançada depois do 25 de Abril de 1974.

1.4. O Ensino do Jornalismo

A industrialização da imprensa e a constituição do jornalismo como profissão autónoma permitiram que desde o século XIX surgisse, um pouco por todo o mundo, a preocupação com o ensino do jornalismo.

Pioneiros na formação dos jornalistas, os Estados Unidos da América formalizaram em 1869, no Washington College, em Lexington, Virgínia, a primeira experiência universitária.

Na Europa, os primeiros passos foram dados no início do século XX, sobretudo entre as duas grandes guerras, com a Alemanha a tomar a dianteira do que se havia de padronizar por todo o continente.

Somente em 1979 é que Portugal apresenta o seu primeiro curso superior em jornalismo, sendo portanto o último país da Europa a fazê-lo. Porém, esta questão há muito que vinha sendo debatida, tendo-se inclusive já feito várias tentativas nos anos anteriores.

O regime do Estado Novo nunca demonstrou interesse em criar as condições necessárias para o ensino do jornalismo em Portugal, por temer o aumento de conhecimento por parte daqueles que tinham a missão de informar.

Em 1926, o Sindicato de Trabalhadores da Imprensa de Lisboa assume a primeira iniciativa de criar uma Escola Superior de Jornalismo. Contudo, por não se acreditar na formação de jornalistas o projeto não avançou. Neste período as habilitações do candidato não eram referência na escolha do pessoal para a redação. O recrutamento era feito “com base em recomendações pessoais e na capacidade do candidato mostrar «ter boa pinta», ou seja causar boa impressão”²³.

Outra iniciativa seria desencadeada no início da década de 1940, pelo então recém-criado SNJ. Assim, é entregue em 1941 ao subsecretário de Estado da Educação Nacional, o projeto de um Curso de Formação Jornalística, para que fosse encaminhado para o Ministro da tutela, Mário de Figueiredo. Com ele pretendia-se a “valorização profissional dos jornalistas e o elevar o seu nível cultural até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa”²⁴.

O projeto teria a duração de dois anos, funcionando entre os meses de Dezembro e Maio. Pretendia-se, através do ensino teórico e prático, preparar os candidatos para o

²³ Sobreira, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 147

²⁴ Idem, p. 148

exercício da profissão. Do plano de estudos faziam parte as seguintes disciplinas: Formação Profissional do Jornalista; Legislação da Imprensa; História Geral da Imprensa; Formação e Evolução do Jornalismo Profissional em Portugal; Educação Política e História do Jornalista; Estados Modernos e o Direito Internacional Público e Grandes Problemas Económicos Atuais.

Este plano destinava-se a alunos de nacionalidade portuguesa, que possuíssem habilitações mínimas equivalentes ao 9º ano ou que exercessem a atividade há mais de um. Prevendo um total de trinta participantes por edição, o ensino seria complementado com visitas de estudo às redações e oficinas gráficas dos jornais. Contudo, o projeto acabou uma vez mais por não se concretizar, porque na mentalidade dos próprios jornalistas permanecia a ideia de que o jornalismo não era uma profissão que dependesse de uma preparação académica.

A questão do ensino do jornalismo foi uma constante ao longo dos anos e, durante a década de 1950, manteve-se a opinião de que o exercício da profissão dependia meramente de uma forte vocação e de qualidades naturais. Agora, “a falta de preparação e de formação dos profissionais passava a ser vista como um dos principais motivos do subdesenvolvimento e ausência de espírito de iniciativa da imprensa portuguesa”²⁵.

Na década seguinte a preocupação com esta questão intensificou-se, tomando-se consciência de que apenas a vocação não bastava para fazer frente às exigências de uma imprensa moderna. É neste contexto que, em 1962 o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina organizaria um curso de formação para jornalistas. Sob a forma de palestras, foi o primeiro do género em Portugal.

Foram então abordados temas como Técnicas de Edição e Preparação de Jornais; Órgãos de Opinião e Órgãos de Informação; Ética e Responsabilidade no Jornalismo; Tendências Atuais da Imprensa; Imprensa Científica; Responsabilidade do Jornalismo Infantil; Métodos e Problemas do Jornalismo Desportivo; Técnicas do Jornalismo Falado; Algumas Considerações sobre o Regime Jurídico da Imprensa e Jornalismo e os Modernos Meios Audiovisuais.

Quatro anos mais tarde, em 1966, o reconhecimento das inúmeras lacunas na preparação técnica e teórica dos aspirantes a jornalistas, levaram a que numa iniciativa do vespertino *Diário Popular*²⁶, fosse lecionado um Curso de Iniciação Jornalística.

²⁵ Sobreira, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 153

²⁶ Foi um jornal de grande tiragem, publicado em Lisboa, entre 22 de Setembro de 1942 e 28 de Setembro de 1991, que tinha como grande objetivo avivar a consciência nacional.

Ministrado por Francisco Pinto Balsemão, o curso desenvolveu-se entre os meses de Abril e Maio e tinha como principal objetivo recrutar jornalistas.

Numa nota do jornal lia-se a esse respeito que o curso resultava do crescimento do jornal, afirmando ainda que a iniciativa “veio abrir perspectivas novas a muitos jovens que se sentiam inclinados pela profissão jornalística, veio sobretudo lançar a ideia de uma atividade diferente para homens e mulheres de formação universitária”²⁷.

O curso destinava-se a candidatos com menos de 30 anos, com o 7º ano do liceu e que soubessem uma ou mais línguas estrangeiras, para além de poderem assistir a todas as aulas. No fim do curso os quatro melhores classificados foram admitidos na redação do jornal.

Em 1968 o SNJ promoveu o I Curso de Jornalismo que contou com a participação de cerca de 200 inscritos.

De acordo com Sobreira, apesar de não possuir um carácter universitário, este curso “constituiu um primeiro passo para a oficialização dum nível de habilitações literárias e técnicas exigidas aos futuros jornalistas do nosso país”²⁸.

Apesar destas iniciativas pontuais, que possuíam uma componente mais profissional do que académica, Portugal mantinha-se no início da década de 1970 sem uma formação universitária em Jornalismo, até que por fim se tomou consciência desta preparação.

A partir de 1970 o SNJ encetou medidas concretas para que os candidatos a jornalistas fossem submetidos a uma formação académica, passando o acesso à profissão a ser feito através do estudo, da competência e do diploma académico, em oposição ao “sistema de porta aberta”.

A primeira licenciatura em Comunicação Social surge apenas no pós 25 de Abril, ministrada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

A preparação académica em jornalismo aconteceu tarde em Portugal, quando comparado com os restantes países da Europa, e em momento algum contou com o apoio

Foi com Francisco Pinto Balsemão, sobrinho e filho dos dois principais acionistas da década de 1950, que se concretizou a maior revolução do jornal, centrada na reorganização da empresa e da redação em função da informação, atingindo deste modo uma grande audiência.

Em 1971 o jornal acaba por ser vendido ao grupo económico Borges, de Miguel Quina, perdendo influência e revelando algumas dificuldades em adaptar-se às novas condições políticas que marcaram os últimos anos do Estado Novo.

²⁷ *Diário Popular*, 30 de Dezembro de 1966, p. 31

²⁸ Sobreira, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 156

do Estado português, que nunca demonstrou qualquer intenção na formação de jornalistas.

Contrariamente ao caso português, a Espanha, que vivia também sob um regime de ditadura, já em 1941 possuía uma Escola Oficial de Jornalismo, criada pelo Estado e que funcionava como único meio de acesso à profissão.

2. O “Estado Novo” de Marcelo Caetano

Os ferimentos cerebrais causados em António de Oliveira Salazar depois de uma banal queda no forte de Santo António, em São João do Estoril, acabariam por lhe custar a Presidência do Conselho.

Dos possíveis sucessores sobressai Marcelo Caetano. Com um discurso doutrinador, Caetano congregava uma plêiade de amigos e colaboradores por onde quer que passasse. Professor, formado em Direito, desde cedo que colaborou com o regime, adotando, por vezes, uma posição crítica. De acordo com Vieira, a solução seria “inserir o contestatário no governo, e assim comprometê-lo com o poder executivo”²⁹.

Entre 1940 e 1949 Caetano ocupa cargos como o de comissário nacional da Mocidade Portuguesa, ministro das Colónias, presidente da Comissão Executiva da União Nacional e da Câmara Corporativa, sendo até aos anos de 1950 considerado o “delfim” de Salazar.

Do seu percurso político fez ainda parte o cargo de ministro da Presidência que desempenhou a partir de 1955, permitindo-lhe a coordenação do SNI e o contacto direto com as questões da informação. Contudo, as suas ideias reformistas e as tensões no executivo ditaram o termo do seu trabalho como ministro da Presidência, tendo abandonado o governo a 4 de Agosto de 1958.

Assim, quando o seu nome foi anunciado com um dos possíveis sucessores, Caetano encontrava-se afastado há dez anos da vida pública.

Ao assumir o cargo pretendeu lançar o regime na “evolução na continuidade”, permitindo diversas interpretações, entre elas a de uma certa abertura política face ao que até então se tinha vivido.

²⁹ Vieira, Joaquim, *Fotobiografias Século XX – Marcello Caetano*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 52

2.1. Ascensão de um Político

*“Ele é o futuro e tem com ele a juventude”*³⁰

*“De todos os meus colaboradores,
o que revelou maior preparação de estadista foi o Marcelo”*³¹

Aos 62 anos de idade, Marcelo José das Neves Alves Caetano toma posse em São Bento como o sucessor de Salazar, a 27 de Setembro de 1968.

Outros nomes seriam apontados para o cargo, como o de Franco Nogueira, Adriano Moreira e Antunes Varela. Porém foi sobre Marcelo que o Conselho de Estado se decidiu quando convocado pelo Presidente da República, Américo Tomás.

Foram ouvidas mais de quarenta pessoas entre conselheiros de Estado e antigos ministros, para além da opinião dos governadores e comandantes militares das províncias ultramarinas, cujo voto merecia reflexão. Marcelo Caetano reuniu mais de noventa por cento das opiniões a seu favor. Aquando desta nomeação não deixou de referir que o afastamento da vida pública o levava a perder contacto com pessoas e problemas.

Desde que saíra do cargo de ministro da Presidência, a 4 de Agosto de 1958, dedicara-se à atividade académica como reitor da Universidade de Lisboa, tendo-se demitido quatro anos mais tarde, em consequência da crise académica e da repressiva ação policial sobre os estudantes.

Os sintomas de depressão apresentados pela sua mulher, Teresa Teixeira de Queirós de Barros, haviam de contribuir para o afastamento da sua vida pública que, até 1968, estava circunscrita ao trabalho na advocacia e acompanhamento de Teresa.

Além desta condicionante, Marcelo não sabia o que pensava o País relativamente ao problema ultramarino. As colónias portuguesas em África, viviam há já alguns anos uma guerra alicerçada em três frentes, e com mais de um terço dos gastos do Estado atribuído às despesas militares.

³⁰ Comentário de Salazar a Idalino da Costa Brochado, secretário-geral da AN, sobre Marcelo Caetano, in Vieira, Joaquim, *Fotobiografia século XX – Marcello Caetano*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p.105

³¹ Novo comentário de Salazar, desta feita ao ex-ministro da Educação, Francisco Leite Pinto. Idem

Assim, ao assumir a chefia do Governo propôs que as “eleições gerais a realizar em 1969 fossem o mais corretas possível para que, se as ganhasse, ganhasse bem. Seria a oportunidade de deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar”³².

Não sabia porém que a defesa do Ultramar tinha sido condição imposta pelas Forças Armadas para aceitarem o nome do novo chefe do Governo.

Foi a partir do seu discurso de tomada de posse que se gerou um clima de expectativa quanto a uma evolução gradual do regime, no sentido de uma democracia de tipo ocidental.

A fórmula “evolução na continuidade”, foi sintetizada pelo próprio ao afirmar que “essa continuidade será procurada não apenas na ordem administrativa, como no plano político. Mas continuar implica uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação”³³.

O projeto apresentado por Marcelo Caetano quando da sua tomada de posse não era novo. De acordo com Fernando Rosas “mesmo antes de aceder ao poder o marcelismo já era um partido informal, uma corrente reformista no interior do Estado Novo”³⁴. A partir do fim da guerra Caetano começa a constituir uma espécie de sector informal dentro do regime introduzindo homens da sua confiança no Governo de 1947, que serão os seguidores daí por diante do caetanismo.

Franco Nogueira assegura mesmo que a subida de Marcelo ao poder é preparada e trabalhada pelo chamado grupo «marcelista» da Informação: César Moreira Baptista, que chefiava o SNI; Dutra Faria, diretor da ANI; Barradas de Oliveira, responsável pelo órgão oficioso da UN, o *Diário da Manhã*.

Vasco Pulido Valente defende ainda que Marcelo “era o único homem do Estado Novo a quem o país concedia algum crédito e, portanto, a única esperança de sobrevivência. Os seus inimigos não lhe resistiram, empurraram-no, e Marcello Caetano começou os ciclópicos trabalhos da renovação”³⁵.

A nível económico procedeu-se à abertura do País ao investimento estrangeiro, realizaram-se grandes obras públicas, como o porto de Sines e a barragem do Alqueva, e deram-se os primeiros passos para a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE). Houve ainda uma melhoria social, nomeadamente com a atribuição de pensões aos trabalhadores rurais.

³² Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 12

³³ Idem, *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1969, p. 19-20

³⁴ Rosas, Fernando, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo 1968 – 1974*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 9

³⁵ Valente, Vasco Pulido, *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Braga: Gótica, 2002, p. 42

Na política, as principais medidas passaram pela autorização de regresso do exílio de presos por crimes contra o Estado, como o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ou Mário Soares.

Promulgou-se ainda a nova legislação sindical, procedeu-se a um abrandamento da censura, então redenominada de Exame Prévio, bem como da ação da PIDE, substituída por Direcção-Geral de Segurança (DGS).

Ainda neste campo, uma das principais medidas da *Primavera Marcelista*, na legitimação da viragem política do regime, consistiu na renovação das listas da UN, que haveriam de concorrer às eleições legislativas de 1969.

Contudo, apesar da expectativa liberalizante que estas medidas possibilitaram acabariam por regredir a partir de 1970, levando ao impasse e queda do regime. Começa a sentir-se a agitação política e social, com o regime a voltar atrás na política de liberdade sindical, reprimindo violentamente a agitação estudantil, reforçando a censura e aumentando a força policial. O reformismo de Marcelo Caetano apenas se manifestava nas políticas de planeamento económico, desenvolvimento industrial e de ensino.

Nos finais de 1970 o reformismo transformava-se em imobilismo, sendo o poder marcelista cada vez mais o lugar do vazio, e com Marcelo Caetano dividido entre os dogmas dos «ultras», a incapacidade de encontrar uma solução para a questão colonial e as pressões dos grandes grupos económicos que procuram ditar a sua lei.

A última oportunidade de romper com os dogmas do passado é perdida com a revisão constitucional de 1971. Acaba por manter todos os traços essenciais do regime desagradando aos liberais que pediam a democratização, e aos reformistas que percebem que é inútil continuar a colaborar com o regime.

2.2. Eleições de 1969

Marcelo Caetano procurou com as eleições de Outubro de 1969 para a AN rodear-se de uma nova geração de políticos, que transmitissem um novo fôlego às instituições e que ajudassem, com novas ideias, à resolução dos problemas do País. Para o efeito nomeou José Guilherme de Melo e Castro³⁶ como presidente da Comissão Executiva da União

³⁶ No período salazarista exerceu as funções de subsecretário de Estado da Assistência Social entre 1954 e 1957, tendo depois sido Provedor da Misericórdia de Lisboa até 1963. Apoiente do marcelismo, Melo e Castro foi líder da UN e “pai” da Ala Liberal.

Nacional, encarregando-o de reorganizar as listas do partido único. De acordo com Fernandes, “Melo e Castro vai buscar elementos reformistas pró-democracia aos meios católicos e encarrega-se pessoalmente das negociações”³⁷.

Assim, dos deputados que compõem as listas da UN destaque para personalidades como João Pedro Miller Guerra, José Pedro Pinto Leite, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo, José Correia da Cunha, João Bosco Mota Amaral e Joaquim Magalhães Mota, grupo que constituiria o núcleo duro da Ala Liberal.

Adeptos da democracia pluripartidária, assumem-se como independentes, não tendo por isso o compromisso de adesão à UN e aos seus princípios. Esses deputados, ao entregarem as suas listas, publicam inclusive as razões que os levam a candidatar-se à AN.

Assim, no comunicado da Comissão Distrital do Porto da UN lê-se que:

“Afigura-se-lhes que neste momento a sua intervenção livre e independente é compatível com a apresentação da sua candidatura pela União Nacional, uma vez que os dirigentes atuais desse organismo lhe merecem a qualificação de homens de boa vontade e já apontaram publicamente a instauração de um regime de tipo europeu ocidental como meta final da sua atividade política.

Nesta orientação, creem que é possível realizar as transformações e reformas de que o País urgentemente carece na linha política do atual Chefe do Governo, necessariamente sujeita à fiscalização crítica da Assembleia Nacional. Neste ponto divergem das Oposições, cuja existência e livre expressão encaram como indispensáveis e inerentes a uma vida política sã e normal”³⁸.

Também Mota Amaral assegura que pelo círculo de Ponta Delgada ele e os outros dois candidatos, Deodato Magalhães e Teodoro Sousa, tenham publicado um manifesto, no qual se pugnava “a necessidade de reformas democráticas para que Portugal pudesse sair do impasse em que se encontrava relativamente aos problemas de desenvolvimento e aos problemas políticos, nomeadamente a abolição da censura, o direito de liberdade, a liberdade de reunião, a liberdade de associação, portanto todo o panorama das reclamações de democratização da república”³⁹.

Francisco Pinto Balsemão, que se apresentava pelo círculo da Guarda, demonstra também a sua independência face ao Governo ao afirmar-se, nas vésperas das eleições, como candidato representante da juventude. Segundo o jovem candidato representar a

³⁷ Fernandes, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p. 32

³⁸ Carneiro, Francisco Sá, *Textos (1969-1973)* 1º vol, Lisboa: Alêtheia Editores, 2010, p. 5

³⁹ Entrevista realizada pela autora em 5 de Maio de 2014

juventude significava ser irreverente, não aceitar sem compreender, não recear as novas ideias e os novos caminhos. Representar a juventude implicava “a luta contra os preconceitos estagnantes, contra a má-língua e o «parecer mal», contra a rotina e as tradições falsas, contra o derrotismo e a resignação, contra os monopólios e a má distribuição da riqueza, sou efetivamente o representante da juventude”⁴⁰.

As listas da UN representaram assim uma renovação da Assembleia. Concorreriam ainda às eleições outros três partidos, nomeadamente a Comissão Eleitoral da Unidade Democrática (CEUD), a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) e a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM). A CEUD disputou as eleições apenas nos círculos de Lisboa, com personalidades como Mário Soares, Francisco Sousa Tavares e Sophia de Mello Breyner Andresen, Porto e Braga. Por outro lado, a CDE reunia comunistas e progressistas, nomeadamente Pereira de Moura, Lindley Cintra, Jorge Sampaio e Mário Sottomayor Cardia, que se apresentaram pelo círculo de Lisboa. Uma terceira força política seria o CEM, que concorreria apenas pelo círculo de Lisboa.

De acordo com Marcelo Caetano, “a campanha eleitoral iniciou-se trinta dias antes do ato eleitoral e foi muito viva. Os jornais apareceram inundados de prosa da oposição, com escassa e frouxa reação da União Nacional, mal apetrechada pela pugna”⁴¹.

Com uma grande afluência às urnas, as eleições de 26 de Outubro de 1969 contaram com um total de 1.784.341 inscritos, sendo que somente 1.115.248 exerceram o seu direito de voto. Segundo dados da *Inter Parliamentary Union*,⁴² a UN conseguiu eleger na totalidade os seus 130 deputados, com 88% dos votos. As listas oposicionistas pelo contrário, não conseguiram eleger qualquer deputado.

A 25 de Novembro de 1969 iniciaram-se então os trabalhos da X legislatura. Nela assumem protagonismo discursos como o do chefe de Estado e de Franco Nogueira, em nome da AN e da Câmara Corporativa, respetivamente.

Este último exaltou os trabalhos desenvolvidos durante a campanha eleitoral afirmando que “tudo foi discutido, tudo foi posto em causa, e por parte de alguns nada foi achado bem, nem no passado nem no presente”, adiantando ainda que “apesar de quanto foi dito, todavia, não se deixou a opinião pública aliciar nem iludir, e na liberdade pronunciou o seu julgamento”⁴³.

⁴⁰ *Diário Popular*, 22 de Outubro de 1969, p. 11

⁴¹ Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 57

⁴² Disponível em: http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/PORTUGAL_1969_E.PDF

⁴³ *Diário Popular*, 26 de Novembro de 1969, p. 13 - 14

Iniciados os trabalhos, fazia parte das atribuições dos deputados produzir “leis, interpretá-las e revogá-las; vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração; tomar as contas respeitantes a cada ano económico, tanto na Metrópole como nas províncias ultramarinas”⁴⁴.

A X legislatura manter-se-ia até 1973. Contudo, os consecutivos recuos no terreno das liberdades significariam um travão daquilo que representava a *Primavera Marcelista*.

2.3. A atuação da Ala Liberal

Este novo grupo de deputados, procurou afirmar-se como um novo sector político autónomo, defendendo a “adoção de reformas políticas, económicas e sociais que deveriam levar à democratização do regime, por via gradualista”⁴⁵.

Segundo o estudo de Fernandes, “um traço distintivo dos deputados da *Ala Liberal* é o seu perfil etário mais jovem. A sua média de idades é de 41,6 anos e a dos *Outros Deputados* é de 50,5 anos”⁴⁶. Acrescenta ainda que “é bastante plausível que na Ala Liberal uma identidade etária tenha servido de suporte a uma identificação política”.

Também a sua formação académica em Direito, tal como as suas ligações a sectores renovadores da Igreja, terá contribuído para acentuar uma ação parlamentar marcada pela liberdade e independência. Unia-os “o propósito de uma democratização do País e de uma arrancada no seu desenvolvimento económico”⁴⁷, segundo o deputado Mota Amaral.

José Pedro Pinto Leite⁴⁸ haveria de assumir-se com um dos elementos mais proeminentes da chamada Ala Liberal, sendo as suas intervenções na AN o reflexo de uma esperança na evolução da política governamental. Pretendeu ajudar a construir o futuro, “preparado, tanto para o trabalho de conjunto como para o combate leal, dentro de um espírito de inteira liberdade e independência”⁴⁹. Contudo, durante uma viagem de

⁴⁴ *Diário Popular*, 24 de Novembro de 1969, p. 7

⁴⁵ Barreto, A. & Mónica, Maria F. Leitura. In *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999. Vol. 7, p. 81-83

⁴⁶ Fernandes, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p. 39

⁴⁷ Entrevista realizada pela autora em 5 de Maio de 2014

⁴⁸ Gerente de empresas e advogado, Pinto Leite presidia à Câmara de Comércio e Indústria Alemã antes de entrar na política em 1969 a convite do seu professor, Marcelo Caetano. Foi ainda membro da Direção do Grémio Literário e do Centro Nacional de Cultura.

⁴⁹ *Diário das Sessões*, nº 8, 12 de Dezembro de 1969, p. 108

recolha de informação à Guiné um acidente de aviação dita o seu desaparecimento precoce aos 38 anos de idade, a 25 de Julho de 1970.

Francisco Sá Carneiro recordá-lo-ia, na sessão legislativa seguinte, como o homem que, com a política da verdade, soube denunciar situações, caracterizando a sua ação pelo apoio e antecipação. “Apoio franco e confiante, especialmente ao Sr. Presidente do Conselho, sem excluir independência crítica relativamente aos atos e às instituições. Antecipação nas soluções defendidas e nas razões invocadas”⁵⁰.

A partir de então Sá Carneiro será o líder polarizador de toda a Ala Liberal. Da ação do grupo resultaram sucessivos projetos de lei, que cobriam entre outros assuntos a amnistia dos presos políticos, a liberdade de imprensa e a liberdade religiosa, que permitiriam, de acordo com os próprios, abrir o regime a partir de dentro.

A preocupação com a defesa de uma Lei de Imprensa merecerá, especialmente por parte de Francisco Pinto Balsemão, uma atuação mais interventiva na Assembleia. Assim, a 3 de Fevereiro de 1970 o próprio deputado dirige-se à AN dizendo, “nos termos constitucionais e regimentais, formulo ao Governo, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, a seguinte pergunta: Quando será enviada à Assembleia Nacional a anunciada proposta de lei de imprensa?”⁵¹

No decorrer desse mesmo mês apresenta ao Presidente do Conselho as razões que o levaram a tomar tal atitude, através de uma carta. Nela assegura ser o “único deputado que é jornalista (com carteira profissional, crachá, etc.), autor de diversos trabalhos sobre informação, administrador de uma das maiores empresas jornalísticas do País”, adiantando ainda que lhe empurram a responsabilidade “de ser uma espécie de porta-voz dos anseios de parte da população em matéria de liberdade de informação”⁵².

As sessões seguintes serão marcadas pela discussão constante em torno desta questão.

O deputado Francisco Balsemão intervém relativamente à interferência da censura sobre os jornais na sessão de 26 de Fevereiro, esclarecendo que diariamente as prosas “são retalhadas, revistas, inspeccionadas. Diariamente surgem prejuízos graves para as empresas, na medida em que se perdem ligações, comboios, aviões, em que muita

⁵⁰ *Diário das Sessões*, nº 48, 25 de Novembro de 1970, p. 1004

⁵¹ *Idem*, nº 23, 17 de Fevereiro de 1970, p. 415

⁵² Antunes, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 1º volume, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985, p. 302

composição é deitada à «caixa», por não poder ser utilizada pelos chamados «motivos alheios à sua vontade»⁵³.

Sá Carneiro será igualmente interventivo quanto a esta questão, não deixando de demonstrar a sua discordância com a falta de publicação de uma Lei de Imprensa por parte do Governo. No seu discurso de 25 de Fevereiro de 1970, abordará a questão focando essencialmente três pontos fundamentais: a responsabilidade da AN, a atividade desenvolvida e a necessidade de iniciativa imediata e eficaz. Na sua opinião “é mais do que tempo de agir no sentido de obter rapidamente um projeto ou uma proposta de lei de Imprensa, que não só restabeleça e discipline o direito de livre expressão do pensamento, como consagre os princípios orientadores das relações empresa-jornalista”⁵⁴.

O Presidente do Conselho considerava por sua vez que as circunstâncias da guerra colonial e os 40 anos em que o País viveu sob o regime de censura não podiam ditar de imediato a aplicação de uma lei, preconizando a existência de um período de habituação que preparasse as pessoas. Assim, durante a última sessão legislativa, Sá Carneiro deixou expressa a vontade de elaborar, em conjunto com Pinto Balsemão, um projeto de lei de Imprensa, que viria a ser entregue a 22 de Abril e apresentada à Assembleia na sessão de 26 de Novembro de 1970.

Com um total de 18 artigos, o projeto de lei nº 5/X visava a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa “sem subordinação a qualquer forma de censura administrativa, autorização, caução ou habilitação prévia”⁵⁵, adiantando ainda que só o tribunal pode ordenar a apreensão da publicação. Francisco Pinto Balsemão assegura mesmo que o projeto de lei de Imprensa dos deputados era “para a altura, bastante atual e revolucionário, na medida em que previa, por exemplo, os conselhos de redação”⁵⁶.

A discussão em torno da revisão da Constituição de 1933 apresentar-se-ia como o expoente máximo das iniciativas liberais.

De acordo com Fernandes, “desde a campanha eleitoral que os deputados liberais tinham elevadas expectativas sobre este momento”, adiantando ainda que Sá Carneiro tinha aceitado candidatar-se a deputado pela “possibilidade de utilizar a revisão da constituição para promover a transição para a democracia”⁵⁷.

⁵³ *Diário das Sessões*, nº 28, 26 de Fevereiro de 1970, p. 522

⁵⁴ *Idem*, nº 27, 25 de Fevereiro de 1970, p. 504

⁵⁵ *Idem*, nº 48S, 26 de Novembro de 1970, p. 51-54

⁵⁶ Entrevista realizada pela autora em 12 de Maio de 2014

⁵⁷ Fernandes, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p. 91

O Governo apresentou a sua proposta de lei a 3 de Dezembro de 1970, tendo a Ala Liberal também preparado um projeto de revisão constitucional.

Defendido pelos deputados Sá Carneiro e Mota Amaral, o projeto visava a “democratização de Portugal, as liberdades cívicas fundamentais, o retorno à eleição presidencial por estado direto (...) e o aumento dos poderes da AN”⁵⁸. Era subscrito por quinze deputados⁵⁹ e tinha como objetivo a institucionalização de um “Estado de direito”⁶⁰, como referiu Sá Carneiro.

Marcelo Caetano haveria de escrever mais tarde no seu *Depoimento* que, “segundo uma tática errada, o grupo apresentou um contraprojeto próprio de revisão constitucional, de cujo conteúdo não me deu conhecimento; como dois dos seus membros apresentaram um projeto de lei de imprensa sem esperar pela resposta governamental”⁶¹.

Apesar desta ousadia, o único projeto a ser discutido na Assembleia foi a proposta do Governo.

Outros projetos da Ala Liberal foram ainda chumbados pela maioria afeta ao Governo, nomeadamente um projeto de amnistia dos presos políticos. Sá Carneiro propôs, na sessão legislativa de 10 de Dezembro de 1971, um inquérito à polícia política e uma amnistia de crimes políticos, sugerindo a “designação de uma Comissão Parlamentar de inquérito” que deveria “apresentar ao Plenário um relatório circunstanciado da sua atividade, das conclusões a que chegou, das medidas disciplinares e de outra natureza que recomende”⁶².

Avançou ainda com a criação de uma Comissão Eventual que estudasse a legislação que regulava a instrução dos delitos contra a segurança do Estado e a atividade policial da DGS.

A visita dos deputados às prisões políticas de Caxias e de Peniche permitiu-lhes constatar a realidade da tortura e da violação sistemática dos direitos das pessoas. Esta é uma questão a que os próprios deputados, até pela sua formação jurídica, são particularmente sensíveis. Assim, a 15 de Janeiro de 1972 Sá Carneiro apresentou um projeto de decreto-lei nos termos da qual seriam “amnistiados os crimes políticos e as infrações disciplinares da mesma natureza”, acrescentando ainda que “se a amnistia não

⁵⁸ Entrevista ao deputado Mota Amaral realizada pela autora a 5 de Maio de 2014

⁵⁹ Sá Carneiro, Mota Amaral, Pinto Balsemão, Miller Guerra, José Correia da Cunha, Joaquim Pinto Machado, António Henriques Carreira, Magalhães Mota, Martins da Cruz, Alarcão e Silva, Joaquim Macedo Correia, Manuel Montanha Pinto, Rafael Valadão Santos, João Ferreira Forte, Olímpio Pereira

⁶⁰ *Diário das Sessões*, nº 102, 17 de Junho de 1971, p. 2051

⁶¹ Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 65

⁶² Carneiro, Francisco Sá, *Textos (1969-1973)* 1º vol, Lisboa: Alêtheia Editores, p. 215

pode, pois, ser o remate da reforma política de que carecemos, e na qual nos empenhamos procurando cumprir declarações publicamente feitas aos eleitores, que seja ao menos o elemento de pacificação de que necessitamos (...)”⁶³. Porém, mais uma vez o projeto não chegou sequer a ser discutido na Assembleia. Todos os projetos defendidos pela Ala Liberal encontraram resistência dentro da Assembleia. A desilusão com as promessas liberalizantes de Marcelo Caetano levou a que os deputados liberais fossem progressivamente entrando em choque.

De acordo com Balsemão a subordinação que Marcelo Caetano esperava deste seu grupo de antigos alunos não foi a esperada, acrescentando ainda que Caetano “não entendeu que estávamos a ser coerentes com os termos em que tínhamos aceitado”⁶⁴.

O deputado Francisco Sá Carneiro foi o primeiro a renunciar ao mandato, logo no início de 1973, alegando “não poder exercer o seu mandato sem quebra da sua dignidade, e, ainda por não existirem condições mínimas e eficazes de atuação política”⁶⁵. A votação de renúncia do deputado Sá Carneiro contou com um total de 85 deputados, sendo que 76 deles votaram a favor da sua resignação e nove contra.

Seguiu-se o deputado Miller Guerra, inconformado com a repressão dos participantes na vigília da Capela do Rato. Os restantes, à exceção de Mota Amaral, haveriam de abandonar a AN no final da X legislatura.

Apesar do afastamento físico da AN os deputados liberais continuaram a sua crítica ao Governo, nomeadamente através da Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES). Criada em 1970 por João Salgueiro⁶⁶, a SEDES manifestava vontade numa transição do regime autoritário para o regime democrático.

Entre as suas iniciativas destaque para a organização de vários colóquios em que Sá Carneiro foi um dos grandes animadores. Apesar de não possuir uma política definida, a SEDES era, para Sá Carneiro, uma tentativa válida de consciencializar as pessoas.

Apesar de não terem conseguido a transição do regime para uma democracia, o uso da palavra foi a principal arma da Ala Liberal na desacreditação do regime marcelista. A

⁶³ Carneiro, Francisco Sá, *Textos (1969-1973)* 1º vol, Lisboa: Alêtheia Editores, p. 217

⁶⁴ Entrevista realizada pela autora a 12 de Maio de 2014

⁶⁵ *Diário Popular*, 27 de Janeiro de 1973

⁶⁶ Licenciado em Economia, começou a sua atividade profissional no Banco de Fomento Nacional (1959-1963), tendo simultaneamente acumulado as funções de professor no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Exerceu cargos de chefia à frente do Banco de Portugal, do Instituto de Investimento Estrangeiro e do Banco de Fomento Exterior. De 1996 a 2000 manteve-se como administrador-geral da Caixa Geral de Depósitos.

sua ação de oposição ao Governo orientar-se-á, a partir de 1973, em torno de um novo projeto jornalístico, que havia de marcar de todo os últimos meses do regime.

2.4. O Problema da Guerra

Nas suas memórias do tempo da ditadura, Mário Soares recorda que “Portugal, anestesiado por 35 anos de ditadura, e vivendo em regime de silêncio obrigatório, acordaria, surpreso e ignorante de tudo, para os horrores da guerra colonial”⁶⁷.

Negando o direito à independência das colónias sob o domínio das potências europeias, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Salazar revelou-se intransigente no diálogo com os movimentos de libertação, levando à luta armada, primeiro em Angola, depois na Guiné e em Moçambique.

Enquanto Presidente do Conselho, Salazar havia de sustentar a guerra pelo princípio político da defesa do que era considerado território nacional.

Com a ascensão de Marcelo Caetano ao Governo, o Presidente da República Américo Tomás deixa bem claro que a defesa do Ultramar não podia ser questionada, tendo sido aliás condição imposta pelas chefias militares para aceitarem a sua nomeação.

Ciente dos problemas do Ultramar, Caetano visitou em Abril de 1969 as províncias da Guiné, Angola e Moçambique, a fim de “dar às populações mais uma prova de interesse e de confiança do governo central e (...) de verificar pessoalmente se, na verdade, as coisas corriam com a paz, a segurança e a normalidade que me diziam”⁶⁸.

Deste périplo, Caetano regressou com a consciência de ser necessário criar uma solução que não levasse nem ao abandono do Ultramar nem à prematura proclamação da independência.

Assim, a solução política encontrada baseou-se no plano de «autonomia progressiva e participada», que se fundamentava “na participação crescente das populações nativas na administração e no governo das províncias, igualdade de direitos dos portugueses independentemente da raça ou da cor, transição de poderes legislativos e executivos em

⁶⁷ Soares, Mário, *Portugal Amordaçado: depoimentos sobre os anos do Fascismo*, Lisboa: Arcádia, 1974, p. 427

⁶⁸ Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 31

número e importância crescente para os órgãos locais, desvinculação da economia de cada província da economia metropolitana”⁶⁹.

A timidez da linha de autonomismo controlado de Marcelo Caetano acabará por prolongar o impasse, levando a que em 1973 o seu projeto estivesse arruinado e o regime ameaçado de morte.

Nesse ano de 1973, a situação nos três cenários de guerra estava longe de ser uniforme. Porém, o grande problema da guerra não era a força dos seus adversários ou o seu impacto externo, mas sim o facto de estar a minar os fundamentos do regime nomeadamente no plano social. A guerra gerou um enorme mal-estar, provocou deserções e agitação nos meios estudantis e católicos. No plano político, bloqueando a reforma e desintegrando as forças de apoio ao sistema. No plano militar, enfraquecendo a vontade de resistência das Forças Armadas.

Os militares descontentes com o rumo da guerra começam por se reunir em torno do general Spínola que, consciente da inevitável derrota na Guiné procurou em 1972 uma saída negociada para a guerra. Em Maio desse ano encontrou-se com o presidente do Senegal, Leopoldo Senghor, que se ofereceu para servir de mediador entre Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de modo a conseguir uma solução negociada.

Marcelo Caetano recusa a proposta. Assume aceitar um desastre militar na Guiné, mas nunca uma cedência política. A partir de então inviabiliza as iniciativas de Spínola e desencadeia um enorme mal-estar.

A 23 de Fevereiro de 1973 a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, do general Spínola, que defende uma saída negociada para a guerra, constitui um ataque frontal à política colonial do regime. Marcelo Caetano vê-se obrigado a cerrar fileiras à direita e convoca uma manifestação de apoio à sua política ultramarina, que acontece a 14 de Março de 1974 (cerimónia da “Brigada do Reumático”). Spínola e Costa Gomes não comparecem e no dia seguinte são exonerados. Os dias do regime estavam contado.

⁶⁹ Caetano, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 34

3. *Expresso*: um projeto de renovação

A 6 de Janeiro de 1973 um novo semanário de estilo britânico chegava às bancas. Desenvolvido a partir de um projeto profissional de Francisco Pinto Balsemão, deputado da Ala Liberal e profundo conhecedor do meio jornalístico, o novo jornal propunha-se “contribuir para que se alcance em Portugal a liberdade de informação, liberdade de informar e de ser informado”⁷⁰.



Imagem 1 – Capa da primeira edição do *Expresso*

O jornal rejeitou à partida todas e quaisquer ligações aos poderes político e económico, por acreditar que uma imprensa só é interveniente quando sai da tutela governamental, e só é objetiva quando a sua redação e diretor não sofrem pressões dos grupos económicos. Em poucas semanas tornou-se um grande sucesso, consolidando em todo o País um vasto grupo de leitores. Enfrentou a atuação da censura, então redenominada de Exame Prévio, e, apesar dos entraves que esta significava o jornal sobreviveu.

Quatro décadas depois do seu surgimento o *Expresso*, que constituiu uma aventura mediática e política, continua a ser o maior semanário de referência em termos nacionais.

⁷⁰ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p.8

3.1. O nascimento de uma ideia

A forte concentração económica e política que os grupos de comunicação social vinham a sofrer desde o início dos anos de 1970 mereceu sempre especial atenção por parte de Francisco Pinto Balsemão. A esse respeito, o próprio afirmou em 1972 à jornalista da RTP, Maria Leonor, que, o lançamento do seu novo título pretendia, de alguma forma, revelar alguma independência perante o poder político e económico.

Em Outubro desse mesmo ano volta a defender uma imprensa independente das pressões políticas e económicas, desta feita ao jornalista Alexandre Manuel, da revista *Flama*.

O panorama, contudo, não era de muitas certezas.

As mudanças introduzidas pela nova Lei de Imprensa, (Decreto-Lei nº150/72) eram muito limitadas. Para Balsemão, sobressaía neste novo documento a possibilidade de livre criação de títulos jornalísticos, que até então estariam condicionados à aprovação do nome do seu diretor por parte do Governo. Esta medida, que vigorava desde 1936, funcionava como meio de se controlar o jornal e de impedir a diversidade informativa.

Em 1973, as condições de recetividade da sociedade portuguesa a um novo título eram excelentes. Terá contribuído para esse aumento da procura de informação a guerra colonial que, desde 1961 mobilizava grande parte dos recursos materiais e humanos da metrópole.

Balsemão acrescentaria a esse respeito que “as pessoas, cada vez menos passivas, anseiam por publicações que lhes tragam periodicamente os factos comentados, que traduzam, em notícias e opinião, o que de verdade se pensa, sem subterfúgios nem esquecimentos, sem desculpas nem pretextos”⁷¹.

Contudo, a nova Lei de Imprensa de 1972 continuava a não permitir a publicação de propaganda que atentasse contra a integridade do território; informações consideradas como confidenciais; extratos de processos sobre o estado e a capacidade das pessoas ou referente a crimes contra a honestidade, de ultraje à moral pública, de aborto, ou difamação de injúria⁷².

⁷¹ Entrevista a Pinto Balsemão, Revista *Flama*, 27 de Outubro de 1972, p. 12

⁷² *Diário do Governo*, Decreto-Lei 150/72, Lisboa, 5 de Maio de 1972, p. 570

Assim, na já citada entrevista à *Flama*, Balsemão assume “continuar a pugnar por uma imprensa que retire aos políticos o monopólio da política e que, funcionando com um poder autónomo não necessite da tutela governamental”⁷³.

Cerca de dois meses depois destas declarações, Francisco Pinto Balsemão apresentava o seu próprio projeto jornalístico. A cerimónia de lançamento, apresentada por Luís Filipe Costa realiza-se no hotel Ritz, em Lisboa, a 21 de Dezembro de 1972 e conta com cerca de 300 pessoas.

Francisco Pinto Balsemão iniciara-se na área do jornalismo em 1963, ao serviço do *Diário Popular*, de que o seu tio, o homónimo Francisco P. Balsemão, e pai, Henrique P. Balsemão, eram proprietários.

Fundado em 1942 por António Tinoco, o vespertino de tendência pró-Estado Novo, era propriedade da empresa Sociedade Industrial de Imprensa, Lda, e apresentava como diretor Martinho Nobre de Melo, entre 1958 e 1974.

Conhecido como o jornal de maior expansão no mundo português, o *Diário Popular* alcançou desde cedo uma grande tiragem (cerca de cem mil exemplares), uma grande implantação junto dos leitores e uma base publicitária muito forte, traduzindo-se assim em resultados lucrativos.

Porém, é com a renovação da administração⁷⁴, em meados da década de 1950, que se incutem novos métodos de gestão, entre os quais se destaca a organização de eventos e de iniciativas comerciais.

O jornal conhece durante o início da década de 1960 um dos seus melhores períodos, em grande parte reflexo da qualidade dos jornalistas que integravam a sua redação.

A entrada de Balsemão para o cargo de secretário de direção em 1963 contribuiu também para a evolução do jornal. De acordo com Correia e Baptista, “a sua juventude, dinamismo e conhecimento do que se passava no mundo da imprensa internacional, nomeadamente em França e Inglaterra, levaram-no a tomar uma série de medidas inovadoras, e a constituir um apoio e estímulo aos jornalistas mais jovens”⁷⁵. A sua ação permitiu uma reorganização da empresa e da redação em função da informação. Organizou secções especializadas de jornalistas, criou um arquivo de cortes da censura,

⁷³ Entrevista a Francisco Pinto Balsemão, Revista *Flama*, 27 de Outubro de 1972, p. 12

⁷⁴ A administração do *Diário Popular* passa, a partir de 1955, a ser composta por Francisco e Henrique Balsemão, Guilherme Brás de Medeiros, Carlos Farinha, Domingos Ferraz Megre, Jaime de Moura e Sousa, José Laureano de Moura e Sousa, José Maria Ferreira Delgado, Luís Elias Casanova e Mário Dias da Silva Fiadeiro.

⁷⁵ Correia, Fernando; Baptista, Carla, *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa: Editorial Caminho, 2007, p. 136

aperfeiçoou o centro de documentação, instalou um telex, organizou um curso para aspirantes a jornalistas, tendo sido ainda pela sua mão que se introduziram as primeiras mulheres jornalistas no jornal.

No ano seguinte a ter entrado para o jornal a morte do seu pai permite-lhe herdar a quota de 16,6% do capital da empresa, passando deste modo a fazer parte da administração.

Desempenhou simultaneamente, a partir de 1969, a função de jornalista com a de deputado da AN. Enquanto membro da Ala Liberal, Pinto Balsemão mostrou-se sempre ativo na defesa de uma lei de imprensa, tendo sido igualmente interveniente na revisão constitucional de 1970 e na elaboração dos projetos de lei de amnistia e de liberdade de associação.

Contudo, as suas intervenções na Assembleia, reforçadas por um conjunto de entrevistas e a publicação do livro *Informar ou Dependere?*, levaram a que no verão de 1971 Francisco Pinto Balsemão, tio, vendesse o *Diário Popular* ao Banco Borges, um grupo económico liderado por Miguel Quina.

Quando questionado sobre a venda do *Diário Popular*, Balsemão afirma que “fizeram-lhe [ao tio] uma oferta e ele pediu um preço altíssimo. Pensou sempre que era uma maneira de despachar, mas aceitaram esse preço. Eu fiquei bastante indignado com a venda do *Diário Popular*. Não queria, e ainda tentei lá dentro uns movimentos. Houve uns jantares de homenagem a mim, mas que eram no fundo de revolta contra a venda. Na prática, a venda concretizou-se”⁷⁶.

A rutura entre Ala Liberal e Governo era cada vez mais iminente e, com a morte do tio, Balsemão herdou a sua fortuna, começando ele próprio a partir de 1971/1972 a pensar no lançamento de um novo projeto jornalístico.

Reportando-se a esses tempos, recorda o que o motivou a lançar-se neste projeto:

“A ideia era: a censura está menos forte do que no tempo de Salazar. Isso era verdade, há que reconhecer isso em Marcelo Caetano. (...) Com a nova lei de imprensa (...) tornou-se mais fácil criar meios de comunicação, até porque até aí o diretor tinha de ser aprovado pelo governo, e deixou de ser. Eu fiz umas sondagens, para ver como é que o poder político reagiria. Não foram muito positivas, devo dizer, mas entendi que valia a pena arriscar”⁷⁷.

O objetivo a que se propunha o jornal *Expresso* ficou claro logo na primeira edição, de 6 de Janeiro de 1973, onde se afirma: “Aqui vive uma ideia em realização chamada *Expresso*. Na mesma casa que habitou e de onde foi expulso violentamente Afonso Costa.

⁷⁶ Entrevista realizada pela autora em 12 de Maio de 2014

⁷⁷ Idem

Ontem como hoje o ideal democrático”⁷⁸. Curiosa alusão a Afonso Costa, um adepto da via revolucionária, que exercendo um papel de relevo nos combates políticos contribuiu para a implantação da República. A génese do *Expresso*, há semelhança do líder dos democráticos, é igualmente fundamentada no ideal democrático e no espírito de uma necessária transição da ditadura para a democracia. É neste contexto que podemos afirmar que, para além de uma aventura mediática e jornalística, o *Expresso* foi ainda uma aventura política.

3.1.1. Estrutura Empresarial

A Sojornal - Sociedade Jornalística e Editorial, SARL, empresa proprietária do jornal, constituiu-se a 15 de Outubro de 1972, tendo iniciado a sua atividade com um capital social de 6 mil contos.

Como fundador e primeiro diretor do jornal, Balsemão, ficou como sócio maioritário, detendo um total de 51% das ações. Entre os principais acionistas, cada um com 15% das ações encontravam-se nomes como o da família Ruella Ramos, o banqueiro Manuel Boullosa, o de Luiz Vasconcellos, ligado à Sociedade Nacional de Sabões, e o da família Botelho Moniz.

Balsemão procurou junto do amigo Ruella Ramos, proprietário do *Diário de Lisboa*, uma forma de imprimir o jornal, uma vez que o *Expresso* não possuía tipografia própria e o DL era equipado à época com as mais modernas máquinas de impressão.

Devido ao número insuficiente de postos de venda da Bertrand, gerida pelo amigo Manuel Boullosa, a tentativa de distribuição não foi bem-sucedida. Por isso, a tarefa foi atribuída ao DL durante os primeiros meses.

A campanha de publicidade ficaria então entregue à Sociedade Nacional de Sabões, proprietária de uma das maiores agências da década de 1970, a Ciesa.

Os *slogans* do jornal “O semanário dos que sabem ler” e “Acredite se ler no *Expresso*”, da responsabilidade de Artur Portela Filho, permitiriam aos portugueses reconhecerem a atuação da censura.

Por sua vez, a família Botelho Moniz controlava a maior estação privada de rádio em Portugal, a Rádio Clube Português. Convidá-los para integrar a administração da Sojornal

⁷⁸ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 2

seria, já em 1972, uma antevisão de Balsemão na convergência dos meios de comunicação para as plataformas de multimédia.

Da lista de acionistas, apesar de com uma participação minoritária, fazia ainda parte um grupo de amigos e familiares de Balsemão, nomeadamente o seu tio Francisco, a sua mulher Mercedes, e os amigos Luiz Vasconcellos, Luís Corrêa de Sá, António Patrício Gouveia, Ruben Andresen Leitão, António Flores de Andrade, Francisco da Costa Reis, e os jovens António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa.

3.1.2. Inovações Jornalísticas do *Expresso*

Até meados dos anos 50 do século XX praticava-se em Portugal um tipo de jornalismo que destacava a notícia como o género predominante, em detrimento da entrevista e da reportagem. Igualmente comum era a utilização de uma linguagem dissimulada que servia de base para a comunicação com os leitores, num mundo ainda dominado pela censura. De acordo com Correia e Baptista, “os artigos de fundo eram críticos, mordazes, polémicos, personalizados, nomeadamente nos temas políticos, o que fazia muitas vezes esgotar uma edição. Predominava um noticiário pouco criativo, rotineiro, praticado por profissionais acomodados”⁷⁹.

No decorrer da década seguinte algumas transformações foram sendo introduzidas no jornalismo português, em grande parte devido ao papel desempenhado pelos vespertinos *Diário Ilustrado*, *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*. Contribuíram assim para uma inovação nos aspetos jornalísticos e editoriais, como por exemplo na apresentação gráfica, na inserção de suplementos temáticos, na própria abordagem jornalística e no funcionamento da sala de redação.

Porém, “o culminar deste período de modernização da imprensa será, em 1973, o nascimento do *Expresso*, que em vários aspetos representa uma rutura com o passado e o primeiro passo para a introdução no nosso país de uma imprensa mais próxima dos padrões europeus dominantes”⁸⁰.

⁷⁹ Correia, Fernando; Baptista, Carla, *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa: Editorial Caminho, 2007, p. 57

⁸⁰ Idem, p. 71

Situado num segundo andar da rua Duque de Palmela, nº37, o jornal permite em primeiro lugar, a introdução da moda dos semanários em Portugal, uma vez que com essa periodicidade só se publicavam revistas.

Inspirado nos jornais ingleses dominicais, de qualidade, como o *Sunday Times* e o *Observer*, Balsemão aposta na introdução do modelo jornalístico inglês em Portugal, abrindo espaço a “um maior rigor, quer na separação entre notícia e opinião, quer na própria redação das notícias”⁸¹.

De entre as novidades destaca-se a análise económica e financeira, até aí ausente da imprensa nacional. Há data da sua fundação existia somente um jornal económico em Portugal, o *Jornal do Comércio*, que se limitava a dar a cotação das matérias-primas e da moeda. A partir de 1973 o *Expresso* dá destaque “à vida empresarial, a notícias sobre as empresas e a situação financeira, o mercado de ações”⁸², tudo isto revela o seu diretor foi uma novidade do jornal.

De formato *broadsheet*, cerca de 55 centímetros, o jornal era inicialmente composto por dois cadernos de doze páginas cada. O seu fundador define-os da seguinte forma:

“No primeiro tinha tudo aquilo que era política nacional, internacional, economia e opinião. O segundo desempenhava um pouco o papel que preenche hoje em dia a *Revista* e o *Actual*, ocupando-se de temas mais intemporais, com mais em profundidade, entrevistas por vezes, mesas redondas, e a parte de cultura”⁸³.

O nome escolhido para o jornal não acolheu, de início, simpatizantes entre o público. A esse respeito, Balsemão conta que fez “uma sondagem perguntando o que lhe faz lembrar o título *Expresso*, as pessoas diziam que era um comboio”⁸⁴. Contudo manteve-o.

Nas palavras de José Pedro Castanheira, “o *Expresso* consegue ser um bom diário de sábado, aliado a uma revista de informação mais aprofundada, com atenção ao que se passava no plano internacional e com uma grande atenção à parte económica”⁸⁵.

No que concerne às inovações o *Expresso* moderniza ainda em outros três aspetos relevantes.

⁸¹ Entrevista realizada pela autora em 12 de Maio de 2014

⁸² *Idem*

⁸³ *Idem*

⁸⁴ *Idem*

⁸⁵ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

Primeiro, pelo seu Estatuto Editorial, que define a orientação do jornal e que foi tornado público apenas no ano de 1975⁸⁶. Nele, o *Expresso* assume-se como uma publicação informativa que, ao contrário das outras “ditas doutrinárias”, “não visa predominantemente divulgar qualquer doutrina, ideologia ou credo religioso”. Entende que as publicações de natureza informativa se devam manter independentes do poder económico e político, cumprindo assim a sua função na sociedade. Tratam-se de “instituições autónomas, através das quais os cidadãos possam, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento de que necessitam para o exercício das suas opções”⁸⁷.

O *Expresso* considera-se apto a exercer essas funções, uma vez que não pertence ao Estado nem a qualquer grupo económico e que, apesar das dificuldades, “nunca perdeu nem renunciou à sua capacidade de crítica”, tendo sempre presente os limites impostos pela deontologia e ética profissional.

O documento foca ainda a distinção entre notícia e artigo de opinião. A primeira, deve ser objetiva, circunscrevendo-se à narração, à relação e à análise dos factos. A opinião, por seu lado, deverá ser assinada por quem a defenda, identificável e publicada em termos de pluralismo.

O jornal assume seguir os critérios de inserção do material a publicar de acordo com a importância efetiva de cada peça. Manifesta ainda a recusa em alimentar qualquer tipo de sensacionalismo. E fazer da coerência uma das suas linhas primordiais. Por isso no seu Estatuto Editorial afirma que, se algum dia se tornasse impossível mantê-la o jornal preferiria acabar, porque “preferimos nessas circunstâncias, morrer de pé”⁸⁸.

A modernidade do *Expresso* distingue-se ainda pela formação de um Conselho de Redação, órgão que na época só *A Capital* tinha, e que permitirá aos redatores uma participação ativa na elaboração e na orientação do jornal.

Outra das novidades seria o Conselho Editorial em que tinham assento Magalhães Mota (deputado da Ala Liberal), João Morais Leitão (SEDES), Ruben Andresen Leitão (escritor), Tiago de Oliveira (matemático) e Mário Murteira (economista). Esta iniciativa pretendia levar o leitor a participar na orientação do jornal, discutindo e criticando o conteúdo:

⁸⁶ O primeiro Estatuto Editorial do *Expresso* foi publicado apenas a 13 de Junho de 1975, por via da lei de imprensa em vigor na altura que pretendia a adoção e divulgação de um estatuto editorial por parte das publicações informativas.

⁸⁷ *Expresso*, 13 de Junho de 1975, p. 12

⁸⁸ *Idem, Ibidem*

“Convidaremos pessoas representativas de determinadas atividades socioprofissionais: um padre, um arquiteto, um dirigente sindical, um advogado, um estudante, pedindo-lhes que se reúnam connosco uma vez por semana para criticarem o número anterior e darem sugestões para o próximo”⁸⁹.

As inovações alargam-se ainda ao nível do grafismo. Nas palavras de um dos autores do grafismo inicial deste semanário, o Mestre Ribeiro, “há uma diferença substancial entre o *Expresso* e aquilo que se fazia. (...) O *Expresso* não é um original em termos de grafismo, porque é inspirado também em jornais ingleses, como o *Sunday Times*, e é inspirado não só no tipo de letra de tituleira, que é o *times*, mas também na forma de estruturar as notícias, e a diferença está aí”⁹⁰.

O jornal inova ainda na introdução de sondagens de opinião que, como veremos, constituiu um dos mais importantes marcos da história do jornal e da imprensa portuguesa dos anos de 1970.

Logo na sua primeira edição, o *Expresso* apresenta o seu programa, assegurando “que a imprensa pode vencer as barreiras da língua, da geografia e do tempo histórico”, atesta ainda que “a imprensa tem funções mais elevadas a desempenhar do que deslumbrar (...) alguns prezados amigos”⁹¹.

Desde 6 de Janeiro de 1973 que manteve o preço de 5\$00, representando mais do triplo do valor de um jornal diário. A este respeito um leitor escreveu numa das primeiras edições:

“não posso esconder a satisfação que me deu a leitura do nosso *Expresso*. Em princípio pareceu-me elevado o seu custo 5\$00. Por não desejar ignorar a sua teoria, sacrifiquei os ditos cinco escudos e, finalmente, não sacrifiquei o dinheiro, a leitura do *Expresso* vale muito mais”⁹².

Os preços dos jornais diários alteraram em Fevereiro de 1974, passando de 1\$00 para 1\$50. Porém o preço do semanário manteve-se.

O *Expresso* conhece durante o seu primeiro ano uma fase de estabilidade, em que as tiragens rondam os 60/75 mil exemplares. Contudo, a atuação intensa da censura sobre o jornal irá traduzir-se numa queda significativa da tiragem nos primeiros meses de 1974.

No terceiro número do *Expresso*, publicado a 20 de Janeiro, lê-se no editorial o seguinte:

⁸⁹ Entrevista a Balsemão, *Flama*, 27 de Outubro de 1972, p. 12

⁹⁰ Entrevista realizada pela autora em 20 de Maio de 2014

⁹¹ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p.8

⁹² *Idem*, 13 de Janeiro de 1973, p. 9

“O número dois vendeu praticamente o mesmo que o primeiro, a venda foi superior a 70.000 exemplares. As inscrições assinantes continuam a aumentar, apesar dos involuntários atrasos da distribuição.

As agências de publicidade e os anunciantes também nos tem acompanhado com assiduidade permitindo cumprir o objetivo inicial de ocupação de 30% do espaço do jornal com publicidade”⁹³.

Cerca de dois meses depois surge nova referência a esta questão, assegurando que “a tiragem anda à ronda dos 75.000, o número de assinantes caminha para os 3.000 e a publicidade bruta aproxima-se semanalmente dos 200 contos. Para quem nasceu à menos de quatro meses temos de convir que o panorama é animador”⁹⁴.

Destes exemplares, cerca de 15 mil eram vendidos entre Angola e Moçambique, um número considerável, tendo em conta o atraso com que o jornal chegava às então colónias portuguesas.

Relativamente ao desempenho económico da Sojornal durante o ano de 1973, o Conselho de Administração, composto por Francisco Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa e Ruella Ramos, assegura que “depois do aumento espetacular do *Expresso*, o seu êxito formou-se e não será exagero dizer que, presentemente, se trata de um dos órgãos da imprensa periódica com maior influência em Portugal”⁹⁵.

Assim, a empresa proprietária do jornal fechou o primeiro ano com um saldo positivo de 242,7 contos. As receitas da publicidade fixaram-se nos 14.150\$00, enquanto o número de vendas do jornal ultrapassou os oito mil. De acordo com o Conselho de Administração, estes valores são a prova de que “quem trabalha na redação e na publicidade sabe fazer jornais e sabe vender espaço publicitário”.

Relativamente aos custos, a rubrica “serviços e fornecimentos a terceiros”, (que compreende as rendas, eletricidade, telefones, despesas postais, transportes e deslocações), foi a que representou maiores valores: 14 mil contos. Os gastos com o pessoal, categoria na qual se incluem ordenados, gratificações, subsídio de férias, encargos fiscais e parafiscais, situaram-se nos 3,5 mil contos.

Tendo em conta as dificuldades que o jornal atravessou com o regime de exame prévio, com os constantes atrasos prejudiciais à sua expansão, e com as pressões políticas e económicas, os valores (agora) apresentados são bastante positivos.

⁹³ *Expresso*, 20 de Janeiro de 1973, p.8

⁹⁴ *Idem*, 24 de Março de 1973, p.8

⁹⁵ *Idem*, 8 de Junho de 1974, p. 18

O primeiro número do jornal anunciava ainda que a apreciação do produto seria da responsabilidade dos leitores, afirmando que, “o julgamento, como é óbvio, não nos compete. Será o leitor a decidir, será o público – aceitando-nos (ou não), orgulhando-se (ou não) de nós, desculpando (ou não) os nossos erros, compreendendo (ou não) as razões das nossas omissões – quem assegurará (ou não) o nosso êxito”⁹⁶.

Assim, foi na inovadora secção das Cartas que o *Expresso* incentivou os leitores a comentarem o seu produto. Nas primeiras edições liam-se comentários de felicitações e ânimo, tal como os excertos a seguir apresentados, de Luís Monteiro e Ernesto Rodrigues, respetivamente:

“Aproveito para saudar (...) o *Expresso* pela imparcialidade posta no noticiário nacional e internacional, o que (infelizmente) não é nada comum aos órgãos de imprensa nacionais”⁹⁷.

“O jornal foi uma bomba. *Expresso* é comentário nos tempos livres de café e nos intervalos das aulas, até nas palavras cruzadas, coisa inédita entre nós”⁹⁸.

O *Expresso* propôs-se, no início da sua caminhada, a competir no dia de saída com os jornais diários da manhã. Para isso edificou uma linha editorial centrada na necessidade de informar explicando.

Deste modo, o jornal cedo se implantou com uma grande tiragem, com um número de leitores apreciável e com um grande impacto na opinião pública, sendo desde logo uma dor de cabeça para o Governo e para os censores.

3.1.3. Sondagens

De acordo com Paula Espírito Santo, “as sondagens à opinião pública constituem um dos ingredientes fundamentais à auscultação do estado do sistema político e da relação entre governantes e governados e, conseqüentemente, constituem um importante reflexo do Estado da Nação. A divulgação das sondagens através dos meios de comunicação social constitui-se como um fator incontornável e sintoma importante acerca da democratização do sistema político”⁹⁹.

Em Portugal até finais dos anos de 1970 as sondagens políticas eram escassas, resultado das poucas empresas que se encontravam habilitadas para o fazer e do pouco

⁹⁶ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p.8

⁹⁷ *Idem*, 27 de Janeiro de 1973, p. 8

⁹⁸ *Idem*, p. 8

⁹⁹ Santo, Paula Espírito, *Surgimento e Condicionantes das Sondagens em Portugal*, Observatorio, Journal 7, 2008, p. 154

investimento institucional e do Estado. Espírito Santo afirma ainda que “a utilização e divulgação dos recursos das sondagens políticas através da comunicação social, em Portugal, começou de forma incipiente e pouco notória”¹⁰⁰.

Assim, o *Expresso* seria pioneiro na utilização da sondagem no país. A sua primeira manchete dava destaque para o facto de “63 por cento dos portugueses nunca terem votado”.

63 por cento dos portugueses nunca votaram



Imagem 2 – Sondagens do Jornal *Expresso*

Esta sondagem fazia parte de um plano do jornal que visava fazer uma cobertura, o mais completa possível, das eleições para deputados que se iriam realizar nesse ano. Na sua base estiveram as eleições de 1969 que, apesar da abertura marcelista, apresentaram diversas incoerências nos cadernos eleitorais, nomeadamente em algumas assembleias em que até os emigrantes e os mortos votaram.

Assim, a sondagem publicada pelo *Expresso* em Janeiro de 1973 era representativa do momento e do país em que o jornal nasceu.

O inquérito de opinião, da responsabilidade da SERTE¹⁰¹, incidiu sobre indivíduos com mais de 24 anos, que tivessem já tido oportunidade de votar pelo menos uma vez.

Segundo os dados apurados concluiu-se que eram nas duas maiores cidades do país onde se encontrava a maior percentagem de não votantes, Lisboa com 79%, e Porto com 47%, deixando em aberto a questão “se tais percentagens se devem a uma despolitização acentuada ou a um abstencionismo propositado”¹⁰². Relativamente ao exercício de direito de voto, de acordo com as classes socioprofissionais, a sondagem concluiu que eram as

¹⁰⁰ Santo, Paula Espírito, *Surgimento e Condicionantes das Sondagens em Portugal*, Observatorio, Journal 7, 2008, p. 156

¹⁰¹ Sociedade de Estudos de Desenvolvimento de Empresas, surgiu em 24 de Janeiro de 1972, não havendo referências da data de encerramento da sua atividade.

¹⁰² *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p.1

profissões científicas e técnicas e os quadros administrativos superiores as mais consciencializadas de voto, com 59% dos votantes. Seguindo-se os comerciantes, vendedores e empregados de escritório com 54%. Por outro lado, entre os agricultores, pescadores e equiparados apenas 29% votaram pelo menos uma vez.

A concessão do direito de voto a partir dos 18 anos foi também alvo de análise, sendo que 49% dos inquiridos concordava que a idade mínima de voto se alterasse dos 21 para os 18 anos.

De acordo com Espírito Santo, “apesar de, tecnicamente, haver lacunas e até imprecisões na expressão daquela sondagem, a apresentação desta na comunicação social, ainda em tempo político de condicionamento da imprensa, constitui um marco, de grande simbolismo, para a história das sondagens em Portugal”¹⁰³.

O jornal voltaria a publicar uma nova sondagem a 3 de Março de 1973, dando conta de um aumento do número de recenseados em apenas quatro por cento, entre as eleições de 1969 e de 1972. Estes números referem-se a indivíduos de ambos os sexos com capacidade eleitoral e que se encontravam recenseados por livre iniciativa. De acordo com o *Expresso* estes valores indicam a redução do nível de politização dos portugueses ao longo dos últimos anos, apesar das várias manifestações de carácter político que foram acontecendo. Acrescentam ainda que “a politização de um povo adormecido durante décadas não se faz com uma ou outra campanha eleitoral esporádica e sem continuidade”¹⁰⁴.

Os dados recolhidos pela SERTE permitem concluir que, uma vez mais, foram as profissões científicas e técnicas e os quadros administrativos superiores as classes que maior consciência tomou da importância do recenseamento. Em todas as outras classes é mínimo o número de pessoas não recenseadas em 1969 que se tivessem inscrito em 1973 nos cadernos eleitorais. É ainda significativo realçar que é em Lisboa, de entre todos os centros urbanos, onde se encontra a maior percentagem de pessoas que não tenciona recensear-se, 86%.

A 31 de Março do mesmo ano o *Expresso* volta a publicar uma nova sondagem da responsabilidade da SERTE, dando conta do desinteresse eleitoral relativamente às eleições para deputados que aconteceriam a 28 de Outubro de 1973. A amostra englobou

¹⁰³ Santo, Paula Espírito, *Surgimento e Condicionantes das Sondagens em Portugal*, Observatorio, Journal 7, 2008, p. 157

¹⁰⁴ *Expresso*, 3 de Março de 1973, p. 1

cerca de 600 entrevistados dos centros urbanos de Lisboa, Porto, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Évora e Lagos.

Relativamente aos resultados concluiu-se que se inscreveram nos cadernos eleitorais em 1973 apenas 30% dos indivíduos já recenseados em 1969, enquanto 58% declararam que não se inscreveram por considerarem a inscrição de 1969 válida para as próximas eleições. A maior percentagem de inscrições verificou-se entre as classes mais jovens, na sua maioria homens, com idades compreendidas entre os 24 e os 34 anos. Segundo a análise do *Expresso*, estes valores podem ser representativos “do desinteresse pelo ato eleitoral em si mesmo, (...) motivado por uma consciência carecida de conteúdos políticos, pelo comodismo relativamente às tarefas que é necessário executar para obter a inscrição do nome nos cadernos eleitorais, (...) pelo facto de, à partida, o vencedor ser quase certo, ou ainda pela rejeição do recenseamento em si mesmo ou pela hostilidade aos processos eleitorais que alguns consideram incompatíveis com os seus conceitos políticos”¹⁰⁵.

Apesar da inovação do jornal, a divulgação de sondagens através dos meios de comunicação social nunca foi bem aceite pelo regime de Salazar/Caetano. O baixo nível de educação, comparativamente à restante Europa, e do número de recenseados, aliado à ausência de liberdade de expressão e de processos eleitorais verdadeiramente competitivos contribuiu para que as sondagens políticas em Portugal não fossem uma realidade nos séculos XVI -XVIII.

Com o fim do Estado Novo, a lei que proibia a publicação das sondagens foi revogada em 1982, sendo desde então permitida a publicação de sondagens na imprensa.

3.2. Um vasto grupo de colaboradores

Segundo Tiago Fernandes, a fundação do *Expresso* foi “um projecto profissional de Balsemão, que procura estabelecer a sua autonomia no interior do mundo jornalístico”¹⁰⁶. No entanto, desde o seu primeiro número, contou entre os seus colaboradores com alguns dos deputados liberais, nomeadamente Francisco Sá Carneiro, Magalhães Mota, Miller Guerra e Mota Amaral. Segundo Castanheira este foi “um mérito inacreditável do dr.

¹⁰⁵ *Expresso*, 31 de Março de 1973, p. 1

¹⁰⁶ Fernandes, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p. 127

Balsemão, de ter aberto o jornal. Não se limitou a receber. A iniciativa é dele, e isso é de facto fantástico”¹⁰⁷.

Este facto permite-nos apresentar o *Expresso* também como “um projeto de afirmação ideológica e política de um grupo, a Ala Liberal”¹⁰⁸.

Em entrevista à revista *Flama*, meses antes da publicação do novo semanário, Balsemão havia afirmado que “a política é um assunto demasiado sério para ser confiado exclusivamente aos políticos”¹⁰⁹. Deste modo, os editoriais do jornal seriam um prolongamento da atividade desenvolvida pela Ala Liberal na AN.

No campo da opinião, Francisco Sá Carneiro assume a 6 de Janeiro de 1973 uma colaboração com o jornal, através de uma rubrica semanal chamada “Visto”. Na sua primeira crónica deixa patentes os seus objetivos: “Resta saber se de uma tentativa de participação política algo se colheu que permita ao responsável por esta coluna formular semanalmente, com um mínimo de interesse, um visto crítico sobre os acontecimentos políticos nacionais”¹¹⁰.



Imagem 3 – “Visto” in *Expresso* de 6 de Janeiro de 1973

A 3 de Fevereiro de 1973, numa crónica sobre a participação política, Sá Carneiro recorda as eleições em que aceitou candidatar-se à AN, afirmando que “em 1969 o regime anunciou o pluralismo e acenou à participação (...) Houve quem acreditasse no pluralismo prometido e iniciasse uma tentativa autêntica”. Acreditou-se igualmente na esperança de liberalização do regime que, segundo o líder dos liberais, “em 1969

¹⁰⁷ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

¹⁰⁸ Fernandes, Tiago, *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, p. 127

¹⁰⁹ *Flama*, 27 de Outubro de 1972, p. 8

¹¹⁰ Carneiro, F. Sá, “Visto” in *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 8

declarou-se querer esse funcionamento livre e integral. Logo a reação se desencadeou contra ele, reprovando-o, reduzindo-o a uma oposição sem viabilidade”¹¹¹.

A 17 de Fevereiro de 1973 a sua crónica seria pela primeira vez totalmente cortada tendo sido por isso substituída por uma intervenção sua na Assembleia. A alocução escolhida, proferida a 13 de Junho de 1971 (“*Assegurar um verdadeiro estado de direito*”) incidia sobre a questão das liberdades dando conta de como os deputados sentem “melhor do que o Governo, que o cidadão, com todo o solene reconhecimento constitucional dos seus direitos fundamentais, se encontra, na realidade, desarmado frente ao Poder”. Acrescenta ainda na sua comunicação que, pouco importa às pessoas saber que têm os direitos reconhecidos em princípio, se o exercício deles lhes é negado na prática.

Em finais de Abril de 1973, Francisco Sá Carneiro sofre um violento despiste de automóvel perto de Famalicão, junto com o irmão Ricardo e a família deste. Hospitalizado no Porto, o deputado apresenta a bacia fraturada, hemorragias internas, costelas partidas e um traumatismo renal. De acordo com Avillez, “chamado pela família, Frei Mateus ocorre imediatamente. Encontra Francisco na sala de observações. Ficam ambos um longo momento a sós: «Percebi que se preparava para morrer. E que encarava a morte com alguma distância e uma certa fleuma, até. Estava totalmente lúcido. Nunca houve da sua parte o menor dramatismo em nenhum passo do diálogo que ambos mantivemos. Diante de mim estava um homem digno e com muita coragem»”¹¹².

Ao fim de três dias na sala de reanimação Sá Carneiro começa a dar provas de estar a melhorar. Contudo, as sequelas deixadas pelo acidente, obrigá-lo-á a parar a sua atividade durante dezassete semanas, inclusive a sua coluna no *Expresso*. “*O fim da Assembleia Renovada*”, publicado a 28 de Abril de 1973, seria portanto o seu último “Visto” publicado até recuperar totalmente do acidente. Nele aborda alguns dos temas e causas por que pugnara enquanto deputado: a lei de imprensa, a revisão da Constituição, os direitos e liberdades humanas, a liberdade religiosa e a necessidade de revisão da Concordata, a amnistia de crimes políticos. Lamenta, no entanto, que “quase totalidade dos membros da Assembleia” tenha optado “pela continuidade de um regime político que necessitava de autênticas reformas políticas para ser compatível com a existência de verdadeiro parlamento”¹¹³.

¹¹¹ Carneiro, F. Sá, “Visto” in *Expresso*, 3 de Março de 1973, p. 8

¹¹² Avillez, Maria João, *Francisco Sá Carneiro, Solidão e Poder*, Lisboa: Cognito, 2010, p. 74

¹¹³ Carneiro, F. Sá, “Visto”, in *Expresso*, 28 de Abril de 1973, p. 8

A 9 de Junho de 1973 Balsemão substitui pela primeira vez Sá Carneiro. Numa crónica intitulada “*O Fenómeno Político Sá Carneiro*”, Balsemão traçar o percurso político do líder da Ala Liberal, salientando que “não é a renúncia de Sá Carneiro ao mandato como deputado que lhe confere projeção. Pelo contrário, é o facto de essa projeção já existir que atribui importância à renúncia”¹¹⁴. Caracteriza-o então como um homem claro, conciso e inteligente que “com maior preparação e objetividade falava sobre os problemas que interessavam à maioria”¹¹⁵.

Sá Carneiro regressaria à colaboração com o *Expresso* a 6 de Outubro, iniciando uma série de cinco artigos sobre as eleições de 1973. Contudo, logo no início de 1974, decide abandonar a responsabilidade exclusiva da secção, devido à intensidade de cortes sobre os seus trabalhos. Na primeira crónica de 1974, Balsemão assegura mesmo que nenhum dos “Vistos” de Sá Carneiro veio à luz na sua versão integral, tendo sido incessantemente perseguido pela censura com cortes totais e parciais. Como refere o fundador e primeiro diretor do *Expresso*:

“quando os cortes eram parciais, eu procurava ajuizar se, mesmo mutilada, a prosa fazia sentido e, na afirmativa, publicava-a. O autor concordava com esse critério, só que era mais exigente do que eu quanto aos casos em que a coluna podia sair apesar dos cortes. (...) as restrições acabaram por ser tantas que Francisco Sá Carneiro entendeu que não poderia continuar a assegurar uma periodicidade semanal”¹¹⁶.

A partir de então a responsabilidade pelo “Visto” é partilhada por Sá Carneiro, Balsemão e outros dois deputados liberais, Miller Guerra e Magalhães Mota.

Logo no início de Fevereiro de 1974 Balsemão escreve uma carta a Sá Carneiro, pedindo que reconsidere a sua colaboração com o *Expresso*:

“Há diversas pessoas, nomeadamente ministros, que querem derrubar o *EXPRESSO*, porque não sabem (tentar) governar sem uma imprensa totalmente domesticada. Acredite que isto não é “mania da perseguição”, mas mera verificação dos factos. Por isso mesmo, não creio que seja este o momento para Você abandonar a sua colaboração”¹¹⁷.

Contudo, a situação manter-se-ia até à revolução de 25 de Abril de 1974. Sá Carneiro passou a escrever apenas uma vez por mês, embora com vários percalços provocado pela censura.

Para além desta forte presença da Ala Liberal, o *Expresso* confere ainda espaço às várias correntes políticas da oposição. Jorge Sampaio, por exemplo, estreou-se no

¹¹⁴ Carneiro, F. Sá, “Visto”, in *Expresso*, 9 de Junho de 1973, p. 10

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*

¹¹⁶ Castanheira, José Pedro, *O que a Censura cortou*, Lisboa: Expresso, 2009, p.11

¹¹⁷ Carneiro, Francisco Sá, *Textos*, 2º vol, Lisboa: Alêtheia Editores, 2010, p. 110

Expresso em Outubro de 1973, quando foi convidado a escrever quatro crónicas durante a campanha eleitoral para a AN.

Colaboravam ainda no jornal nomes como César Príncipe, ligado ao PCP, Mário Murteira, católico-progressista, Henrique Barrilaro Ruas, monárquico, Magalhães Mota e Mota Amaral, deputados liberais e Mário Sottomayor Cardia, responsável pela revista *Seara Nova* e aliciado, em 1973, para integrar o núcleo fundador do PS. De acordo com Castanheira, passou pelo jornal “uma quantidade de quadros que viriam a ser deputados ou ministros depois do 25 de Abril. É muito impressionante o leque de pessoas que passaram pelo *Expresso*”¹¹⁸.

A área cultural mereceu também uma forte aposta por parte do jornal. Há semelhança do modelo anglo-saxónico, o *Expresso* introduz, por exemplo, o *ranking* dos livros mais vendidos na quinzena e a publicação de contos inéditos. Entre os escritores que colaboraram com o *Expresso* estão figuras de grande prestígio e qualidade, como Luandino Vieira, Manuel da Fonseca, José Cardoso Pires, Maria Teresa Horta e José Rodrigues Miguéis.

Outro dos muitos colaboradores do jornal foi Joaquim Letria¹¹⁹. Jornalista com uma vasta experiência, integra o projeto logo no seu início, devido, na opinião do próprio, ao seu “percurso na AP, os contactos em Londres e o conhecimento do meio jornalístico”¹²⁰.

Em Londres, a trabalhar para a *BBC*, Joaquim Letria mantinha uma colaboração semanal com o jornal. A respeito da importância do *Expresso*, Letria refere que ele “tinha um poder que hoje é difícil de imaginar. Ao sábado acordava cedo para ir comprar o jornal, porque o *Expresso* trazia coisas que mais ninguém trazia. Notícias, coisas muito bem-feitas, era um jornal fantástico”¹²¹.

Muitas vezes, os seus trabalhos enviados para publicação, através da *Western Union*, eram sobre temas propostos pelo próprio jornalista. Noutras ocasiões, respondia a pedidos que o jornal fazia. Letria recorda que “uma vez o ministro da Educação, Veiga Simão, foi a Inglaterra e pediram-me para entrevistá-lo. Pensei que era ridículo um tipo que vive em Londres ir a correr atrás de um português que está lá dois dias, numa reunião. Mas a

¹¹⁸ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

¹¹⁹ Com apenas 18 anos Joaquim Letria inicia-se no jornalismo, trabalhando no *Diário de Lisboa*, na revista *Flama*, na *Rádio Clube Português*, passando ainda pela agência de notícias *Associated Press* e pela *BBC*. Em Londres, mantém o cargo na *BBC* e, simultaneamente, uma colaboração com o jornal *Expresso*. De regresso a Portugal, depois do 25 de Abril, haveria de ocupar ainda muitos outros cargos na área da informação, nomeadamente na *RTP* e nos dois semanários que fundou, *O Jornal* e o *Tal & Qual*.

¹²⁰ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

¹²¹ *Idem*

verdade é que as pessoas lá fora abriam-se mais do que aqui. Aqui ficavam mais na retranca”¹²².

Publicada na edição de 26 de Janeiro de 1974, a peça apresentava como título uma declaração de Veiga Simão, «Temos de saber viver com a contestação estudantil». Convidado em 1970 para substituir o ministro José Hermano Saraiva, Veiga Simão simbolizava a renovação na continuidade de Marcelo Caetano. Em quatro anos levou a cabo uma reforma que, não só rompia com os princípios vigentes, como deixou marcas que perduraram até hoje, como a expansão do ensino superior. A esse respeito, Veiga Simão afirma na entrevista que, “a abertura de novas universidades vem abrir possibilidades a jovens professores desprezados pelas universidades tradicionais e outros que vivem no estrangeiro de se imporem e colaborarem numa tarefa importante”¹²³.

Acrescenta ainda que “aqueles que receiam uma contestação estudantil a nível nacional, porque se abrem mais universidades só podem pensar assim por mera estupides. Esses são os que há anos atrás diziam que não se devia educar as pessoas porque as pessoas educadas se tornavam perigosas”¹²⁴. A contestação estudantil é apresentada por Veiga Simão como “um fenómeno dos nossos dias e não podemos perder a cabeça com ela. Temos, pelo contrário, de saber viver com ela”. Além do mais, acrescenta o ministro da Educação, “quando a contestação estudantil procura uma melhor sociedade e busca uma vida mais autêntica e, ao mesmo tempo, contesta as estruturas estudantis no sentido da melhoria do ensino, então eu sou pela contestação estudantil”.

As declarações do ministro da Educação ao *Expresso* revelam-se surpreendentes, não restando dúvidas sobre o fim da “renovação”, apesar do sector da educação manter o desejo de mudar. Esta entrevista revela ainda o modo como o jornal revolucionou a imprensa portuguesa, ao ousar entrevistar um ministro que, perante um regime ditatorial e um país profundamente atrasado, defendia a democratização do sistema educativo.

¹²² Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

¹²³ *Expresso*, 26 de Janeiro de 1974, p. 1

¹²⁴ *Idem, ibidem*

3.3. Estrutura Orgânica

Na edição experimental do jornal, lançada a 18 de Dezembro de 1972, lia-se:

“na redação do *Expresso* existem vários elementos que podemos considerar «virgens» na profissão – ainda sem vícios inerentes à rotina da nossa imprensa. Quanto aos outros, aos que têm dos jornais «velhos», todos eles têm uma característica comum: sempre quiseram fazer coisas «novas» nesses jornais «velhos»”¹²⁵.

O *Expresso* iniciou a sua atividade com uma redação extremamente reduzida, de cerca de quinze pessoas, em que a média de idades se situava à volta dos 30 anos. O corpo redatorial era composto essencialmente por homens que, apesar de possuírem experiência profissional no meio, provinham das mais diversas áreas de formação, como o ensino, a economia e o direito.

A experiência adquirida por Balsemão ao serviço do *Diário Popular* possibilitou-lhe um convívio com uma jovem geração de jornalistas, acabando por constituir a redação do seu semanário com um grupo de jovens, de composição plural, que conheceu durante o curso que lecionou naquele jornal para candidatos a jornalistas. As recomendações de Augusto de Carvalho contribuíram igualmente para a composição do novo quadro redatorial.

Com uma posição política de esquerda, Augusto de Carvalho seria então o primeiro chefe de redação do novo semanário. Com 39 anos de idade, e uma vasta experiência no meio, este profissional começou a sua atividade jornalística em 1963, em Roma, onde tirou o curso de Ciências da Informação. Ainda durante os anos de 1960, lecionou no Instituto Social de Lourenço Marques as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia da Economia, e colaborou simultaneamente no *Notícias*, onde mais tarde veio a assumir o cargo de subchefe de redação da edição da tarde.

Quando regressou a Portugal em 1968, ingressa nos quadros redatoriais de *O Século*, transitando depois numa comissão de serviço para a *Vida Mundial* onde ocupou o cargo de subchefe de redação. Em 1971 havia de lhe ser entregue a chefia. Ao serviço do *Expresso* havia de ser ele o enviado especial a cobrir os acontecimentos internacionais mais importantes, assinando peças como “Tóquio paralisado: greves nos transportes” (28/4/1973), “Manifestações canceladas para não ferir o Governo inglês” (14/7/1973), “Situação no Chile permanece confusa” (15/9/1973) e “O Chile com a junta militar a tentar a despolitização” (29/9/1973). Em Moçambique, as suas relações com a FRELIMO

¹²⁵ Edição experimental do *Expresso*, 18 de Dezembro de 1972, p.8

e com o Presidente Samora Machel permitiram-lhe produzir textos como “Guerra em Moçambique” (28/7/1973), “Moçambique: Federação e outras hipóteses” (11/8/1973) e “Expectativa de novos rumos” (22/12/1973).

Por altura da sua morte, em Agosto de 2012, Pinto Balsemão afirma que «recordá-lo-ei sempre como um dos grandes jornalistas a cobrir os temas da Lusofonia. Era um excelente profissional, com uma enorme experiência no sector»¹²⁶. José António Saraiva, também antigo diretor do *Expresso*, entre 1985 e 2006, assegura que “como jornalista era um homem surpreendente, sensato, com bom senso, era uma espécie de abade e geria a redação como um abade geria um convento. Tinha uma atitude quase paternal. Depois era um homem muito plástico, nada rígido, era capaz de ter uma opinião sobre uma coisa, mas capaz de mudar se o interlocutor o convencesse”¹²⁷.

Como chefe-adjunto da secção nacional, José Manuel Teixeira. Professor do Ensino Técnico e Liceal, com ligações a um sector radical da CDE, José Manuel Teixeira exercera funções de chefe de redação da revista *Rádio & Televisão*. Iniciara-se no jornalismo no *Diário Popular*, em 1966, o que explica o convite para que integre a redação do *Expresso*.

No *Expresso* escreveu variadas peças. Cabe-lhe, por exemplo, fazer a cobertura do conflito israelo-árabe, assinando, a partir de Telavive, artigos como “Os canhões de Israel troam no planalto de Golan” (13/10/1973) e “Médio-Oriente: um novo Vietname?” (20/10/1973). Na secção “nacional”, onde os artigos eram raramente assinados, é-lhe atribuída a autoria da peça “Cisão na Oposição Clássica?” (14/7/1973). O artigo era uma interpretação do jornalista da reunião plenária da CDE de Lisboa do dia 8 de Julho de 1973.

Segundo José Manuel Teixeira “a Unidade Democrática pretende abarcar as mais diversas fações – do socialismo moderado à social-democracia e, quem sabe, num futuro próximo, os liberais e os sedistas”, adiantando ainda que “a unidade pretendida parece não pôr em causa a estrutura económica-social”¹²⁸.

Esta e outras posições assumidas na peça provocam uma forte reacção de Eugénio Rosa. Em carta aberta ao diretor do *Expresso*, o economista contesta a possibilidade de

¹²⁶ www.publico.pt/media/noticia/augusto-de-carvalho-foi-muito-importante-na-trajectoria-do-expresso-1560579 Consultado em 20 de Maio de 2014

¹²⁷ sol.sapo.pt/noticia/57728 Consultado em 20 de Maio de 2014

¹²⁸ *Expresso*, 14 de Julho de 1973, p. 1

uma aliança entre elementos da SEDES e da Oposição Democrática¹²⁹. Em seu entender, a peça de José Teixeira revela “um desconhecimento absoluto dos princípios que informam todas as estruturas da Oposição Democrática ou o desejo consciente de deturpar a realidade”¹³⁰.

O responsável pela área do desporto, Inácio Teigão, destacava-se também pela sua juventude. Com apenas 28, apresentava um percurso profissional bastante comum à época, dado que iniciara a sua atividade como tipografo tendo depois começado a desempenhar a função de redator e de chefe de redação. Pertenceu ainda aos quadros do jornal *República* e do *Record*.

Fazia ainda parte da redação Álvaro Martins Lopes, 33 anos, encarregue da secção de internacional. Uns anos mais tarde será considerado como próximo ao PCP. Antes de chegar ao *Expresso* colaborou na secção de noticiários da Emissora Nacional, estando depois ao serviço de *O Século* e da *Vida Mundial*, onde sempre se ocupou de assuntos internacionais. Publicou uma série de artigos sobre os «primitivos» norte-americanos intitulada “E os índios da América?”, e sobre a investigação espacial e a vida extraterrestre.

Enquanto jornalista do *Expresso* publicou peças sobre o Médio Oriente, como “A «água no bico» na clemência de Hussein” (22/9/1973), e sobre a Europa, como “Grécia: os generais na linha dos coronéis” (1/12/1973), “Na Dinamarca os nove contra o frio” (15/12/1973) e, “Europa encontra a sua identidade” (22/12/1973).

Foi também o primeiro jornalista português, como enviado do *Expresso*, a entrevistar o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. A entrevista realizou-se em Bruxelas, aquando da participação de Cunhal no Congresso de partidos Comunistas da Europa Ocidental, em Janeiro de 1974. Viria a ser publicada apenas a 27 de Abril de 1974, sob o título “A união do PC com a Oposição portuguesa é não só viável como inevitável”. Nela Cunhal assegura que a política que se vive em 1974 “não corresponde aos interesses do povo português” e que “Só através de uma alteração radical se poderá pôr termo aos problemas económicos, das liberdades, da guerra, da submissão ao estrangeiro”. Por isso, acrescenta, “O PC acha necessário trabalhar e lutar. Para tal, é necessário que todas as forças políticas

¹²⁹<http://64.71.144.19/nad/PrintVersionDossAut.php?eaid=267&codaut=censura16&lng=pt> Consultado em 16 de Setembro de 2014

¹³⁰ <http://64.71.144.19/nad/PrintVersionDossAut.php?eaid=267&codaut=censura16&lng=pt> Consultado em 16 de Setembro de 2014

se unam, com vista à luta para solucionar a situação e encaminhar Portugal no caminho do desenvolvimento, da independência e da paz”¹³¹.

Mais recentemente, Martins Lopes revelou ao *Expresso* pormenores desta entrevista, admitindo a imagem de encantamento com que ficara de Álvaro Cunhal:

«Eu não o conhecia. (...) Então surge-me um homem de boa figura, na aparência intocado por todas as violências a que tinha sido sujeito, com um sorriso cativante, fluente no falar e extremamente educado. Alguém com quem daria gosto continuar a conversar»¹³².

Tal como o seu entrevistado, também Martins Lopes não acreditava na possibilidade de a censura autorizar o artigo. Lembra que, ao ler a entrevista com Balsemão, «o Marcelo Rebelo de Sousa comentou que ela não passaria porque “era muito branda”. Se o entrevistado ameaçasse “comer criancinhas”, ainda talvez a censura deixasse passar, para explorar essa violência verbal»¹³³. O jornalista confessa ainda nunca ter admitido que Cunhal lhe concedesse a entrevista, daí que tenha levado apenas algum papel, «tão pouco que se acabou e foi o próprio Álvaro Cunhal quem me forneceu o restante, comentando ser a primeira vez que tinha de dar papel a um jornalista»¹³⁴.

O chefe da secção de Economia seria um primo de Balsemão, António Patrício Gouveia¹³⁵ que, aos 24 anos, era um recém-licenciado da área. Apesar de não possuir experiência em jornalismo fica responsável por escrever sobre economia, finanças e empresas.

Marcelo Rebelo de Sousa integrava também a redação do *Expresso* como administrador-delegado da Sojornal. Aos 23 anos era licenciado em Direito e dispunha de experiência como jornalista correspondente desde 1970, tendo colaborado em revistas científicas e órgãos da imprensa ultramarina e metropolitana, nomeadamente nos jornais *A Capital* e *o Tempo*¹³⁶.

Além das funções de administrador, Marcelo Rebelo de Sousa foi também cronista do *Expresso*. O seu primeiro artigo data de 10 de Março, uma peça intitulada “*Os caminhos da direita portuguesa*”, e é assinado com as iniciais NS – Nuno Sousa. Na

¹³¹ *Expresso*, 27 de Abril de 1974, p. 7

¹³² Lopes, Álvaro Martins, “Cunhal deu o papel para fazer a entrevista”, in *Expresso*, 11 de Novembro de 2013

¹³³ *Idem*

¹³⁴ *Idem*

¹³⁵ Morre a 4 de Dezembro de 1980, vítima do acidente aéreo que vitimou igualmente o primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, bem como as respetivas mulheres e os dois membros da tripulação.

¹³⁶ Os artigos de opinião assinados por Marcelo Rebelo de Sousa nos jornais *A Capital* e *o Tempo* lançam críticas ao regime de Marcelo Caetano, de quem era relativamente próximo, acabando por deteriorar-se a relação entre ambos.

edição seguinte, de 17 de Março, é possível encontrar um novo artigo seu, desta vez assinado com as iniciais MRS. A propósito de assinar apenas com as iniciais, Marcelo Rebelo de Sousa assegura já não se recordar por que razão foi assim, mas afirma que «foi combinado com o Balsemão. Talvez para não conotar o jornal com o meu nome e com o Rebelo de Sousa, ou com o Marcelo»¹³⁷.

Fernando Brederode Santos, de 33 anos, havia de ocupar-se sobretudo da secção nacional, abordando assuntos de política e de sociedade. Iniciou-se na profissão em 1964, no jornal *República*, tendo nos anos seguintes passado por vários órgãos de comunicação, como *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal do Comércio*, *Diário Lisboa*, *Tal & Qual* e pelas agências ANOP e Lusa. Em 1967, enquanto militante da Frente da Ação Popular (FAP), esteve preso no forte de Peniche por atividades políticas contra a ditadura.

Para o cargo de diretor de publicidade a escolha recai sobre Jorge Galamba Marques que, enquanto estudante havia estado preso, entre Novembro de 1968 e Março de 1969, por alegada atividade contra a segurança do Governo. Depois do 25 de Abril viria a ser presidente da Comissão Política do PSD pela Figueira da Foz.

O elemento mais novo desta redação seria Fernando Ulrich¹³⁸, proveniente de uma família com ligações à banca e ao grande comércio. Encontrava-se ainda a estudar no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa quando em 1973 iniciou a sua colaboração com o *Expresso*. Com apenas 21 anos, era o responsável pela secção de Mercados Financeiros, assinando sob o pseudónimo Vicente Marques. De acordo com o próprio, são duas as razões que o levaram a não utilizar o seu nome verdadeiro: “Desde logo, porque era muito miúdo (...) e havia o receio de não ser levado a sério por estar a escrever sobre a Bolsa com essa idade (...) Por outro lado, também não sabia se ia ficar muito tempo a fazê-lo, pelo que ter um pseudónimo permitia também que eu pudesse ser substituído sem se dar pela troca”¹³⁹.

O jornalista e escritor luso-moçambicano Teodomiro Leite de Vasconcelos, de 29 anos de idade, integra também a redação inicial deste novo semanário. Iniciou a sua atividade jornalística na década de 1960 na Rádio Aero clube da Beira, Moçambique. Quando regressa a Portugal estudou Comunicação Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, sendo portanto um dos poucos na redação do

¹³⁷ Matos, Vítor, *Marcelo Rebelo de Sousa*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2012, p. 216

¹³⁸ No período pós ditadura Ulrich foi técnico do Secretariado para a Cooperação Económica e, posteriormente, assessor do embaixador de Portugal junto da OCDE de 1975 a 1979, em Paris. Identificado com o PSD, Ulrich tornou-se a partir de 2004 presidente do Banco Português de Investimento

¹³⁹ Revista *Expresso*, 28 Julho 2001, p. 27

Expresso com formação na área. No 25 de Abril exerceu funções na Rádio Clube Português e na Rádio Renascença durante o período revolucionário do PREC.

Mercedes Balsemão, sob o pseudónimo de Marcos Cruz, ficaria responsável pela secção Gente, ocupando-se durante anos das palavras cruzadas.

Como correspondente em Madrid é contratado Juan Luis Cebrián, de 29 anos. Jornalista de formação (licenciou-se na Escola Oficial de Jornalismo de Espanha em 1963), destacava-se por ter sido um dos fundadores da revista *Cuadernos para el diálogo* em 1963. Depois da morte de Franco foi fundador e primeiro diretor do jornal *El País*¹⁴⁰.

Possuir uma rede de correspondentes era uma das condições para o jornal alcançar grandes tiragens e ter uma circulação mais alargada em termos geográficos. De acordo com Correia e Baptista, estes profissionais eram de grande importância, “na medida em que garantiam aos jornais, seus «clientes», o rápido conhecimento do que de mais significativo se passasse a nível de desastres graves, internamentos de pessoas importantes, incêndios e desabamentos, decisões ministeriais, chegadas, partidas ou escalas no aeroporto e alojamento em hotéis de personalidades da vida política, artística ou desportiva, nacionais e estrangeiras”¹⁴¹. No entanto, como observam os mesmos investigadores, a recompensa que um correspondente recebia era simbólica, uma vez que, ser correspondente “constituía, só por si, uma honra a que correspondia um estatuto social invejável na pequena comunidade local”.

A pertinência de um correspondente em Madrid por parte do *Expresso* prende-se com o facto de a Espanha, há semelhança de Portugal, estar a viver sob um regime ditatorial. Assim, Cebrián assinou trabalhos como “Extremismo em escalada” (5/5/1973), “A extrema-direita espanhola insiste nos ataques ao Governo” (19/5/1973), “Franco delega poderes: Carrero Blanco Chefe do Governo espanhol” (9/6/1973), “Governo Carrero Blanco: evolução na continuidade” (16/6/1973), “Quem matou Carrero Blanco?” (22/12/1973) e “Arias Navarro o mais possível sucessor de Carrero Blanco” (29/12/1973).

João Bosco Mota Amaral de 30 anos seria o correspondente dos Açores, escrevendo sob o pseudónimo J. Soares Botelho. Em 1969 foi eleito deputado à AN pelo círculo de Ponta Delgada, tendo feito parte do núcleo duro da Ala Liberal onde interveio em questões de grande relevância, como foi o caso da revisão constitucional de 1971.

¹⁴⁰ Em formato tabloide e com uma escrita jornalística de tipo anglo-saxónico, o *El País* é o jornal do fim do Franquismo, no período de transição para a democracia. Com uma média de 457 mil exemplares este é o jornal com maior circulação em Espanha.

¹⁴¹ Correia, Fernando; Baptista, Carla, *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa: Editorial Caminho, 2007, p. 239

Mota Amaral iniciara-se nas lides jornalísticas em 1965, como chefe de redação da revista *Rumo*. A experiência, que se prolonga até 1969, traduziu-se num gosto pela escrita. A propósito das crónicas que escrevia para o *Expresso*, recorda a importância das notas que lhe eram enviadas, dos Açores, por amigos: “Recebia na sexta-feira, por avião, e depois tentava compor a minha crónica que mandava para o jornal ou ia entregar muitas vezes à sexta-feira ao fim da tarde, já metida à pressa mas lá eles publicavam”¹⁴². A sua colaboração com o *Expresso* surge como instrumento da sua grande prioridade, que era “tornar os Açores conhecidos e promover condições para que pudessem dar o salto qualitativo nas condições de vida das suas populações, que eram muito precárias naquela altura”¹⁴³.

A fim de se familiarizarem com o modelo jornalístico que se pretendia introduzir em Portugal, três destes jovens realizaram pequenos estágios no Reino Unido: Augusto de Carvalho, Jorge Galamba e Fernando Ulrich. De acordo com Castanheira, os estágios ficam a dever-se ao facto de Balsemão ser, já naquela altura, um homem de contactos internacionais. Fernando Ulrich recorda as três semanas em Londres e uma em Newcastle. “Fomos muito bem recebidos, acharam muito engraçado que se estivesse a lançar um semanário de tipo britânico em Portugal, tendo em conta o quadro político do país»¹⁴⁴.

3.4. O *Expresso* e a Censura

A perspetiva de uma abertura do regime dissolveu-se a partir de 1971. A nova lei de imprensa (lei nº 5/71) traduziu-se numa alteração de nomes, passando a censura a designar-se de Exame Prévio. No entanto, nada de essencial foi alterado.

Tal como muitos outros órgãos de imprensa, o *Expresso* foi também vítima da censura. No entanto, ao invés de adotar uma postura de resignação, empenhou-se sempre no seu combate, como explica José Pedro Castanheira, lutando “sem outras armas ou recursos além da habilidade, da astúcia e da persistência, e de um permanente apego aos valores do jornalismo e da liberdade de informação”¹⁴⁵.

¹⁴² Entrevista realizada pela autora em 5 de Maio de 2014

¹⁴³ *Idem*

¹⁴⁴ Revista *Expresso*, 28 de Julho de 2001, p. 28

¹⁴⁵ Castanheira, José Pedro, *Expresso*, 12 de Janeiro de 2008, p. 12

Durante as 68 edições em que o *Expresso* esteve debaixo do olhar atento dos censores (de 6 de Janeiro de 1973 a 20 de Abril de 1974), muitas foram as alterações, substituições e adaptações que o jornal teve de fazer, principalmente na sexta-feira à noite, para que estivesse disponível nas bancas no dia seguinte de manhã.

A ação incontornável e incontrolável da censura levou a que muitos fossem os cortes parciais ou totais. No caso de só metade do artigo ter sido cortado “havia que ponderar se a peça jornalística ainda merecia ser publicada, o que não era fácil, porque, em muitos casos, a eliminação de duas ou três linhas ou de uma só palavra, invertia ou distorcia o sentido do que se pretendia divulgar”¹⁴⁶. Por outro lado, quando os cortes eram totais, havia que preencher os espaços em branco, que então eram proibidos. Para tal, utilizavam-se notícias já submetidas à censura, de carácter intemporal.

Outra forma de preencher os espaços em branco, e que servia também para alertar os leitores para a ação da censura, era a utilização de um anúncio desproporcional que, no caso do *Expresso*, dizia o seguinte: “*Expresso* – Um jornal para saber ler” e “*Expresso* – O semanário dos que sabem ver”.

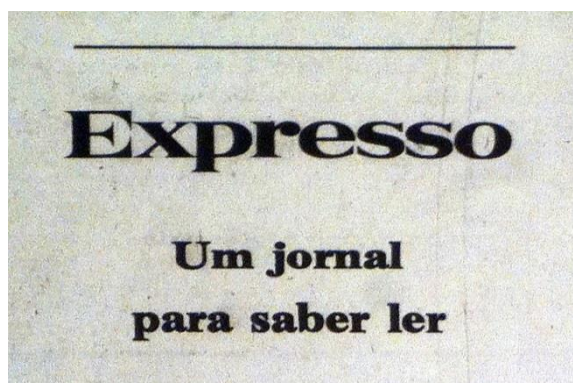


Imagem 4 – Anúncios utilizados para assinalar os cortes feitos pela Censura

¹⁴⁶ Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o *Expresso*” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa, *Expresso*, 2009, p. 7

Como forma de evitar o crivo dos censores, os jornalistas aprenderam também a escrever nas entrelinhas. Exemplo disso é o caso do jornal *República* que, a 18 de Março de 1974, no relato de um jogo de futebol entre o Sporting e o Porto, faz uma breve alusão ao golpe militar frustrado das Caldas da Rainha, ocorrido dois dias antes:

“os muitos nortenhos que no fim-de-semana avançaram até Lisboa, sonhando com a vitória, acabaram por ficar desiludidos com a derrota. O adversário da capital, mais bem organizado e apetrechado, sobretudo muito bem informado da sua estratégia, contando ainda com uma assistência fiel, fez agrupar os intentos dos homens do Norte”.

A terminar a notícia, o jornalista Eugénio Alves refere ainda que “perdeu-se uma batalha mas não se perdeu a guerra”¹⁴⁷.

Os censores eram na sua maioria militares reformados, ou então entre duas comissões na guerra colonial, a quem se aplicava a máxima, “na dúvida, corta”¹⁴⁸. Só em Abril de 1973 é que os serviços de censura viriam assim a ser comandados por um civil, Mário Bento Soares, que ocupou o cargo de diretor do Exame Prévio um ano antes da revolução. Na mesma pirâmide hierárquica encontrava-se ainda, por ordem crescente, Pedro Feytor Pinto, subdiretor geral da informação, Pedro Geraldês Cardoso, diretor geral de informação e, como secretário de Estado da Informação, primeiro César Moreira Baptista e depois Pedro Pinto.

A estratégia, como refere Balsemão, “era massacrar o Diretor do Exame Prévio, por telefone, para casa, à sexta-feira à noite, quando chegava o grosso das decisões sobre as matérias sensíveis, das quais dependiam, sobretudo, a primeira e a última páginas”¹⁴⁹.

No caso do *Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa, homem de fáceis ligações dentro do regime, fazia a ponte entre o jornal e os censores. Filho de Baltasar Rebelo de Sousa, último ministro do governo marcelista a ocupar a pasta do Ultramar, Marcelo Nuno era um homem com uma vasta rede de contactos dentro do regime. Além do mais, dispunha de um convívio frequente com Marcelo Caetano, uma vez que este era padrinho de casamento do seu pai. Castanheira caracteriza-o como “extremamente hábil nessa matéria, persuasivo. Uma pessoa cativante e sedutora que foi encarregue dessa missão”¹⁵⁰.

¹⁴⁷ *República*, 18 de Março de 1974, p. 19

¹⁴⁸ Gomes, Joaquim Cardoso, *Os Militares e a Censura: A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926 – 1945)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006

¹⁴⁹ Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o *Expresso*” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa, *Expresso*, 2009, p. 9

¹⁵⁰ Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

Apesar da habilidade e da rede de contactos de Rebelo de Sousa, Mário Bento Soares considerava o *Expresso* como um dos jornais que maior trabalho dava aos censores, chegando mesmo anos mais tarde a afirmar que o jornal “era uma dor de cabeça”¹⁵¹. De acordo com Castanheira essa realidade decorre do facto de o jornal cedo se ter implantado “com uma grande tiragem e com um número de leitores muito apreciável, com grande impacto na opinião pública. Depois era um jornal que vinha do interior do regime, sobre o qual era preciso estar especialmente atento”¹⁵².

O funcionamento dos serviços de censura nem sempre obedecia aos mesmos critérios. Balsemão recorda que “ao princípio tinha de mandar o que entendesse que devia mandar, e eu entendia que não devia mandar nada, ou então mandava coisas que não tinha qualquer problema”¹⁵³. A situação acaba por complicar-se, sobretudo a partir do incidente protagonizado por Marcelo Rebelo de Sousa.

Em Maio de 1973 durante uma deslocação de Balsemão a Espanha, Rebelo de Sousa assume a direcção do jornal, e aproveita para publicar 28 prosas, já anteriormente cortadas pela censura, que saíram na edição de 2 de Junho. Marcelo Rebelo de Sousa achou que, “para ser, tinha de ser o jornal todo e foi uma edição de luxo porque saiu tudo como se não houvesse censura. Eu estava a deitar-me, eram para aí 7/8 da manhã e tinha o diretor geral de informação a perguntar-me: «O Sr. Dr. é maluco! Não, o Sr. Dr. está doido! Já viu bem o que é que saiu?» e eu disse...«Bom! Sabe, foi uma opção!»...Mas uma opção que significa prova de página”¹⁵⁴.

Esta desobediência levou a que o jornal fosse castigado com provas de página, voltando o mesmo a acontecer no início de 1974. A prova de página consistia em submeter à censura a maquetagem, os títulos, a inserção, os anúncios, as legendas das fotografias, as fotografias, inclusive até a própria página que era escolhida.

A 21 de Fevereiro de 1973, Balsemão desabafava numa carta enviada a Marcelo Caetano, sobre os problemas do jornal, que “daqui em diante, nem uma só linha do que sai nas 24 páginas do *Expresso* pode ser publicado sem o visto do Exame Prévio. Significa também que o jornal pode ser atrasado e retalhado sem qualquer hipótese de defesa tempestiva”¹⁵⁵.

¹⁵¹ Castanheira, José Pedro, *Confidências de Mário Bento*, *Expresso*, 10 de Agosto de 2009, p. 42

¹⁵² Entrevista realizada pela autora em 27 de Março de 2014

¹⁵³ Entrevista realizada pela autora em 12 de Maio de 2014

¹⁵⁴ Sousa, Marcelo Rebelo (2004) *O Expresso e a Censura* in http://jpn.c2com.up.pt/2004/04/21/marcelo_rebelo_de_sousa_o_expresso_e_a_censura.html

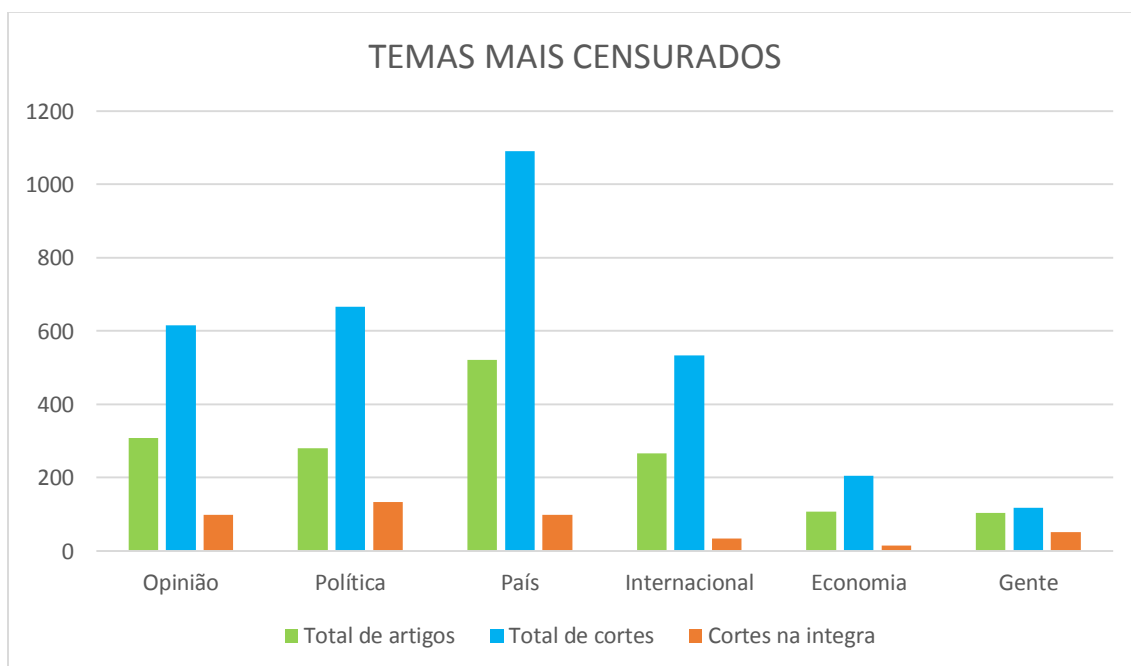
¹⁵⁵ Antunes, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, p. 309

Porém, a censura não se ficou só pelos textos dado que, a própria paginação passou a ser fiscalizada. A esse propósito, o Mestre Ribeiro conta um episódio marcante: “Eu fazia a tarja [tarja é a chamada em cima, na capa, para os artigos interiores] e, numa edição, havia um artigo que falava de Salazar e outro, ao lado, que era sobre eucaliptos, mas os censores não permitiam a fotografia de Salazar e, á última hora, antes de fechar o jornal, tivemos que ir a uma enciclopédia buscar um eucalipto para substituir a foto de Salazar”¹⁵⁶.

Esta sanção contribuía, semanalmente, para um adiamento no fecho do jornal. O *Expresso* não possuía uma tipografia própria, era cliente de gráficas que seguiam ordeiramente uma lista de clientes. Assim, quando o jornal se atrasava a entrar na rotativa, apesar de ser por motivos alheios à sua vontade, atrasava-se toda a produção e consequentemente a distribuição do produto final.

A ação da censura sobre o *Expresso* foi já alvo de um estudo de José Pedro Castanheira. Em “*O que a Censura Cortou*”, o jornalista analisou 58 das 68 edições submetidas ao lápis azul. O período entre 23 de Fevereiro e 27 de Abril de 1974, não foi abrangido por não se encontrar entre o acervo disponível.

No seu estudo, o jornalista contabilizou cerca de 1600 artigos que sofreram a ação da censura, quer com cortes parciais ou cortes totais.



Fonte: Castanheira, José Pedro, *O que a Censura Cortou*, (2009)

¹⁵⁶ Entrevista realizada pela autora em 20 de Maio de 2014

De acordo com a análise de Castanheira a categoria “Opinião”, que incluía as cartas dos leitores, artigos de opinião, editoriais e *cartoons*, foi alvo de cerca de 616 cortes, 98 deles na totalidade. Nesta secção escreveram os principais atores políticos da época sendo, sobretudo, Francisco Sá Carneiro, com a sua coluna semanal “Visto”, o mais perseguido pela censura. Também os *cartoons* de Samuel Torres de Carvalho, Sam, foram constantemente cortados, sendo que apenas numa edição José Pedro Castanheira elencou sete cortes.

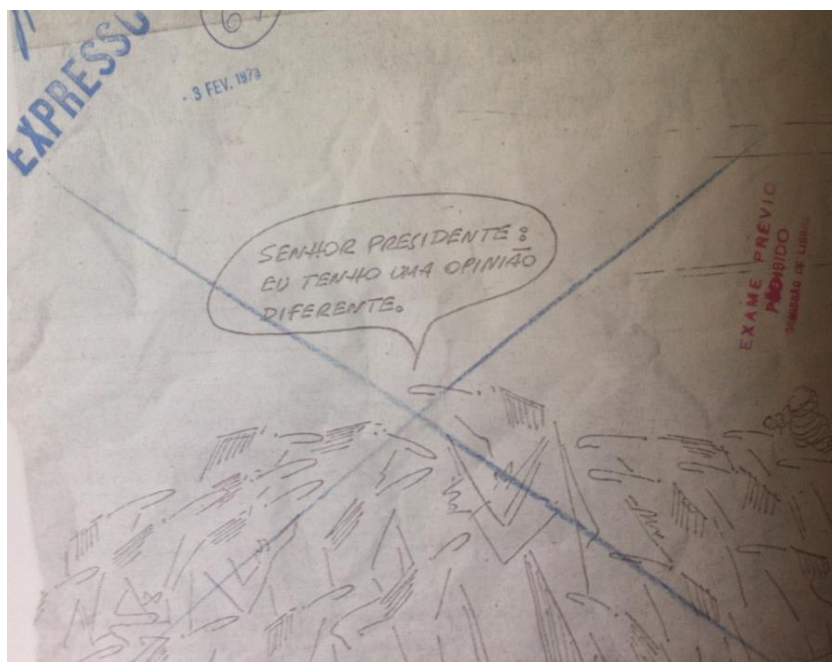


Imagem 5 – Exemplo de um dos *cartoons* cortado pelo Exame Prévio

A categoria “Política” foi aquela que mais cortes conheceu. Num total de 280 artigos, referentes ao noticiário sobre o Governo, Ala Liberal e à Oposição, contam-se 667 cortes, 134 dos quais na íntegra.

Dois dos acontecimentos noticiados pelo *Expresso* que maior atenção receberam por parte da censura foram o massacre de Wiriyamu e a deslocação de Marcelo Caetano a Londres, sendo que durante quatro semanas consecutivas, de 7 de Julho a 4 de Agosto de 1973, o jornal contou com 35 ou mais artigos cortados.

Dentro da categoria “País” o jornalista incluiu várias subcategorias¹⁵⁷, sendo a área da “Cultura” aquela que mais cortes recebeu (215 cortes em 104 artigos). Em causa, a publicação do *ranking* dos livros mais vendidos na quinzena e os contos inéditos publicados pelo jornal.

¹⁵⁷ A saber: Cultura, Trabalho, Justiça. Sociedade, Educação, Comunicação Social, Desporto e Igreja.

O noticiário “Internacional” mereceu também especial atenção por parte da censura (533 cortes em 226 artigos), particularmente os artigos que mais se relacionavam com Portugal, “quer pela proximidade geográfica, quer pela afinidade ideológica”¹⁵⁸, bem como os artigos relacionados com as colónias portuguesas.

A “Economia” contabilizou 205 cortes em 107 artigos, parcialmente explicável pelo “choque petrolífero que se seguiu à guerra israelo-árabe e que motivou uma crise de combustíveis um pouco por todo o mundo”¹⁵⁹.

A finalizar, os cortes na categoria “Gente” (117 cortes, em 103 artigos), são justificáveis, de acordo com José Pedro Castanheira, pelo Exame Prévio nunca ter entendido esta secção.

Para além da análise sobre os temas mais censurados no *Expresso*, o jornalista observa ainda o número de cortes por semana. Assim, dos dados mais relevantes concluiu-se que foi a edição de 21 de Abril de 1973 aquela que contou com o maior número de artigos censurados, 42. Em contrapartida, houve apenas quatro edições que apresentam 15, ou menos, artigos afetados, sendo um delas a edição de 27 de Janeiro de 1973, que sofreu o mínimo de 12 cortes, justificado por Castanheira por ser o arranque do jornal. Na nossa opinião estes valores ficam a dever-se ao facto de os serviços de censura não estarem alerta para o tipo de problemas que o *Expresso* lhes podia causar.

Com um controlo apertado por parte da censura, e debatendo-se com um crescente número de dificuldades, o Mestre Ribeiro recorda que Balsemão lhe chegou a confidenciar: “mestre, vá pensando nos seus desenhos porque não sei se agente vai aguentar isto”¹⁶⁰. Ciente das dificuldades do seu semanário, Balsemão referiu inúmeras vezes que “se o 25 de Abril não tivesse acontecido, o *Expresso* teria acabado”. Segundo o fundador do *Expresso*, “não tínhamos condições nem económicas nem psíquicas para prosseguir durante muitos meses mais na luta inglória, não apenas contra a Censura, mas contra as provas de página que ela montara contra nós”¹⁶¹.

A este respeito Mota Amaral assegura que “Balsemão tinha um fôlego para negociar o *Expresso*, mas não para o manter indefinidamente. A certa altura aquilo ia colapsar, e não seria o primeiro jornal que colapsava por incómodo para o regime. O *Expresso* foi

¹⁵⁸ Castanheira, José Pedro, *O que a Censura Cortou*, Lisboa: Expresso, 2009, p. 229

¹⁵⁹ Idem, p. 228

¹⁶⁰ Entrevista realizada pela autora em 20 de Maio de 2014

¹⁶¹ Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o Expresso” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa, *Expresso*, 2009, p. 12

um salto do 25 de Abril e de liberdade em Portugal”¹⁶². Marcelo Rebelo de Sousa, afirma mesmo que “o PPD deve ao *Expresso* o ter dado voz sonante e influente às ideias e às pessoas que viriam a protagoniza-lo. Antes mesmo de ter servido, em especial nos anos da revolução, para ajudar à sua criação e manter viva a chama da sua existência”¹⁶³.

¹⁶² Entrevista realizada pela autora em 6 de Maio de 2014

¹⁶³ Sousa, Marcelo Rebelo, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, vol. 1, Lisboa: Bertrand Editora, 2000, p. 15

4. Apresentação dos resultados

4.1. Corpus de análise e metodologia

Centrámo-nos até aqui em analisar o contexto político e histórico em que surgiu, em 1973, o projeto encabeçado por Francisco Pinto Balsemão, bem como os problemas decorrentes da intervenção da censura. Ainda assim, em nosso entender, o estudo do *Expresso* durante os últimos anos da ditadura não ficaria completo sem uma análise do jornal propriamente dito.

Cingimos o nosso estudo à análise da primeira página, observando o conteúdo das notícias de modo a perceber o que o jornal noticia, apesar da ação da censura¹⁶⁴.

A primeira página, ou capa, funciona como uma espécie de mostruário do jornal, concentrando em si características e atrativos segundo os quais o leitor pode identificar o jornal e optar por lê-lo ou não. É portanto na primeira página que devem vir destacadas as notícias mais importantes a tratar nessa edição, dividindo os textos jornalísticos em manchetes, títulos e chamadas.

Podemos definir manchete como os títulos de maior importância, que, inseridos normalmente na parte superior da capa, contribuem para “nortear o que é importante, extraordinário ou incomum”¹⁶⁵.

O título é o que tem maior destaque nas páginas dos jornais, sendo para ele que os leitores olham em primeiro lugar. Deve ser um resumo da notícia que se segue não descurando no entanto a sua função de cativar o leitor. Neste contexto a sua escrita deve ser particularmente cuidada.

A chamada remete-nos para uma informação resumida a respeito de uma matéria que será desenvolvida nas páginas interiores. Através das chamadas podemos perceber o que o jornal publicou sem ter de analisar exaustivamente o seu conjunto.

O que nos propomos a analisar é o conteúdo das notícias de modo a que nos permita perceber a importância que o *Expresso* lhes dá e a mensagem que pretende transmitir.

Para tal procedemos em primeiro lugar ao levantamento das 69 edições do jornal, que compreendem ao período em análise de 6 de Janeiro de 1973 a 27 de Abril de 1974.

¹⁶⁴ Equacionámos a possibilidade de realizar um estudo sobre a apresentação visual do jornal, incidindo sobre o seu aspeto gráfico, as imagens, a cor, o tipo de letra, ou até mesmo o *layout* do mesmo. No entanto, as limitações de espaço e de tempo obrigaram-nos a cingir o nosso estudo ao seu conteúdo.

¹⁶⁵ Sarturi, Larissa, *Manchete Jornalística e Enunciação*, 2011, p. 18 in http://lapecjor.files.wordpress.com/2011/04/tfg_ii_pronto1.pdf

Num segundo momento, levámos a cabo a catalogação das peças, autonomizando as notícias de acordo com a primeira perceção sobre o seu enquadramento temático. Finalmente, num terceiro momento, tendo em conta as categorias definidas, agrupámos as notícias de acordo com a sua tematização.

Este levantamento permitiu-nos identificar 69 manchetes, 198 títulos e 571 chamadas de capa, perfazendo um total de 838 notícias que ficaram distribuídas de acordo com as seguintes categorias: Política, Economia, Sociedade, Desporto, Religião, Cultura, Saúde, Justiça, Educação e Internacional.

4.2. Organização Temática

A definição das categorias temáticas que utilizamos no nosso estudo obrigou-nos ao estabelecimento de um conjunto de parâmetros. Assim, a integração das notícias nas respetivas categorias foi efetuada sempre que apresentavam as seguintes características:

Política – Notícia abordando assuntos relacionados com o Governo e respetivos ministros, medidas governamentais, atividades dos políticos portugueses (dentro e fora do país), Assembleia Nacional, bem como todas as crónicas de carácter político produzidas pelos deputados da Ala Liberal.

Economia – Notícias sobre a Bolsa, os bancos e a situação económica em geral, mas também artigos sobre o consumo e o aumento dos preços¹⁶⁶.

Cultura – Notícias que incidem sobre arte, cinema, exposições, música, literatura, e até a publicação de contos inéditos.

Desporto – Notícias sobre modalidades como o ciclismo e competições desportivas.

Religião – Notícias respeitantes a todas as práticas ou manifestações religiosas.

Saúde – Notícias sobre a realidade dos hospitais, os serviços de saúde e várias questões relativas à condição clínica das populações.

Justiça – Assuntos respeitantes a julgamentos, crimes, detenções.

Educação – Notícias que digam respeito ao ensino, bem como às crises académicas dos anos de 1960.

¹⁶⁶ Uma notícia relacionada com a revalorização do marco alemão não é um tema internacional, mas sim de economia. A notícia não é a Alemanha mas sim o valor da moeda que pode afetar a vida das economias mundiais que, no caso do mercado português, esse aumento do marco em 5,5% não foi significativo.

Internacional – Conteúdos relacionados com questões de política internacional como o golpe de estado no Chile, a situação na vizinha Espanha e as guerras no Médio Oriente.

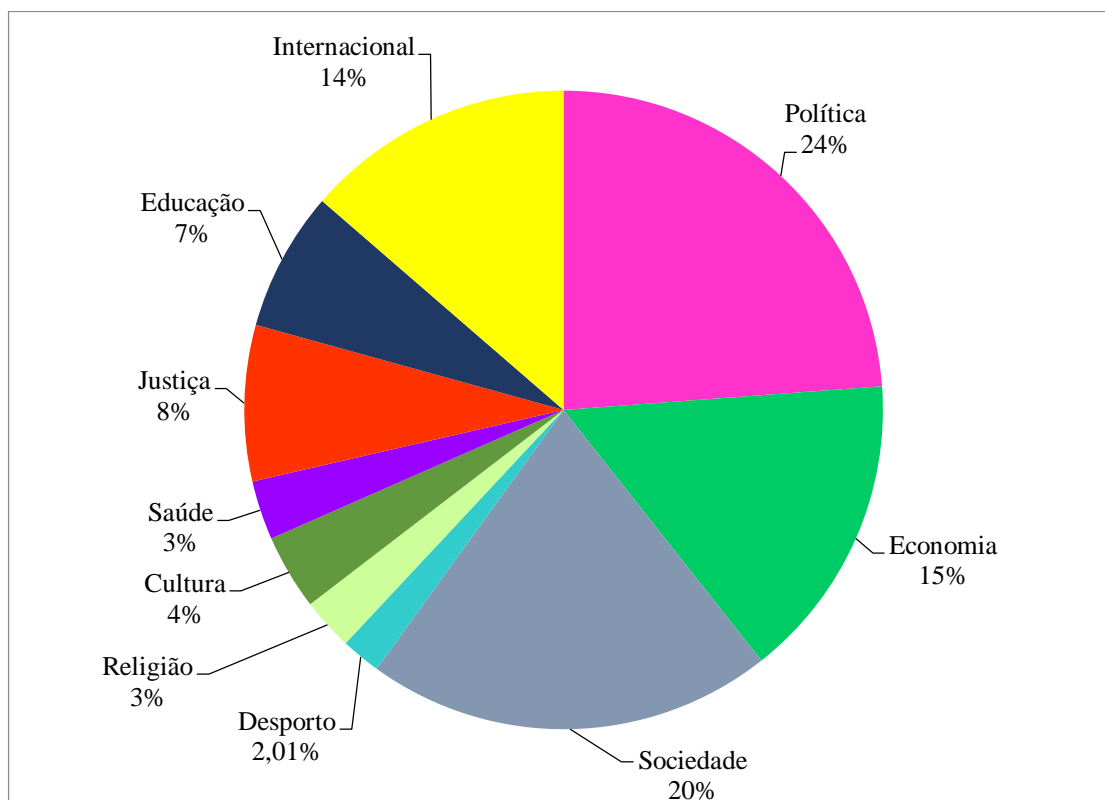
Sociedade – Assuntos que frisem informação do domínio público, como manifestações, despedimentos, sindicatos, greves, chefia de novos cargos.

4.3. Interpretação de dados: temas dominantes nas primeiras páginas

A leitura mais evidente da análise do gráfico, que inclui manchetes, títulos e chamadas, no total de 838 notícias, é que a “Política”, “Sociedade” e “Economia” dominam a primeira página. A explicação desta realidade deve, em nosso entender, ter em conta dois fatores centrais. Desde logo, a conjuntura política nacional, caracterizada por uma profunda crise que mina os fundamentos do regime. Paralelamente, é necessário recordar que, como referimos em capítulos anteriores, o *Expresso* tem como principais mentores um conjunto de críticos que na AN se ergueram contra a situação atual do País.

As categorias que recolhem menos tratamento mediático são o “Desporto” (2%), “Saúde” (3%) e “Religião” (3%).

Gráfico nº1 – Temas mais retratados na primeira página do semanário *Expresso*



O *Expresso* surge assim, no início de 1973, como um jornal assumidamente político, opção essa que não foi camuflada, como se pode constatar pelas declarações de Miller Guerra, “o *Expresso* devia ser político, porque a politização me parece ser a carência principal da sociedade portuguesa”¹⁶⁷.

Na “Política”, que representa 24% do total das notícias analisadas, foram chamados à primeira página assuntos relativos às oposições, nomeadamente a mobilização em torno do recenseamento eleitoral, o III Congresso da Oposição Democrática e a campanha das eleições legislativas de Outubro de 1973. O jornal abordou ainda o noticiário relativo ao Governo, em especial as intervenções de Marcelo Caetano, a Ala Liberal, a AN, e a ANP.

Logo no número de estreia, a 6 de Janeiro de 1973, a manchete do *Expresso* dava conta de uma sondagem sobre participação política. Os seus resultados são verdadeiramente surpreendentes: “63% dos portugueses nunca votaram”.

A esse respeito, o jornal admite no seu editorial a hipótese de baixar a idade de voto para os 18 anos, sendo esta uma questão correspondente a uma tendência nos países ocidentais.

Assim, do ponto de vista do jornal, a crescente participação que é exigida aos jovens na construção da sociedade e o peso político que adquiriram torna inviável o seu afastamento dos atos eleitorais. Argumenta ainda que se “um indivíduo aos 18 anos pode trabalhar, pagar impostos, casar, cumprir serviço militar, ser condenado em tribunal, guiar automóvel, etc, porque não há-de poder votar?”¹⁶⁸

De acordo com a sondagem publicada, 49% dos inquiridos concorda com a concessão do direito de voto aos 18 anos em Portugal, sendo os jovens com idades compreendidas entre os 18 e 20 anos os que tem maior desejo de participar na vida eleitoral.

Assume ainda o *Expresso* que, “embora se possa argumentar que é tarde, seria ainda possível alterar a lei vigente e o sistema de recenseamento, de modo a que os maiores de 18 anos votassem”¹⁶⁹. Além do mais, os riscos que tal medida aportaria para o Governo seriam mínimos.

¹⁶⁷ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 9

¹⁶⁸ *Idem*, p. 8

¹⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*

Ainda no mesmo número, o jornal publica “os documentos ignorados ou esquecidos de José Pedro Pinto Leite”, um conjunto de escritos do líder da Ala Liberal que havia falecido num acidente de avião a 25 de Julho de 1970.



Imagem 6 – “Os documentos ignorados ou esquecidos de José Pedro Pinto Leite” in *Expresso* de 6 de Janeiro de 1973

Assinado por Francisco Pinto Balsemão, o texto introdutório explica a importância desta publicação: “recordar Pinto Leite não é apenas prestar mais uma justa homenagem ao homem que, aos 38 anos, conseguira tornar-se uma das mais conhecidas e temidas figuras políticas portuguesas”, mas também revelar aspetos da história recente e “tentar contribuir para uma melhor compreensão de Portugal de 1973”¹⁷⁰. Segundo Balsemão, Pinto Leite “não se cansou de apresentar problemas, de denunciar desvios, de apontar caminhos”¹⁷¹ e que, passados dois anos da sua morte, a maior parte das questões que ele teve a coragem de levantar continuavam sem resposta. Assim, ao publicar os seus documentos, o *Expresso* pretende alertar para o facto de não haver “tempo a perder na busca e concretização das soluções conducentes ao ressurgimento nacional”¹⁷².

¹⁷⁰ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 13. Os documentos de José Pedro Pinto Leite foram publicados não apenas na edição de 6 de Janeiro de 1973 mas também na de 13 desse mesmo mês.

¹⁷¹ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 13

¹⁷² *Idem, Ibidem*

Neste primeiro artigo são publicados documentos referentes à campanha eleitoral de 1969 e ao princípio da sua atividade política, nomeadamente um conjunto de notas enviadas a Melo e Castro¹⁷³ a propósito da campanha eleitoral da UN, cartas enviadas ao mesmo destinatário sobre a informação estrangeira e um discurso proferido durante a campanha eleitoral em Loures. Nessa intervenção, o deputado liberal afirma pertencer «pela idade e pelo espírito, a uma geração insatisfeita que não aceita, nem a rotina, nem a inércia, nem a mentira como métodos de trabalho. (...) Estou habituado a lutar. Estou aqui para lutar. E, porque me empolga a luta leal que dignifica o Homem, a minha presença na AN, se for eleito, será também uma luta sem tréguas pela defesa dos verdadeiros interesses do distrito de Lisboa e da Nação Portuguesa»¹⁷⁴. Pinto Leite pretendia, caso fosse eleito, que se procedesse a um maior investimento no desenvolvimento industrial. Almejava ainda a progressiva liberdade sindical, a definição de um salário mínimo, a revisão do sistema de abono de família, o alargamento da escolaridade obrigatória, entre outras medidas.

No segundo número do *Expresso*, de 13 de Janeiro de 1973, o jornal continuou a publicar os documentos de Pinto Leite, dando destaque a dois relatórios da sua atividade como Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, assim como às suas notas sobre uma viagem que efetuou a Cabo Verde e à Guiné. Desta vez, Francisco Balsemão recorda-o afirmando que “a sua personalidade emergiu meteoricamente. Ele foi o primeiro a dar o tom à chamada “Ala Liberal” e o primeiro a abordar sem rodeios problemas que até aí eram considerados tabu. (...) Pena é que todos os portugueses com capacidade semelhante não queiram – ou não possam – dar à causa pública tanto quanto Pinto Leite deu. Só nessa altura o país poderia decididamente andar para a frente (...) porque este apenas existe e funciona quando resulta de um esforço consciente de todos os interessados”¹⁷⁵.

A pertinência das eleições que se iriam realizar em Outubro de 1973 levou a que o *Expresso*, na edição de 3 de Março, penúltima antes de expirar o prazo para os cidadãos se recensearem, tenha abordado o assunto de diversos ângulos.

¹⁷³ José Guilherme Rato de Melo e Castro, “Foi o mais liberal dirigente da União Nacional, devendo-se-lhe o facto de nas listas de 1969 terem sido eleitos deputados os nomes dos mais significativos membros da Ala Liberal” - http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/castro_jose_guilherme_rato_de_melo_e.pdf

¹⁷⁴ *Expresso*, 6 de Janeiro de 1973, p. 13

¹⁷⁵ *Idem*, 13 de Janeiro de 1973, p. 14

Uma nova sondagem revelava que “Das eleições de 1969 a 1972: o recenseamento aumentou apenas 4%”. Perante este facto, o *Expresso* desenvolve ampla reflexão sobre a importância do recenseamento por parte dos cidadãos com capacidade eleitoral para o requerer, podendo este ser feito através da solicitação dos interessados ou por iniciativa das comissões recenseadoras. Lê-se ainda que “os indivíduos haviam-se desabituaado de requerer a sua inscrição e não tinham, em geral, a noção da importância do ato. Quantos e quantas pessoas no próprio momento de votar manifestavam vivo desgosto de não estarem inscritos e arrependimento pela sua negligência”¹⁷⁶.

Relativamente ao processo eleitoral de 1969 o jornal assegura que, apesar da concessão do direito de voto às mulheres e do esforço realizado pela maioria das comissões, o recenseamento ficou ainda incompleto e com muitas imperfeições, “incluindo pessoas mortas, ausentes ou deslocadas das áreas por onde dantes haviam sido recenseadas”¹⁷⁷. À beira de um novo processo eleitoral, propõe medidas a adotar, na eventualidade de existir autêntico interesse pelo maior acesso ao recenseamento. Delas destacam-se as propostas do reforço dos meios de ação e de remodelação das comissões recenseadoras, cujo trabalho se manifestara insatisfatório.

A este respeito o jornal afirma que a própria divulgação do recenseamento “é extremamente pobre. O anúncio que a televisão vem repetindo com frequência não tem som e é suficientemente discreto para não ter grande impacto publicitário”¹⁷⁸. Não deixa, no entanto, de evocar o apelo de Marcelo Caetano na sua última *Conversa em Família*, reproduzindo as suas palavras:

«Não quero, pois, deixar de apelar para quantos se encontram nas condições exigidas por lei para votar a fim de que se não esqueçam de pedir a sua inscrição no recenseamento ou de verificar se lá está o seu nome. Lembro que as mulheres têm o direito de voto. E todos os cidadãos o dever de votar. Nas últimas eleições para deputados recebi imensas cartas de pessoas desoladas por não terem podido votar em virtude de se terem esquecido de se recensear. E preciso que isso agora não aconteça. As juntas de freguesia estão ao vosso dispor. Inscrevam-se no recenseamento»¹⁷⁹.

A coluna semanal “Visto”, de Francisco Sá Carneiro, apresentava nesta edição o artigo “Prove que é livre”, aludindo à liberdade dos cidadãos perante o ato eleitoral. Recorda as eleições de 1969 e os prenúncios da liberalização. Porém, em 1973, Sá Carneiro assegura que “ante a inalteração das condições de atuação política, a abstenção

¹⁷⁶ *Expresso*, 3 de Março de 1973, p. 12

¹⁷⁷ *Idem, Ibidem*

¹⁷⁸ *Idem, Ibidem*

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem*

aparece como alternativa mais óbvia”¹⁸⁰. A finalizar, observa que “se não podemos provar que somos livres, vale em todo o caso a pena, abstendo-nos ou atuando, conforme os casos, mas não desistindo, provar que o não somos. Ainda que o resultado seja só esse, a mera desmistificação é já uma vitória”¹⁸¹.

Durante o mês de Março o *Expresso* confere um grande destaque às Oposições. A manchete do dia 3, “Duas tendências na esquerda portuguesa”, pretendia dar a conhecer e compreender o panorama oposicionista português, sendo para tal necessário analisar o período que antecedeu as últimas eleições à AN. De acordo com o *Expresso*, durante o período eleitoral de 1969, a Oposição portuguesa foi influenciada pela evolução política europeia, nomeadamente pela crise de 1968 em França.

Assim, e no sentido de se organizarem as eleições de 1969, realizam-se em Lisboa várias reuniões de democratas. No plenário decorrido em Junho do mesmo ano, em São Pedro de Moel, as listas oposicionistas aprovaram a Plataforma de Ação Comum da Oposição Democrática. Segundo o jornal, o documento consistia num “programa mínimo de unidade anti-governamental”, de que a Oposição Democrática “iria afastar-se substancialmente pouco depois”¹⁸². As divergências quanto à forma de escolha dos candidatos haveria de ditar a rutura entre os oposicionistas.

Mais adianta, que foi no encontro realizado no Palácio da Fronteira, que as “delegações de Loures e Vila Franca (...) fizeram vingar o princípio de representatividade das bases, afastando, pela primeira vez, a ideia de uma orientação por personalidades”¹⁸³. As incompatibilidades entre os membros reunidos determinou que nos círculos de Lisboa, Porto e Braga a CEUD, apoiada pelos socialistas, avançasse separadamente da CDE, que reunia comunistas e progressistas. A ida às urnas traduziu-se num resultado negativo para as listas oposicionistas.

Em 1973 o clima era de maior agitação em relação ao que se viveu em 1969. Assim, o *Expresso* finaliza o seu artigo questionando se “haverá ou não unidade na Oposição nas próximas eleições de 1973? Unidade à esquerda ou à direita?”¹⁸⁴.

Na edição de 10 de Março o jornal reflete sobre “Os caminhos da direita portuguesa”, num artigo da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa. Nele o autor assinala a

¹⁸⁰ *Expresso*, 3 de Março de 1973, p.8

¹⁸¹ *Idem, Ibidem*

¹⁸² *Idem*, p. 1

¹⁸³ *Idem, Ibidem*

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem*

década de 1960 como o período de maiores mudanças na direita. Para tal terá contribuído a abertura da UN a correntes centristas.

Segundo Rebelo de Sousa esta abertura assentou em dois pontos: na “defesa da evolução política e repúdio de qualquer solução de abandono dos territórios ultramarinos”¹⁸⁵.

Relativamente à extrema-direita o autor referencia que esta oscila entre uma participação dentro da UN e uma autonomização total. Mais adianta que “a criação da ANP (...) traduziu-se na formação de uma entidade plural, tentando reunir a direita clássica à direita mais ortodoxa e a algumas linhas «liberais»”¹⁸⁶.

A 17 de Março o jornal debate sobre “O futuro do centro (político) em Portugal”, sendo que a partir de 1969 o centro português ganha um novo papel. A substituição política de Salazar por Marcelo Caetano conduziu a uma abertura política ao centro e centro-esquerda, com a nomeação dos tecnocratas para as pastas económicas e o recrutamento dos deputados propostos pela UN em 1969.

Contudo, é a partir de 1969 que se dá a verdadeira emancipação do centro, com a criação da ANP, cuja evolução foi acompanhada da autonomização do centro português, e da definição de uma posição política própria por parte dos deputados liberais. Simultaneamente aumentava a zona centro-esquerda, “abrangendo «quadros» do sector público e privado, alguns sectores empresariais evoluídos, sindicais e estudantis”¹⁸⁷.

De acordo com o jornal o centro-esquerda fazia eco de preocupações de “desenvolvimento económico, de simetria nas condições sociais de existência, de democratização da vida política”¹⁸⁸. Defendiam ainda a integração económica e cultural, a aproximação política à Europa e, relativamente ao Ultramar, apoiavam o esforço de desenvolvimento económico e progresso social acelerado. Em 1973 o jornal caracteriza o centro como uma realidade vasta e multiforme.

A Oposição merecia de novo destaque de primeira página na edição de 7 de Abril de 1973, com a manchete “Passo importante para uma frente ampla e unida da Oposição Democrática”, no rescaldo do Congresso de Aveiro.

O Congresso de Aveiro, que contou com a presença de mais de 500 indivíduos de todos os distritos do País, representa «mais uma frente de luta e uma outra forma de

¹⁸⁵ *Expresso*, 10 de Março de 1973, p. 2

¹⁸⁶ *Idem*, p. 2

¹⁸⁷ *Idem*, 17 de Março de 1973 p. 1

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*

encontrar caminhos para resolver os problemas que afetam o futuro do País»¹⁸⁹, de acordo com a opinião de um membro da Comissão Nacional, não identificado pelo jornal.

Ainda de acordo com a opinião dos organizadores, não está no espírito deste III Congresso a elaboração de «um programa de ação para a Oposição Democrática, mas apenas o enunciado dos problemas que os democratas participantes entendem dever constituir o fulcro de ação futura. Deste III Congresso deverá, antes, sair a decisão dos democratas participantes de intensificarem a sua ação na estruturação e consolidação do movimento democrático nos sectores a que pertence»¹⁹⁰.

De acordo com o *Expresso*, em texto enviado à imprensa a Oposição Democrática reconhece a necessidade de rever a sua política e formas de intervenção.

À hora do fecho da edição os trabalhos do Congresso ainda não estavam concluídos. No entanto, de acordo com o *Expresso* seria pouco provável a apresentação de propostas de programas comuns. Fundamenta a sua posição em declarações de alguns membros da organização¹⁹¹. Segundo estes o resultado do plenário iria traduzir-se num conjunto de conclusões concretas e práticas, que permitissem sintetizar os objetivos comuns e prioritários das oposições, ou seja, o seu objetivo era o de estabelecer uma plataforma de luta que tivesse como base as liberdades fundamentais e o combate à carestia de vida e à política de congelamento de salários.

O *Expresso* assinala ainda a presença de elementos da imprensa estrangeira. Esta deixa patente a repercussão do evento nos países membros do Mercado Comum e nos países socialistas europeus. Estes profissionais são da opinião de como uma das opções de Portugal é a abertura à Europa, essa Europa tem o direito de saber o que se passa no país.

Na edição seguinte, de 14 de Abril, o *Expresso* continuou a sua análise ao Congresso de Aveiro, nomeadamente na página oito, com a coluna de Sá Carneiro e, na página doze, com um artigo do jornalista José Manuel Teixeira sobre “O que preparou o 3º Congresso”.

Neste último artigo o jornalista contextualiza os dois plenários anteriores, referindo que em 1957, por altura do I Congresso Democrático, era necessário consciencializar o País para as eleições presidenciais que, ainda por sufrágio direto,

¹⁸⁹ *Expresso*, 17 de Março de 1973 p. 1

¹⁹⁰ *Idem*, 7 de Abril de 1973, p. 1

¹⁹¹ *Idem*, *Ibidem*

havam de acontecer no ano seguinte. O II Congresso, 1969, coincide com a chegada de Marcelo Caetano ao poder decorrendo, por isso, num clima de abertura e de esperança.

O “Visto” desta semana, “O 3º Congresso”, reproduzia o discurso de Sá Carneiro no dia da inauguração do plenário. Segundo Sá Carneiro o facto do Congresso se realizar num ano eleitoral conferia-lhe extrema importância. Porém, na sua visão, o Congresso interessa também ao regime, uma vez que ele iria permitir uma definição das oposições.

Tal como no artigo do jornalista José Manuel Teixeira, também Sá Carneiro assinala as diferenças em que se realizou o II do III Congresso Democrático. De acordo com o ex-deputado da Ala Liberal em 1969 “esperava-se a liberalização e a institucionalização da vida política”. Em 1973 “essas esperanças” tinham-se desvanecido pelo que o Congresso não podia “ser simultaneamente o fruto de uma atividade política anterior e a percepção da atividade futura”¹⁹². Destacando a ousadia das oposições apela a que intervenham “de modo muito mais radical do que no II Congresso”¹⁹³. Em seu entender, o Governo apenas tinha possibilitado a realização do Congresso para criar uma ilusão de liberdade e de pluralismo.

Ainda em Abril, o *Expresso* dedica uma edição à atividade parlamentar por motivo do fim da X Legislatura (1969-1973).

Num título de capa, “Quatro anos de Assembleia Nacional”, o *Expresso* remete para as páginas interiores do jornal uma análise mais detalhada. As eleições de 1969 permitiram uma profunda renovação da Assembleia: “em termos quantitativos, cerca de ¾ dos deputados tinham pela primeira vez assento em São Bento, e a sua idade média era consideravelmente inferior à dos substituídos. Em termos qualitativos, era possível afirmar que largos sectores da opinião pública portuguesa adquiriram uma representatividade na pessoa de deputados de diferentes formações e orientações políticas”¹⁹⁴.

Essa renovação propiciou um ambiente “de euforia reformista” em que “avultava o apoio da incipiente Ala Liberal a alguns passos do Governo, então tidos de promissores”¹⁹⁵.

Contudo, a partir de 1971, e com a morte de Pinto Leite, uma das pedras chave da estratégia centro-reformista, inicia-se um período denso em preocupações. É então que as

¹⁹² *Expresso*, 14 de Abril de 1973, p. 8

¹⁹³ *Idem, Ibidem*

¹⁹⁴ *Idem*, 28 de Abril de 1973, p. 12

¹⁹⁵ *Idem, Ibidem*

estratégias e os rumos da política governamental se clarificam com “a discussão das leis de revisão constitucional, de liberdade religiosa e de imprensa”, onde ficam explícitas “as opções imediatas do Governo”. É também esse debate que “permite marcar as posições dos diversos sectores parlamentares, bem como o grau da sua audiência na opinião pública nacional”¹⁹⁶.

A remodelação governamental de 1972 e a reeleição de Américo Tomás como Presidente da República nesse mesmo ano confirmam a nova estratégia do regime, tendo a X legislatura terminado sob condições muito diferentes daquelas em que começara.

Segundo o *Expresso*, esta foi a legislatura mais viva no tratamento dos problemas nacionais, tendo encontrado uma grande repercussão junto da opinião pública, para isso contribuiu a minoria da Ala Liberal que “viveu muito de todo o condicionalismo informativo”. Nela “pesaram o carácter político das posições que definiu e a atitude dos meios de comunicação social de pendor tradicionalmente oposicionistas”¹⁹⁷.

A finalizar o artigo, o *Expresso* referencia a peça “*Todos os Anos pela Primavera*”, de Sttau Monteiro, para afirmar que todos os anos pela primavera “nos habituamos a ver reposta, de forma preocupante, a questão: queremos ou não construir um País novo?”¹⁹⁸.

No mesmo número, Sá Carneiro escreve sobre “O fim da Assembleia renovada”, refletindo sobre a X Legislatura. Mais uma vez, 1969 é apresentado como o ano de todas as expectativas, quer no que diz respeito ao perfil do novo chefe do Governo quer relativamente às possibilidades do regime evoluir aproximando-se das democracias da Europa Ocidental. A Assembleia Nacional manifestou uma vitalidade promissora, patente na “independência das posições”, no “desassombro da linguagem crítica” e na “vivacidade das controvérsias”¹⁹⁹. No entanto rapidamente se assiste uma mudança do clima político. O final da X legislatura caracterizar-se-á pelo desânimo e desinteresse patentes nas sessões da Assembleia, na “apatia generalizada”, na “tagarelice multiforme”, pelo elevado número de faltas que por vezes impedem o funcionamento da Câmara.

Questionando sobre quando se pretendeu passar à ação através do uso da iniciativa legislativa, Sá Carneiro afirma que as primeiras reações surgiram quando, conjuntamente com Pinto Balsemão, apresentou o projeto lei de imprensa. Contudo, será a partir da revisão constitucional que se desencadeia a reação que virá a pôr termo às esperanças de

¹⁹⁶ *Expresso*, 28 de Abril de 1973, p. 12

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem*

¹⁹⁸ *Idem, Ibidem*

¹⁹⁹ *Idem* p. 8

renovação. O ex-deputado da Ala Liberal termina o seu artigo caracterizando os últimos momentos da X Legislatura. Em seu entender, os incidentes que marcaram esta última legislatura “traduzem a resistência de alguns, poucos, deputados, singelamente fiéis àquilo que em 1968 haviam afirmado claramente aos seus eleitores e a quem os convidara a candidatar-se. A quase totalidade dos membros da AN aceitou a situação, optando pela continuidade de um regime político que necessitava de autênticas reformas políticas para ser compatível com a existência de verdadeiro parlamento”²⁰⁰.

Em Maio, o *Expresso* dedica um número ao Congresso promovido pela ANP em Tomar, num artigo que intitula “Tentativa de renovação da direita”. O enviado do jornal ao Congresso assinala que os jornalistas estiveram presentes na sessão inaugural e de encerramento, não tendo acompanhado a discussão das comunicações. Foi, no entanto, no decurso dessas discussões que foi possível entender os objetivos do Congresso. De acordo com o *Expresso*, a tónica da reunião incidiu, “no reiterar dos princípios que informam a organização, o realce da ação governativa dos últimos anos e a defesa de aplicação e ajustamento de uns e outras realidades em mudança”²⁰¹.

Na edição de 14 de Julho o tema de manchete era Wiriyamu. O escândalo eclodira nas vésperas da deslocação de Marcelo Caetano a Londres, através de uma denúncia do padre Adrian Hastings, ao jornal *Times*. Em causa um cruel massacre das tropas portuguesas naquela localidade moçambicana. A importância da notícia merece destaque de manchete, remetendo para uma reportagem de Augusto de Carvalho, a partir de Lourenço Marques, e outra do enviado especial a Londres, Almeida Perucho.



Imagem 7 – Primeira página do *Expresso* de 14 de Julho de 1973

²⁰⁰ *Expresso*, 28 de Abril de 1973, p. 8

²⁰¹ *Idem*, 5 de Maio de 1973, p. 1

A reportagem de Almeida Perucho - “Polícia britânica toma grandes precauções com a visita de Marcelo Caetano” -, dá conta do apertado dispositivo de segurança da Scotland Yard. A visita do Presidente do Conselho Português levava a Londres “muitos ativistas de esquerda, residentes em Paris, Bruxelas, Amesterdão e Estocolmo”²⁰², prevendo-se desacatos.

O assunto voltaria a ser chamado à primeira página na edição de 21 de Julho, com o título “Uma história em três dias”. De acordo com informações recolhidas pelo *Expresso*, a denúncia do caso Wiriyamu gerara um enorme mal-estar na capital londrina: “tanto os trabalhistas como os liberais, que constituem a minoria nos Comuns apresentaram moções, exigindo o cancelamento da visita do dr. Marcelo Caetano e pedindo um debate plenário sobre as alegações do massacre”²⁰³. Por seu lado, o Governo português apressou-se a desmentir, em nota oficiosa, as acusações do *Times*. De acordo com as autoridades portuguesas «o caso narrado no jornal londrino não deixaria de ser inquirido...se fosse identificado o local, onde se diz terem ocorrido os acontecimentos, mas cujo nome é desconhecido na carta do Estado de Moçambique»²⁰⁴. Esta posição é secundada pelo Governo-geral de Moçambique que nega a existência de tal localidade.

Apesar destes desmentidos segundo o *Expresso* o que está em causa é “o bom nome do País”²⁰⁵. Dá também conta das “reações da imprensa britânica durante a visita”, destacando em primeiro lugar o editorial do *The Guardian*, “Portugal: Amigo ou Inimigo?”²⁰⁶. Por seu lado, o jornal conservador *Daily Telegraph* destaca o facto de os inquéritos efetuados nada terem confirmado, limitando-se a lançar «fortes dúvidas sobre a história»²⁰⁷.

Uma semana depois outro tema merece a atenção do *Expresso*: “Encontro do Liberais – Amplitude de uma abertura política”. Organizado por Magalhães Mota, José da Silva e Oliveira Dias, a iniciativa reunirá representantes de “diversas correntes de opinião para debate de problemas políticos, sociais, económicos e administrativos considerados cruciais no contexto da sociedade portuguesa”²⁰⁸. Entre estes, destaque para

²⁰² *Expresso*, 14 de Julho de 1973, p. 1

²⁰³ *Idem*, 21 de Julho de 1973, p. 13

²⁰⁴ *Idem*, *Ibidem*

²⁰⁵ *Idem*, *Ibidem*

²⁰⁶ *Idem* p. 14. O jornal britânico apresentava no seu artigo palavras de prudência, anunciando que agora que a Grã-Bretanha deixou de exercer o seu poder em vastas áreas do mundo «poderia sentir-se tentado a assumir uma atitude paternal e continuar a dar conselhos a países incultos sobre o comportamento que eles devem adotar».

²⁰⁷ *Expresso*, 14 de Julho de 1973, p. 14

²⁰⁸ *Idem*, 28 de Julho de 1973, p. 1

a liberdade de imprensa, os problemas coloniais e a atuação parlamentar dos deputados liberais.

A 11 de Agosto, a atenção do *Expresso* incide sobre o período eleitoral que se avizinhava. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, a ANP encontrava-se empenhada na “seleção dos candidatos às várias Comissões distritais”, procurando “assegurar a presença nas listas de personalidades de prestígio local”²⁰⁹. Deteta ainda o empenho desta em consagrar um certo pluralismo político, na sequência do impacto causado em 1969 pelos deputados liberais. No que diz respeito às oposições democráticas, a decisão de se apresentarem nas eleições competia aos vários plenários distritais. Tal como em 1969, os monárquicos independentes tinham iniciado os trabalhos preparatórios de apresentação de pelo menos uma lista em Lisboa. A posição dos socialistas revela-se mais complexa. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, a sua posição era de total cisão e afastamento das restantes correntes oposicionistas. Finalmente, reportando-se às tendências liberais, observa não ser de descartar a possibilidade “do aparecimento de algumas listas” num “número restrito de círculos eleitorais onde as hipóteses sejam consideradas mais consideráveis”²¹⁰.

As eleições voltam à primeira página na edição de 15 de Setembro: “A Oposição da Guarda não concorre às eleições”. Nesta breve nota, fica expressa a sua posição segundo a qual as eleições que se avizinham são «um ato de Governo sem espírito e valor democrático», e por desejarem ainda acentuar que “repelem estes ensaios periódicos de organização política sem alcance e finalidades reais e consequentes”²¹¹.

O 5 de Outubro constituía, há décadas, um momento particular de mobilização das oposições deixando patente a sua contestação ao regime. Na sua edição de 6 de Outubro o *Expresso* destaca o facto da tradicional romagem ao cemitério do Alto de São João ter sido proibida. Ainda assim, as comemorações envolveram um elevado número de participantes que insistiram em homenagear alguns vultos das oposições que “tomaram na luta por uma vida melhor, por uma vida liberta e libertadora”²¹². A iniciativa terminou com uma “intervenção da Polícia que ali acorreu com grande e vasto aparato, impedindo, num primeiro momento, de falar os numerosos oradores que o tencionavam fazer”²¹³.

²⁰⁹ *Expresso*, 11 de Agosto de 1973, p. 1

²¹⁰ *Idem, Ibidem*

²¹¹ *Idem*, 15 de Setembro de 1973, p. 1

²¹² *Idem, Ibidem*

²¹³ *Idem*, 6 de Outubro de 1973, p. 1

Ainda na mesma página destaque para o título “Diário Eleitoral”, resultado de um desafio lançado pelo *Expresso* a sete personalidades de diferentes tendências para escreverem um diário da campanha. Eram eles, César Príncipe, Sottomayor Cardia, Magalhães Mota, Mário Murteira, Mota Amaral, Henrique Barrilaro Ruas e Jorge Sampaio.

César Príncipe, dedica a sua crónica à sessão do Movimento Democrático do Porto, realizado na sexta-feira dia 28 de Setembro. A sessão decorreu numa casa de espetáculos que “não chegou para quantos pretenderam assistir a um comício, acontecimento muito raro”²¹⁴.

Mário Sottomayor Cardia debruça-se sobre o carácter das eleições salientando que “só por escárnio ou rotina se afirma que em Portugal se realizam eleições legislativas. Legislativas necessariamente o não são, já que o órgão legislativo normal é o Governo e não a Assembleia. Eleições muito menos, porque, onde não há competição política livre e permanente, é inadmissível que as «consultas» ao eleitorado, (...) se aproxime de uma manifestação de vontade popular minimamente consciente”²¹⁵.

Por seu lado, Magalhães Mota, destaca a intensidade da campanha eleitoral, quando comparada com a de 1969. Já Mota Amaral dá conta do facto da lista oposicionista de Ponta Delgada ter sido rejeitada pelo governador do distrito, “dada a falta de entrega no prazo previsto, das necessárias declarações de aceitação da candidatura por parte de todas as pessoas propostas”²¹⁶. Mário Murteira discorre sobre a sessão pública de propaganda eleitoral levada a cabo a 1 de Outubro em Sintra. De acordo com o católico progressista há dois pontos fundamentais nesta campanha que introduzem aspetos com alguma novidade. Em primeiro lugar, “o Governo necessita, talvez mais do que nunca, de certa Oposição interna, de preferência institucionalizada”, relativamente ao segundo ponto consiste “em a chamada Oposição num contexto fortemente repressivo se ter radicalizado, em particular no que se refere à questão ultramarina”²¹⁷.

Finalmente, uma referência aos textos de Henrique Barrilaro Ruas e Jorge Sampaio. O primeiro reflete sobre a carta aberta do dr. José de Magalhães Godinho ao Presidente do Conselho. O segundo, sobre a sua visita às instalações da ANP, os

²¹⁴ *Expresso*, 6 de Outubro de 1973, p. 4

²¹⁵ *Idem, Ibidem*

²¹⁶ *Idem, Ibidem*

²¹⁷ *Idem*, p. 1

impressos de propaganda, discursos e bases programáticas do partido, que obteve na sua deslocação.

Jorge Sampaio afirma que “a nossa única associação cívica não precisa de discutir, aprofundar um programa, pesquisar soluções, pô-las em debate. O principal responsável encarrega-se de as fornecer e os meios de comunicação de as transmitir”²¹⁸.

Depois de conhecidas todas as listas de candidatos da ANP, o *Expresso* analisa, na edição de 13 de Outubro, “A XI legislatura: quem é, como será”, num exercício de «adivinhar» o que será os próximos anos da Assembleia. Uma das suas primeiras conclusões centra-se na renovação da AN, em relação à última legislatura. A esse respeito afirma que “a maior parte dos novos deputados, ou como tal apresentados, são afinal membros do Governo, deputados em anteriores legislaturas, procuradores à Câmara Corporativa e dirigentes da ANP”²¹⁹.

Quanto ao perfil dos candidatos, o jornal deteta o “predomínio dos filiados e dirigentes da ANP”, assim como “o desaparecimento dos liberais”²²⁰. Da mesma forma assinala o desaparecimento da cena política de algumas figuras de relevo da ANP, nomeadamente Cunha Araújo, Moura Ramos, Teixeira Pinto e Franco Nogueira.

Relativamente ao que esperar desta nova legislatura que se aproxima, o *Expresso* adianta que “os quatro anos que vão seguir-se colocarão à Câmara alguns difíceis problemas, perante os quais terá de definir-se. A sua composição deixa supor que o calor de alguns debates da X legislatura não se repetirá e que algumas questões não voltarão sequer a ser abordadas”²²¹.

A uma semana das eleições o *Expresso* observa, “O que a imprensa estrangeira disse destas eleições”. Em causa, artigos publicados no *Financial Times*, *Times* e *Vanguardia Espanõla*, como nota dominante a ideia de que a imprensa internacional dedicou menos atenção ao ato eleitoral do que o fizera em 1969. Muitas dessas notícias dão conta do descontentamento do eleitorado e do efeito negativo da guerra em África sobre o regime.

Nas vésperas das eleições (27 de Outubro de 1973), a manchete do *Expresso* é dedicada ao discurso proferido por Marcelo Caetano na noite anterior: “Crítica à Oposição Democrática e exortação ao voto”. De acordo com o Presidente do Conselho, a

²¹⁸ *Expresso*, 6 de Outubro de 1973, p. 1

²¹⁹ *Idem*, 13 de Outubro de 1973, p. 16

²²⁰ *Idem*, *Ibidem*

²²¹ *Idem*, *Ibidem*

Oposição Democrática articulou a sua campanha «com manobras de apoio no estrangeiro e, particularmente, com os terroristas de movimentos de pseudo libertação do Ultramar português»²²². Em seu entender não houve desigualdade de tratamento por parte do Governo em relação aos dois grupos em competição. No entanto, não deixa de louvar o facto de do «lado da ANP se ter verificado o acatamento das leis, o respeito da autoridade, a submissão à Constituição, o propósito reto de conduzir uma campanha de esclarecimento do eleitorado com o fim de obter os seus votos em leal sufrágio». A campanha da Oposição, pelo contrário pautara-se pela «constante rebeldia, a recusa dos princípios e das normas constitucionais, a proclamada intenção de desencadear um movimento subversivo»²²³. O seu apelo final dirige-se à participação eleitoral: «é preciso que o povo português mostre ao mundo que os seus governantes têm autoridade para falar em nome do País»²²⁴.

Realizado o ato eleitoral, a 3 de Novembro o *Expresso* publica a “Escolha de Eleitores”. O “Visto” de Sá Carneiro era, esta semana, particularmente crítico em relação ao modo como decorreu o processo eleitoral. Segundo o ex-deputado da Ala Liberal essas eleições tinham sido marcadas pela inexistência de disputa nas urnas, a falta de fiscalização e aumento astronómico das percentagens de votantes (em alguns casos a mais de 90%). Apreciando o resultado eleitoral, Sá Carneiro observa que “eles são sobretudo a expressão de um recenseamento. Não uma escolha dos eleitores, pois não havia por onde escolher”²²⁵.

O general António de Spínola merece também destaque na primeira página nas edições de 8 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1974. Primeiro, pela publicação do livro *Portugal e o Futuro*, que defende a solução para a guerra colonial por via política e não militar. Depois, devido à sua demissão do cargo de Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

A edição de 16 de Março apresentava como manchete a “Exoneração de Costa Gomes e António de Spínola”. A causa imediata para o seu afastamento fora a sua ausência na chamada cerimónia da “Brigada do Reumático”²²⁶.

²²² *Expresso*, 13 de Outubro de 1973, p. 16

²²³ *Idem*, 27 de Outubro de 1973, p. 1

²²⁴ *Idem*, *Ibidem*

²²⁵ *Idem*, 3 de Novembro de 1973, p. 8

²²⁶ Vassalagem dos oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas a Marcelo Caetano e à sua política de guerra.

No decurso dessa cerimónia, Marcelo Caetano transmitiu uma imagem de confiança, afirmando que “o País está seguro de que conta com as suas FA e em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos... Não precisava eu de ver reiterada a afirmação desses princípios, porque sei que são vossos. Mas é necessário que o País saiba também”²²⁷.

Esta visão estava errada, a 16 de Março há o golpe das Caldas e iniciam-se os preparativos para o derrube do regime.



Imagem 8 – Edição de 27 de Abril de 1974

²²⁷ Expresso, 16 de Março de 1974, p. 1

Conclusão

Durante os últimos dezasseis meses de vida do regime o *Expresso* sentiu particularmente a ação da censura, traduzindo-se em atrasos consecutivos na produção e distribuição do jornal e, conseqüentemente, em pesadas perdas económicas.

A 25 de Abril de 1974, a falta de liberdade de expressão e de informação que condicionou a comunicação social durante 40 anos chegava ao fim. Dois dias depois chegava às bancas o primeiro número do jornal que não fora submetido à apreciação do Exame Prévio. Pinto Balsemão recorda a preparação desta edição afirmando lembrar-se de “na sexta-feira, 26, me sentar para redigir o editorial e de, pela primeira vez, não precisar de escrever nas entrelinhas, poder libertar-me dos vícios e manhas que, para enganar a censura, ganhara ao longo de onze anos de jornalismo (...)”²²⁸.

A edição do *Expresso* de 27 de Abril de 1974 é toda ela alusiva à revolução de Abril. Na capa, uma chamada para o editorial que se desenvolveria na página dez, e que começava por afirmar:

“É RARO um Governo de direita ser derrubado pelas suas próprias Forças Armadas. Em 25 de Abril de 1974, isso sucedeu em Portugal. Nas ruas, nos cafés, nos transportes coletivos, o ambiente é de alegria. O semblante normalmente triste dos portugueses resplandece com as perspectivas de libertação do País do regime que há longo tempo o domina”²²⁹.

Pequenas notas na capa davam conta que o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares, chegava no dia 28 a Lisboa depois do seu exílio em Paris, e de que o Almirante Américo Tomás havido sido detido na sua residência.

Na página três, uma grande reportagem anunciava que “O regime foi derrubado em clima de festa”. Aos jornalistas um oficial da Escola Prática de Cavalaria afirmara, na madrugada do dia 25: “podem circular por toda a parte. Se fizemos isto para que, entre outras coisas, exista liberdade de imprensa neste país, não era agora que íamos proibir os jornalistas de colherem todas as informações que entendem necessárias para a informação do público”²³⁰. O *Expresso* descreve o desenrolar dos acontecimentos no Terreiro do Paço, com o Capitão Salgueiro Maia, “estratega infatigável das operações”, a anunciar a uma mulher que se queixava de ir chegar tarde ao trabalho: “Até que enfim chegou o dia.

²²⁸ Balsemão, Francisco Pinto, “O 25 de Abril Salvou o Expresso” in José Pedro Castanheira, *O que a censura cortou*, Lisboa, Expresso, 2009, p. 12

²²⁹ *Expresso*, 27 de Abril de 1974, p. 1

²³⁰ *Idem*, p. 3

Oh! Minha senhora, vá para casa, hoje é feriado. E para o ano também. Faremos uma grande festa. O que se está a passar é muito mais importante que o seu problema particular”²³¹.

As manifestações populares não se fizeram esperar, escreve o jornal, descrevendo como e “uma vez afrouxada a frágil barreira que impedia o povo de entrar no Terreiro do Paço, este lançou-se em autêntica avalanche para as Forças Armadas, misturando-se com elas, cantando com elas. Autêntica festa popular que se repetiu pela Rua Augusta e pelo Chiado, até ao Carmo, com o Hino Nacional a ser entoado constantemente”²³². Derrubada assim a ditadura, abriam-se agora novas perspectivas para um jornal que fora fortemente perseguido pela censura.

O teor acentuadamente político foi um dos principais motivos para que o semanário tenha sido um dos alvos preferenciais da censura. Da análise da primeira página, durante os dezasseis meses que separam a data de fundação do jornal até ao fim do regime, é possível constatar que os temas mais mencionados foram os de “Política”, “Sociedade” e “Economia”, facto facilmente explicado pela crise institucional e política que se vivia.

Os artigos do *Expresso*, concretamente no campo da opinião política, não deixaram de ser críticos ao Executivo, revelando semana após semana aspetos que poderiam ser alterados e apresentando pontos de vista diferentes. Assim, o seu posicionamento político era transmitido através dos artigos de opinião assinados e dos editoriais.

O “Visto” era um espaço particularmente crítico, fornecendo análise sobre o momento político nacional, e que foi incessantemente perseguido pela censura.

Na “Sociedade” o caudal noticioso foi dominado pelo número crescente de conflitos laborais (como o caso da TAP e dos caixeiros de Lisboa), pelos despedimentos e ainda pelos movimentos sindicais. Na “Economia” privilegiavam-se as notícias do mercado bolsista, os negócios e as empresas. Esta secção foi, surpreendentemente, colorida pelo lápis azul.

O *Expresso* foi um jornal que cedo se implantou em termos quantitativos e qualitativos. Com uma tiragem que suplantava a de outras publicações semanais, exerceu um grande impacto na opinião pública. Um dos fatores que tornava este jornal tão atraente era, sem dúvida, o seu tom crítico e opinativo. O *Expresso* introduziu uma nova

²³¹ *Expresso*, 27 de Abril de 1974, p. 3

²³² *Idem, Ibidem*

forma de fazer jornalismo em Portugal, com uma nova linguagem, o que se traduziu numa imprensa com a qual a sociedade se identificava, num momento em que era evidente a sua insatisfação perante os rumos do regime e os desenvolvimentos da guerra colonial. Neste contexto, é possível afirmar que *O Expresso* conseguiu lançar uma semente de liberdade e esperança que contribuiu para a democratização do País, sendo inegável o seu papel na criação de uma opinião pública crítica em relação à ditadura.

Bibliografia

ANTUNES, José Freire (1985). *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 1º volume, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ANTUNES, José Freire (1993). *Salazar e Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Braga: Círculo de Leitores.

AVILLEZ, Maria João (2010). *Francisco Sá Carneiro, Solidão e Poder*, Lisboa: Cognito.

AZEVEDO, Cândido (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Editorial Caminho

BALSEMÃO, Francisco P.; SARAIVA, José António (1988). *Expresso 15 anos*, Lisboa: Expresso.

BERNARDO, Manuel (1994). *Marcello e Spínola – A ruptura*, Lisboa: Edições Margem.

CABRERA, Ana (2006). *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

CÁDIMA, Francisco R. (2001). “A Comunicação Social – Os Media na Revolução”, in *Revolução e Democracia – O País em Revolução*, ed. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias.

CÁDIMA, Francisco R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Presença.

CAETANO, Marcello (1969). *Princípios e Definições: Textos de 1936 a 1967*, Lisboa: Edições Panorama.

CAETANO, Marcello (1969). *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa: Verbo.

CAETANO, Marcello (1970). *Mandato Indeclinável*, Lisboa: Verbo.

CAETANO, Marcello (1973). *As grandes opções*, Lisboa: Verbo.

CAETANO, Marcello (1974). *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record.

CAETANO, Marcello (1977). *Minhas Memórias de Salazar*: Lisboa, Verbo.

CARNEIRO, Francisco Sá (2010). *Textos (1969-1973)*, Lisboa: Alêtheia Editores.

CARVALHO, Arons (1999). *A censura à imprensa na Época Marcelista*, Coimbra: Minerva.

CASTANHEIRA, José Pedro (2009). *O que a Censura cortou*, Lisboa: Expresso.

CASTILHO, José Manuel T. (2012). *Marcelo Caetano, Uma Biografia Política*, Coimbra: Almedina.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão*, Lisboa: Editorial Caminho.

FERRO, António (2003). *Entrevistas a Salazar*, Lisboa: Livraria Editora.

FERNANDES, Tiago (2006). *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FRANCO, Graça (1993). *A Censura à imprensa 1820-1974*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GEORGEL, Jacques (1985). *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

GOMES, Joaquim Cardoso (2006). *Os militares e a censura: A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926 – 1945)*, Lisboa: Livros Horizonte.

MACEDO, Jorge Borges (1995). *Marcelo Caetano e Marcelismo*, Lisboa: Edições Colibri.

MATOS, Vítor (2012). *Biografia de Marcelo Rebelo de Sousa*, Lisboa: Esfera dos Livros.

MONTEIRO, Henrique (1998). *Revista Comemorativa dos 25 anos do Expresso*, Lisboa: Expresso.

PALLA, Maria Antónia (1989). *A renovação da imprensa, apesar da censura*, in Portugal Contemporâneo, Lisboa: Publicações Alfa, p. 207 – 220.

PIMENTEL, Irene Flunser (2013), *História da Oposição à Ditadura (1926-1974)*, Porto: Figueirinhas.

PIMENTEL, Irene Flunser; FARINHA, Luís; MADEIRA, João (2007), *Vítimas de Salazar*, Lisboa: Esfera dos Livros.

PINTO, Jaime Nogueira (1995). *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, Lisboa: Difel.

REIS, António (1989). “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime”, in *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Alfa, p. 45 – 206.

ROSAS, Fernando (2004). *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo 1968 – 1974*, Lisboa, Editorial Notícias.

ROSAS, Fernando (1999). *O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo*, in *Revolução e Democracia – Do Marcelismo ao Fim do Império*, ed. J. M. Brandão de Brito. Braga; Círculo de Leitores, pp. 15 – 59.

SOARES, Manuela Goucha (2009). *Marcello Caetano: O Homem que perdeu a Fé*, Lisboa: Esfera dos Livros.

SOARES, Mário (1974). *Portugal Amordaçado: depoimentos sobre os anos do Fascismo*, Lisboa: Arcádia.

SOUSA, Marcelo Rebelo (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD*, vol. 1, Lisboa: Bertrand Editora.

SOUTO, Amélia Neves (2007). *Caetano e o Ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto: Edições Afrontamento

SPÍNOLA, António (1974). *Portugal e o Futuro*, Lisboa: Arcádia.

SOBREIRA, Rosa Maria (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*, Lisboa, Livros Horizonte

TENGARRINHA, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho

TENGARRINHA, José (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva Coimbra.

VALENTE, Vasco Pulido (2002). *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Braga: Gótica.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo (2003). *Os Jornalistas nos anos 30/40*, Coimbra: Minerva.

VIEIRA, Joaquim (2002). *Fotobiografias Século XX – Marcello Caetano*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores

Publicações Periódicas

Expresso, 1973; 1974

Revista *Expresso*, Julho 2001

Flama, Outubro 1972

República, Março 1974

Anexos

Anexo 1 - Francisco Pinto Balsemão - 12 de Maio de 2014

Como surge o seu interesse pelo jornalismo?

Na tropa fui chefe de redação da revista da Força Aérea, chamada *Mais Alto*, mas o *Diário Popular* é que foi a minha escola, grande redação, não no sentido apenas numérico, mas tinha grandes jornalistas e aprendi muito. Conheci também muita gente ligada à oposição naquela altura, pessoas que tinham estado presas, torturadas pela PIDE, intelectuais, jornalistas da casa, inclusive.

Isso foi talvez a minha escola de formação política, e portanto lutar pela liberdade, lutar contra a censura terá nascido aí.

Depois, há uma razão familiar e histórica que é o jornal *Diário Popular* pertencia à minha família, o meu tio era o acionista maioritário e, a dada altura, em 1971, ele decide vender.

De que forma é que acaba por ingressar nas listas da União Nacional às eleições de 69?

O professor Marcelo Caetano tinha sido meu professor na Faculdade, eu conhecia-o bem, porque também era amigo dos filhos, não era íntimo, de maneira nenhuma, mas havia ali uma relação que ultrapassava a do aluno/professor.

Quando ele é nomeado sucessor do Presidente do Conselho às eleições de 1969 há, por parte da UN, que depois se viria a chamar ANP, e sob a chefia do Dr. Melo e Castro, uma tentativa de renovação, que consistiu em manter pessoas ligadas obviamente à UN, mas ir tentar buscar gente mais nova e que nunca tinha estado formalmente na política.

A minha ação política anterior tinha sido sobretudo a luta contra a censura e conferências sobre a liberdade de expressão.

E é aí que há um conjunto de pessoas, nomeadamente o Sá Carneiro e aquele grupo todo do Porto, eu próprio, o Zé Pedro Pinto Leite, o Mota Amaral, e outros, que não nos conhecíamos e fomos convidados, impondo condições para aceitar. Primeiro, não se inscreviam na União Nacional e, segundo, podiam fazer declarações em que explicassem bem que estavam ali como independentes.

As eleições são em 1969 e portanto temos uma primeira legislatura que é 1969/1970, em que estamos um pouco a ver o que é que se passa, e começamos já a marcar o nosso

terreno. Na segunda legislatura vemos já que a ideia de transformar Portugal numa democracia ocidental, através de reformas que incluíam como é evidente a solução do problema do ultramar, estava cada vez mais afastada.

E aí, aos poucos começamos a transformar-nos, de uma maneira pouco organizada, naquilo a que veio a ser chamado de Ala Liberal. E Ala Liberal porquê? Por causa da liberdade, não por causa de uma ideologia liberal ou neoliberal.

Liberdade que defendeu sempre relativamente à imprensa?

Essas atitudes que fomos tomando traduziram-se de várias maneiras, uma das quais foi precisamente a apresentação do projeto de lei de imprensa, que para a altura era bastante atual e revolucionário, na medida em que previa, por exemplo, os conselhos de redação.

Como é que reagiu à venda do *Diário Popular*?

Fizeram-lhe [ao tio] uma oferta e ele pediu um preço altíssimo, pensou sempre que era uma maneira de despachar, mas aceitaram esse preço. Eu fiquei bastante indignado com a venda do *Diário Popular*, não queria, e ainda tentei lá dentro uns movimentos, houve uns jantares em minha homenagem, mas que eram no fundo de revolta contra a venda mas, na prática, a venda concretizou-se.

O meu pai tinha morrido entretanto e eu tinha herdado dele uma posição minoritária de 16% e, nessa altura, é que eu decidi aqui [na cabeça] que queria fazer algo de diferente em termos de jornalismo.

Julgo que uma das razões que levou o meu tio Francisco a ser mais aberto à venda do jornal foi ele não estar muito de acordo, embora fosse um homem bastante independente, com o conteúdo daquele projeto de lei. Isso não lhe agradou, tivemos umas conversas sobre o assunto.

A partir do momento em que o meu tio vende a maioria, eu vendo também a minha minoria, não ia ficar lá pendurado, pois aquilo foi vendido a um grupo económico.

Como fica a sua relação com Marcelo Caetano depois de apresentar o projeto de lei de imprensa, em conjunto com Sá Carneiro?

Foi piorando. Eu lembro-me que quando houve a venda do *Diário Popular*, o meu tio entendeu, e eu estive de acordo, que devíamos ir, formalmente, dar conhecimento ao professor Marcelo Caetano que isso ia acontecer. Fomos, mas a reação foi bastante seca, a conversa e a audiência foram bastante curtas também.

Ainda me lembro a última conversa que tive com ele em que lhe disse, “mas então o seu projeto de caminhar para uma solução do problema de África através de uma federação”, e ele respondeu “onde isso já vai”.

Portanto, pareceu-me uma pessoa que já estava derrotada, que já não conseguia lutar, e portanto irritado com pessoas como eu, que tinha tido confiança e que para ele estávamos a trair essa confiança. Não entendeu que estávamos a ser coerentes com os termos em que tínhamos aceitado.

De que forma é que começa a idealizar o projeto *Expresso*?

Beneficiando do que tinha aprendido inspirei-me no modelo anglo-saxónico dos jornais de qualidade de domingo, o *Sunday Times* e o *Observer*. Criei o projeto todo, página a página, o que nós chamávamos de mono, e depois comecei a tentar arranjar acionistas e a tentar recrutar as pessoas que me pareciam mais indicadas para, jornalisticamente, concretizarem esse projeto.

Durante o ano de 1972, eu maturo e desenvolvo o projeto. A ideia era, a censura está menos forte do que no tempo de Salazar, isso era verdade, há que reconhecer isso em Marcelo Caetano, por outro lado nós víamos que os nossos discursos na Assembleia, em termos gerais, a imprensa e a rádio podiam divulgá-los, embora houvesse exceções e tenha havido cortes de discursos nossos apesar dessa regra geral, e com a nova lei de imprensa, que não foi a nossa, claro, foi uma proposta de lei do Governo, que foi apresentada um pouco para contrariar a nossa, tornou-se mais fácil criar meios de comunicação, até porque até ai o diretor tinha de ser aprovado pelo governo, e deixou de ser.

Eu fiz umas sondagens, a ver como é que o poder político reagiria, não foram muito positivas pois devo dizer, mas entendi que valia a pena arriscar.

Houve na altura pessoas que não acreditaram no projeto *Expresso*?

Houve, até amigos meus que eu convidei, e que continuam muito meus amigos, mas alguns ainda se arrependem, porque os acionistas iniciais fizeram um ótimo negócio.

Porquê?

Achavam que não havia hipótese, ou que a censura ia dar cabo do projeto, ou que o País não estava preparado para um tipo de jornalismo completamente diferente, que foi aquele que nós tentámos e acho que conseguimos fazer.

Ou porque talvez não quisessem ficar associados a uma coisa que pudesse ser interpretado contra os poderes estabelecidos, porque tinham os seus interesses, as suas profissões, estavam ligados aos grupos económicos, outros ao poder político.

Quais as principais inovações que o *Expresso* trouxe à imprensa portuguesa, inspiradas no modelo jornalístico inglês?

Eu acho que foi um muito maior rigor, quer na separação entre notícia e opinião, quer na própria redação das notícias, em termos gerais.

Depois, desde a introdução das sondagens de opinião, que começou logo no primeiro número, que não eram frequentes, até uma parte que é a parte económica e financeira, que praticamente não existia. A vida empresarial, notícias sobre as empresas, notícias sobre a situação financeira, quer macro quer o mercado de ações, por exemplo, isso tudo foi novidade.

No lado cultural fomos buscar pessoas muito ligadas talvez à oposição. E, por outro lado, a chamada Ala Liberal tinha adquirido já bastante prestígio e o *Expresso* beneficia disso, aparece um pouco como uma terceira via.

Não aparecia ligado a nenhum grupo económico, porque naquela fase os grupos económicos compraram o *Diário Popular*, o *Século*. E também naquela altura tínhamos muita gente em África e, ao princípio, vendíamos cerca de 15 mil exemplares entre Angola e Moçambique, tínhamos um público fiel entre os portugueses que estavam lá, por causa do serviço militar ou por outras razões.

Também consegui que os escritores conhecidos escrevessem um conto inédito por semana, primeiro foi o José Rodrigues Miguéis, que estava nos Estados Unidos e que sofria imenso para que cá chegasse.

O Visto de Sá Carneiro, que foi massacrado pela censura, a tal ponto que quis desistir, lá consegui convencê-lo a fazer uma coisa rotativa, uma vez era ele, uma vez eu, outras vezes o Magalhães Mota e o Miller Guerra, e aí ele ficou mais folgado, já não tinha de escrever todas as semanas, a pensar que a censura ia cortar. Também acho que arrisquei bastante como diretor não mandando coisas à censura.

Como é que o *Expresso* lidava com os cortes do Exame Prévio?

Aquilo também era um bocado por fases, ao princípio tinha de mandar o que entendesse que devia mandar, e eu entendia que não devia mandar praticamente nada, ou então mandava coisas que sabia que não tinha qualquer problema.

Depois tivemos um castigo e tivemos de começar a mandar tudo, até as soluções das palavras cruzadas. No fim estávamos com castigos de provas de página, tínhamos de mandar as páginas inteiras, o que logisticamente era uma confusão.

Se não chegasse o 25 de Abril eu acho que nós estávamos condenados a desaparecer, porque cada vez o jornal fechava mais tarde, era distribuído mais tarde, havia muitos postos de venda que ao sábado à tarde não estavam abertos, não havia as áreas de serviço das bombas de gasolina nem os supermercados, onde hoje em dia vendemos muito, e por isso caminhávamos para uma destruição, lenta possivelmente.

O próprio título *Expresso* é influência das publicações estrangeiras?

Era um nome de jornal, havia o *Expressen* na Suécia, havia o *Daily Express* em Inglaterra. Fizemos uma sondagem perguntando o que lhe faz lembrar o título *Expresso*, as pessoas diziam que era um comboio. Não gostaram, mas eu mantive.

Como é que define cada um dos cadernos que compunham o jornal?

No primeiro tinha tudo aquilo que era política nacional, internacional, economia e opinião, e o segundo era um pouco o papel que preenche hoje em dia a Revista e o Atual, portanto temas mais intemporais, mais em profundidade, entrevistas por vezes, mesas redondas, e a parte de cultura.

Como é que foi feita a escolha dos jornalistas de redação?

Fui buscar o Augusto de Carvalho, que era chefe de redação da *Vida Mundial*, era uma revista que pertencia ao grupo do *Século*, entretanto comprado, e que tinha tido um momento bastante bom, mais nos princípios do Caetanismo, um pouco no formato das *news magazines*.

O Augusto de Carvalho tinha uma outra vantagem, é de que conhecendo muito bem Moçambique tinha boas relações com os movimentos de libertação, não apenas de Moçambique mas depois também as outras ex-colónias, e isso também foi uma novidade do *Expresso*. Essa então mais massacrada ainda pela censura, a área noticiosa e de opinião que eles estavam mais atentos e cortavam mais, mas isso foi muito útil, quer antes do 25 de Abril quer depois.

Tinha descoberto um jovem chamado Marcelo Rebelo de Sousa, que tinha 20 e poucos anos, e que eu tinha convidado para ser uma espécie de gestor. Trazia muita notícia, o pai

dele era ministro, era uma pessoa inteligente e que acabou por ser encarreirado para a análise política, que é outra novidade do *Expresso*. Também foi uma boa aquisição.

Depois fui buscar algumas pessoas mais novas, que eu tinha conhecido no *Diário Popular*, num curso que organizei lá para candidatos ao jornalismo, e fui buscar também algumas pessoas que me foram recomendadas pelo próprio Augusto de Carvalho, que eu não conhecia mas que confiei na escolha.

Na parte económica não fui buscar jornalistas, fui buscar dois jovens, um acabado de licenciar e outro quase licenciado, o António Patrício Gouveia e o Fernando Ulrich. Ao fim de um tempo vieram dizer que não chegava e que estavam dispostos a baixar o ordenado para podermos recrutar mais duas pessoas, que eles próprios recomendaram, a Madalena Martins e a Margarida Jonet, e eram esses quatro jovens que faziam a tal, muito inovadora, área da economia, finanças e empresas. Éramos muito poucos, acho que ao todo, com a telefonista, eramos 15 ou 16 ao princípio.

Perante o problema da censura teve dificuldades em lidar com os jornalistas?

Sobretudo a não desanimar, mas isso faz parte da liderança manter a equipa motivada, mas uma boa parte daquelas pessoas já tinha experiência de outros locais de trabalho e sabiam como era a censura.

Há sempre, e mesmo sem censura, pessoas que desanimam com mais facilidade e pessoas que são mais lutadoras, é preciso aproveitar a boa onda dos mais lutadores para tentar que os outros sejam contagiados.

Como é que foi viver o 25 de Abril e pensar numa imprensa livre?

Foi ótimo, aquele dia foi maravilhoso. Depois no dia 26 houve que refazer o jornal, não embandeirámos muito em arco, porque não se percebia bem o que ia acontecer, mas embandeirámos o suficiente.

Acho que o *Expresso* teve um papel importante, e continua a ter, é de longe a melhor publicação em Portugal, e isso é uma coisa de que me orgulho.

Anexo 2 - Joaquim Letria - 27 de Março de 2014

Como surgiu o seu interesse pelo jornalismo?

Desde miúdo, o gosto pelas histórias do Tintim, o *Flash Gordon*, aquelas figuras da banda desenhada que me atraíam muito e depois a própria profissão em si, o poder dar voz a quem não tinha voz, ajudar os mais fracos.

E depois um livro que contribuiu muito para a decisão que foi o *Pão da Mentira*, de Horace McCoy, um livro que é indispensável, acho eu, para quem quer seguir esta profissão, e isso foi o que cimentou o meu desejo de um dia ser jornalista. E depois tive muita sorte e muita persistência.

Como se processou a sua entrada no *Diário de Lisboa*?

Foi indo lá todos os dias durante mais de dois meses até conseguir falar com o Dr. Mário Neves, que era o diretor-adjunto, não foi fácil. Consegui entrar a trabalhar na redação, mas a fazer as férias dos outros, a ajudar quem precisava de ajuda, havia pouca gente portanto fiz de tudo, era o sempre em pé e fazia tudo, e sempre a querer fazer e a aprender, e fui ficando e foram-me dando que fazer. O *Diário de Lisboa* foi uma boa escola para mim, mas a grande escola foi a *Associated Press* (AP), que ainda hoje é talvez a maior agência do mundo, e ensina muito.

Trabalhou simultaneamente no jornal e na agência de notícias?

Sim, trabalhei simultaneamente e depois só na AP, e trabalhei em todo o mundo, na América Latina, nos Estados Unidos, Extremo Oriente, guerras, paz, tudo, depois regressava e trabalhava no *Diário de Lisboa*, escrevia na *Flama*, fazia coisas que me davam muito prazer aqui.

Isto era um microclima, digamos, mas era muito divertido e muito interessante, e os jornalistas que havia também eram muito interessantes, e portanto conseguia-se fazer isso.

Até porque era hábito o jornalista ter mais que um emprego?

Era, ganhava-se tão pouco que tinha-se que ter mais que um emprego. Eu houve uma fase em que por necessidade, não era por diletantismo, mas por necessidade, trabalhava de manhã no *Diário de Lisboa*, das oito da manhã à uma da tarde, cinco horas, porque o Sindicato obrigava a cinco horas de trabalho consecutivo, ou seis alternadas. Depois, saía

à uma para almoçar e entrava na *Associated Press*, no escritório de Lisboa, e tinha ainda um contracto com a *Flama*, onde fazia uma história por semana para a capa, entrevista normalmente. E depois à noite, das sete às duas da manhã, trabalhava na Rádio Clube Português.

E como caracteriza, nessa altura, o panorama da imprensa em Portugal?

A censura viveu-se sempre, mas também não se viveu tanto como aí alguns antifascistas de serviço querem fazer crer, não era tão dramático como hoje a pintam. Era muito chato, naturalmente, mas a censura era feita por militares, iguais aos militares que fizeram Abril. Havia um contacto quase diário, passávamos a vida a negociar e a discutir com eles, e não era agradável. O *Diário Popular* e o *Diário de Notícias* não tinham este problema, tinham uma administração que não queria perder tempo, tinham de apanhar comboios e, portanto, faziam um produto que não incomodasse a censura, porque a censura atrasava o jornal. Os politicamente mais conscientes eram quem chateava os censores.

Quando foi para a BBC foi uma forma de fugir à censura?

Não, não foi, mentiria se dissesse que sim. Eu vou para a BBC porque, em primeiro lugar, ganhei um concurso, depois pelo que a BBC era e principalmente porque viver em Londres não é o mesmo que viver em Lisboa. Depois voltei porque houve o 25 de Abril, senão não tinha voltado, e às vezes ainda me interrogo para que é que voltei.

Em Londres acaba por conjugar o trabalho com o estudo. Sentiu necessidade de possuir mais habilitações, uma vez que em Portugal ainda não havia nenhum curso na área?

Em Portugal não havia ensino de comunicação. Em Londres havia essa possibilidade, foi por isso que fui para a London School, mas não foi por sentir essa necessidade, nem por a BBC obrigar, pelo contrário, a BBC simpaticamente até me facilitava a vida para eu poder frequentar essas aulas, e entendeu perfeitamente que eu quisesse, e achava que fazia muito bem.

Como é que surge o convite para se tornar colaborador do *Expresso*?

Eu ouvi falar no *Expresso* numa altura, suponho, em que ninguém ainda, ou muito pouca gente, tinha ouvido falar. O *Expresso* era um sonho do Dr. Balsemão, ele era um administrador do *Diário Popular*, e tinha de facto este sonho de ter um jornal jovem, ele

próprio era um jovem nessa altura. Ele dava muito um exemplo, que eram os jornais dominicais ingleses, e eu penso que é um pouco por aí que eu vou parar a este meio.

O Dr. Balsemão tinha uma ideia muito definida, queria um *broadsheet*, muito parecido como o *Sunday Times*, o *Observer*, os ingleses.

E depois descobriram que havia um tipo, que pelo meu percurso na AP, os contactos em Londres e o conhecimento do meio jornalístico, podia ajudar a pôr o jornal de alguma maneira em pé.

Nisto tudo há um grupo de jornalistas indispensáveis, e, há um que muito ajudou a fazer-se o jornal, que foi o Augusto de Carvalho, para mim a grande pedra de arranque do jornal.

Depois o jornal começa a criar e a ter gente fantástica, Marcelo Rebelo de Sousa, é uma pedra angular naquilo tudo, pela maneira como fazia o jornal e como fazia política, pela inteligência, bom gosto, era um tipo fantástico.

E como era trabalhar em simultâneo para a *BBC* e para o *Expresso*?

Eu era um privilegiado, vivia em Londres, pagavam-me para fazer uma coisa de que gostava, além da *BBC* que me dava muito prazer, falava com Lisboa quase todos os dias, encomendavam-me coisas, que eu mandava pela *Western Union*, nesse tempo era complicado as transmissões, de resto era um marquês.

O *Expresso* tinha um poder que hoje é difícil de imaginar. Ao sábado eu acordava cedo para ir comprar o jornal, e muita gente, porque o *Expresso* trazia coisas que mais ninguém trazia, e notícias, coisas muito bem-feitas, era um jornal fantástico.

O jornal discutia comigo e dizia o que é que queria, eu propunha também coisas de lá, portanto era uma relação completamente aberta e recíproca, eles pediam às vezes coisas com incidência nacional. Estou a lembrar-me, por exemplo, uma vez que o ministro da Educação, Veiga Simão, foi a Inglaterra e pediram-me para descobri-lo e entrevistá-lo. Pensei que era ridículo um tipo que vive em Londres ir a correr atrás de um português que está lá dois dias, numa reunião, mas a verdade é que as pessoas lá fora abriam-se mais, falavam mais do que aqui, aqui ficavam mais na retranca.

O Dr. Francisco Pinto Balsemão afirmou já por diversas vezes que se não fosse o 25 de Abril o *Expresso* teria provavelmente acabado. Partilha desta opinião?

Bem, se não fosse o 25 de Abril não tinha tido também as aflições que teve a seguir, eu diria que são as duas, embora ele saiba melhor do que eu.

Eu penso que o regime não aguentava o *Expresso*, nem a atitude do jornal para com o regime, isso não há dúvida nenhuma, era um jornal agressivo, moderno, que incomodava muito o regime.

Houve alturas em que isso teve muito perto de acontecer, eu por exemplo estou em Londres quando é a visita do Marcelo Caetano, a seguir aos massacres de Wiriamu, e via a relação difícil com os jornalistas portugueses em Londres, entre os quais o *Expresso*, não era nada fácil.

Anexo 3 - José Pedro Castanheira – 27 de Março de 2014

Qual o contexto em que surge o *Expresso*?

A história do *Expresso* está muito ligada à Ala Liberal. É um conjunto de deputados que tinham sido eleitos nas listas do partido da União Nacional, e que ficaram profundamente desiludidos com as promessas liberalizantes de Marcelo Caetano.

Foram progressivamente entrando em choque, até que se deu a rutura em 1973, quando o Sá Carneiro abandona a Assembleia, acompanhado de resto pelo Pinto Balsemão. E a rutura dá-se devido ao problema colonial da guerra, e também à questão da própria essência do regime, a sua progressiva democratização e o acesso a um conjunto de liberdades e direitos fundamentais que não existiam, uma vez que a Constituição de 1933 as tinha impedido.

O grupo de deputados toma consciência que não havia consenso possível, daí a ideia que foi aparecendo de criação de um movimento político alternativo, uma chamada terceira via.

Percebeu-se também que seria importante ter um órgão de informação que fosse, por um lado, porta-voz das suas preocupações, mas que tentasse romper o manto do silêncio que pairava sobre a Comunicação Social, e tentar fazer uma informação mais aberta, mais «livre». Portanto esse projeto começa a surgir em 1971/1972, sobretudo na cabeça de Pinto Balsemão, e com uma grande presença da Ala Liberal.

De quem é que Pinto Balsemão se rodeia para por em prática este projeto?

Balsemão tinha uma experiência muito grande acumulada no *Diário Popular*, tinha tido um convívio muito grande com uma jovem geração de jornalistas, quase todos eles de esquerda e alguns deles até de extrema-esquerda que tinham sido formados nos anos de 1960 no *Diário Popular*, com quem ele lidava e convivia.

Portanto percebeu claramente a importância de trazer para a redação do seu semanário um grupo de jornalistas jovens, aguerridos, militantes até, do ponto de vista jornalístico e não político, e de composição plural. Isso está muito patente nos critérios de seleção da redação, há gente de vários quadrantes, não é uma redação monocolor, de direita, de maneira nenhuma, há gente que mais tarde ia aparecer ligada ao MRPP, há gente que foi convidada por exemplo ligada ao PC, e isso não é inocente por parte do Balsemão.

Mas porquê dar essa abertura a todos os partidos políticos?

É a noção que ele tem que o pluralismo faz-se não apenas de um naipe de colaboradores na área da opinião mas também se faz na própria redação, e que é enriquecedor sob todos os pontos de vista ter gente com pensamentos vários a fazer o jornal, e isso é muito interessante.

Ele imprimiu uma direção muito vincada, com os seus próprios colaboradores, foi escolher depois mais tarde o Marcelo Rebelo de Sousa que é um homem filho de um então ministro, com imensa importância na fase final do regime, Baltazar Rebelo de Sousa, que tinha sido ministro das Corporações e a partir de finais de 1973 passa a ser ministro do Ultramar, que é de facto uma pasta extremamente importante.

O Marcelo, que era um homem muito ligado ao Marcelo Caetano, de convivência muito frequente com ele e com uma rede de contactos muito vasta dentro do regime, é uma espécie de *enfant terrible* do marcelismo, e que vai ter de facto uma grande importância na página dois, que ele começa a marcar progressivamente como uma página de análise, que depois vai desenvolvendo ao longo dos anos.

Mas de início o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa era o elemento de ligação entre o jornal e o Exame Prévio.

De facto tem também esse papel. É um homem que, até pelo facto de ser quem é, filho de quem é, e com as ligações fáceis que tem dentro do regime, é colocado como elo de contacto com a censura, na altura chamada de Exame Prévio.

Portanto, é ele que lida com o diretor da censura, o Mário Bento Soares, no sentido de convencê-lo a levantar cortes, a ser mais flexível. O Marcelo é extremamente hábil nessa matéria, persuasivo, é uma pessoa cativante e sedutora e foi encarregue dessa missão.

Porque é que Mário Bento Soares afirmava que o *Expresso* era uma dor de cabeça?

Por um lado era um jornal que cedo se implantou com uma grande tiragem e com um número de leitores muito apreciável, com grande impacto na opinião pública, e depois era um jornal que vinha do interior do regime, sobre o qual era preciso estar especialmente atento.

Os outros jornais da oposição estavam muito marcados e limitados, caso do *República*, muito ligado à oposição socialista, mas que era sistematicamente fustigado pela censura e portanto estava muito circunscrito a uma faixa de leitores, nunca conseguiu dar verdadeiramente o salto para ser um grande vespertino. O *Diário de Lisboa* também tinha

alguma importância, mas o *Expresso* aparece do interior do regime, com uma nova linguagem e gera-se uma enorme expectativa à sua volta.

É um jornal que é apoiado claramente por todos os sectores do regime que estão descontentes, que percebem que o regime tem de dar o salto, qualquer que ele seja, tem que abrir porque sem essa abertura Portugal continuará limitado e subdesenvolvido, atrasado, não poderá nunca aderir à Europa, na altura o projeto europeu já estava claramente em andamento e todos esses sectores europeístas que eram cada vez mais importantes percebiam que a entrada na Europa era fundamental para o futuro do País mas que implicava uma série de opções no plano interno e no plano externo.

No plano externo em relação à guerra e no plano interno isso implicava a liberalização do regime, o acesso à democracia, e toda essa gente aposta claramente no *Expresso*, que passa a ser uma espécie de porta-voz.

De certa forma o *Expresso* acaba então por contribuir para a democratização do País.

Completamente. O *Expresso* é uma espécie de ponto de confluência de muitos interesses, desde essas faixas mais modernas, mais europeístas do interior do regime ou até das faixas da oposição católica, socialista e até comunista que percebiam que era um aliado, no sentido de liberalização, da abertura do regime.

Portanto, o *Expresso* serve como uma espécie de plataforma onde está muita gente interessada em colaborar, às vezes de uma forma conflituosa, naturalmente, mas isso é muito flagrante e o Balsemão tem esse grande mérito, de ter criado um jornal com essa projeção, dimensão e essa ambição.

Em que aspetos o *Expresso* constituiu uma mudança no panorama da imprensa nacional?

O *Expresso* foi influenciado pelos modelos dos jornais ingleses de domingo, o *Sunday Times* e o *Observer*. O Balsemão é um homem que tem contactos internacionais já nessa altura, e portanto consegue ter contacto com os jornais semelhantes ingleses, e tenta introduzir em Portugal um novo modelo de jornalismo que não existia cá, que é de um grande semanário de formação.

Havia algumas revistas, a *Flama*, o *Século Ilustrado*, a *Vida Mundial*, mas que eram revistas mais inspiradas no *L'Express* por exemplo, ou então no *Paris Match*, que teve muita importância nos anos de 1960, dando grande destaque à imagem e à fotografia.

Mas um jornal com uma informação atualizada, refletida, aprofundada, contextualizada, dando lugar à interpretação, começa a aparecer através do *Expresso*. Portanto há uma inovação substancial que o *Expresso* traz e que faz parte do seu ADN, que ainda hoje se mantêm, no essencial, com altos e baixos. Consegue ser um bom diário de sábado, aliado a uma revista de informação mais aprofundada, mais investigada, com atenção ao que se passava no plano internacional, com uma grande atenção à parte económica, e aí também o *Expresso* inova, claramente.

Começa a apostar muito na informação económica e também na área cultural, com uma rede muito grande de colaboradores nessa área, e isso é muito interessante ver que o *Expresso*, desse ponto de vista, inova e passa a ser, num único produto, um jornal que dá informação muito variada e com qualidade e isso é francamente inegável.

Enquanto jornalista do diário *A Luta*, que opinião tinha sobre o *Expresso*?

O *Expresso* era um concorrente e, como concorrente, era visto com uma certa desconfiança, sobretudo porque tem um papel muito importante sobretudo em 1975, que é o da resistência, também contra as tentações totalitárias que a certa altura apareceram em Portugal. E continuou a ser um baluarte de resistência, de luta pelas liberdades essenciais, pela liberdade de informação e expressão, isso é absolutamente inegável, é um capital enorme que o jornal teve.

Depois de estabilizada a situação política em Portugal, depois do 25 de Novembro e sobretudo no ano de 1976, há uma espécie de estabilização, de descompressão e aparecem novos jornais, sobretudo novos semanários, com modelos jornalísticos mais ou menos semelhantes ao *Expresso*, como por exemplo *O Tempo*, mas sobretudo *O Jornal*.

Nessa altura o *Expresso* perde claramente a importância que tinha tido e passa a ser um jornal muito ligado ao PPD. Isso é a pior fase do jornal, do ponto de vista das tiragens, da sua credibilidade e da sua qualidade jornalística.

Depois há um golpe de aso dentro do *Expresso* que é perceber que tem que ganhar um estatuto de independência em relação ao poder político e tem que inovar no plano jornalístico, e para que isso aconteça há uma pessoa vital, o Vicente Jorge Silva, que revoluciona completamente o jornal com a criação da revista.

O jornal começa a ganhar dimensão, a ter novos cadernos, o que atrai obviamente novos públicos, novos anunciantes e começa a ter uma grande dimensão. Isso só é possível com uma administração que percebe que essa é uma aposta estratégica decisiva e que aposta nessa evolução, e também com uma direção que a promove, evidentemente.

E qual a sua opinião relativamente aos jornalistas do *Expresso*?

A minha ideia é de que era uma redação muito pequena, à volta de 10 a 12 pessoas, muitos colaboradores, mas por exemplo no campo da cultura isso é flagrantíssimo. As revistas do *Expresso* de 1973 e 1974 contêm nomes de uma qualidade incrível, passa a ser o ponto de encontro de gente da literatura, das artes plásticas, do cinema, do teatro, da arquitetura, da pintura, gente com enorme qualidade que passa a escrever como críticos ou colaboradores, e isso é impressionante, a nata intelectual.

Na área da opinião mais política, e não esquecendo que havia censura, colaboram no jornal nomes como Mário Soares, a maior parte dos seus artigos acabaram por ser censurados, toda a Ala Liberal, Jorge Sampaio, Maria de Lurdes Pintassilgo, portanto há uma quantidade de quadros que viriam a ser deputados ou ministros depois do 25 de Abril, era realmente uma tribuna, é muito impressionante o leque de pessoas que passaram pelo *Expresso* como colaboradores.

E foram essas pessoas que o Exam Prévio pretendeu calar?

Claro, muitos deles colaboradores na página de opinião. A página de opinião era fustigadíssima, todas as semanas tinha variadíssimos cortes.

Mais do que a página de cultura?

É diferente, na página de cultura dá-se por exemplo o *ranking* dos livros mais vendidos na quinzena, e há censura sobre isso, o que é uma coisa absolutamente surpreendente. Mas havia também censura sobre textos de opinião, crítica literária, na página de opinião, página oito, o editorial, os artigos e muitas vezes um *cartoon*. O Sam, que era o principal cartoonista, é dos autores mais castigados, só num número elenquei sete *cartoons* que foram cortados pela censura, só para uma edição.

De facto nós vemos um leque de gente de enorme qualidade, sobretudo *à posteriori*, quando olhamos para aquilo com os olhos de quem acompanhou a política e a vida nacional percebe que naquela página de opinião passou a nata da intelectualidade portuguesa, e isso é espantoso. É um mérito inacreditável do Balsemão, de ter aberto, desafiado e proposto, não se limitou a receber, a iniciativa é dele, e isso é de facto fantástico.

A propósito do seu livro, *O que a Censura Cortou*, esta era já uma área que lhe interessava?

O Balsemão tinha guardado pastas de arquivo da censura, infelizmente desapareceu uma, que é aquela que do ponto de vista histórico é capaz de ser a mais importante, que é dos últimos dois meses. Alguém roubou aquela pasta que incide sobre os meses de Fevereiro, Março e Abril de 1974, a antevéspera do 25 de Abril, e que inclui acontecimentos decisivos, como o livro do Spínola, *Portugal e o Futuro*, o golpe das Caldas de 16 de Março, toda a conspiração dos capitães.

Foi nesse sentido que apareceu esse meu livro. Hoje em dia sou uma espécie de especialista no *Expresso*, mas só porque tive essa oportunidade de ter acesso a essa documentação, em conjunto com as conversas que fui tendo com o Balsemão, o Marcelo, e o último censor.

O Dr. Francisco Pinto Balsemão afirmou já por diversas vezes que se não fosse o 25 de Abril o *Expresso* teria provavelmente acabado. Partilha dessa opinião?

É a tese que ele defende e provavelmente com razão, porque a partir de certa altura as relações do regime com o *Expresso* azedaram verdadeiramente.

As instruções foram claras no sentido de acentuar e apertar a grelha de leitura do *Expresso*, que passou a ser muito mais castigado, começou a ser alvo de uma segunda censura, que é a censura de página, a própria paginação começou a ser fiscalizada e isso traduziu-se em crescentes atrasos na produção do jornal.

O jornal não tinha uma tipografia própria, nunca teve, era cliente de gráficas que tinham a sua lista de clientes, que tinham os seus horários de entrada e de produção do jornal nas rotativas e, portanto, se o jornal se atrasava na entrega do produto final para entrar na rotativa eram atrasos em cadeia.

Havendo atrasos cada vez maiores da censura, porventura de uma forma deliberada sabe-se lá, é apenas uma interpretação minha, o jornal saía das máquinas com atrasos cada vez maiores e portanto havia pontos do país que só recebiam o *Expresso* ao domingo. As vendas começaram a baixar, baixando também a publicidade, e eu acho que havia também uma pressão junto dos anunciantes para que deixassem de publicitar no *Expresso*, pelo menos é essa a suspeita de que havia.

E depois há um problema anímico, há um cansaço que se começa a acumular na administração, na redação. Estas coisas aguentam-se durante algum tempo mas também

dá a sensação de que estamos a lutar contra uma parede de betão e que é difícil destruí-la.

Começava a haver de facto uma certa desilusão, um empobrecimento de meios e isso leva o Balsemão a admitir que de facto, e há toque de correspondência em que o Balsemão fala desse risco, de que o *Expresso* está a atravessar um momento difícil, e que se isto continua assim não sei se vamos ter condições de continuar.

Anexo 4 - Mestre Luís Ribeiro – 20 de Maio de 2014

Como é que começou a trabalhar no *Expresso*?

Eu dava aulas na Escola António Arroio, era mestre de oficina litográfica, do curso de desenhador litógrafo, e foi através do professor Vítor da Silva, ele é que foi convidado para fazer o projeto, e entretanto convidou-me para participar.

Os meus antecedentes profissionais são de nível litógrafo, ou seja, nós reproduzíamos o trabalho, por exemplo, um criativo fazia uma embalagem, um cartaz, o que fosse, e nós reproduzíamos na pedra esse desenho, separando as cores.

Portanto foi uma profissão que existiu, hoje substituída pela fotografia, que faz a seleção fotográfica. Depois, foi na Escola António Arroio que acabei essa ligação à litografia, como mestre de oficina, e inseri-me no *Expresso*, e nunca mais o abandonei.

O projeto em si é apresentado ao professor Vítor da Silva, e eu participo naquilo que ele precisava que eu ajudasse. Integrei-me no sistema de paginação, que era o modelo que ele concedeu. Ele limitou-se a fazer o projeto e depois acabou o trabalho dele. Portanto tornei-me residente, depois entrei para o quadro e comecei a trabalhar, e foram 30 anos até atingir a idade da reforma.

Como era o grafismo inicial do jornal?

Há uma diferença substancial entre o *Expresso* e aquilo que se fazia, se pegar na coleção dos jornais daquela época, o *Século*, o *Diário de Notícias*, é visível. O *Expresso* não é um original em termos de grafismo, porque é inspirado também em jornais ingleses, como o jornal *Sunday Times*, e é inspirado não só no tipo de letra de tituleira, que é o *times*, mas também na forma de estruturar as notícias, e a diferença está aí.

Essa diferença tinha a ver com o sistema como era feito o jornal, porque os jornais eram feitos tipograficamente e o *Expresso* nunca foi feito assim, porque já nasceu com um conceito diferente, não usa a tipografia. Ou seja, o jornal utiliza já o novo sistema de reprodução, de composição que é o atual, não exatamente, porque agora é com computadores.

Para lhe dar uma ideia era assim, nós começávamos a fazer o jornal na Renascença Gráfica, que era proprietária do *Diário de Lisboa*, e então eu, como gráfico, e o chefe de redação, ou responsável que acompanhava o fecho do jornal, não tínhamos acesso a entrar na oficina. O que nos era dado era uma folha de papel, onde eles montavam o jornal segundo a maquete, e era num guichet que agente recebia.

Criou também o logótipo do jornal?

Não criei mas redesenhei. O desenho veio de uma agência de publicidade, e foi-me pedido pelo Vítor da Silva, porque neste tempo para fazer qualquer coisa era desenhado à mão, a tinta-da-china, e foi o que eu fiz. Portanto, não foi reproduzir a letra que me deram porque eu achei que a letra não tinha densidade, aliás eu tenho o original dessa altura, o original que me foi entregue mas não servia para reproduzir, era apenas uma espécie de esboço, era preciso fazer aquilo com rigor e a tinta-da-china, e foi o meu trabalho nessa altura do logótipo.

Como era trabalhar com os jornalistas do *Expresso*?

Era um número reduzido de pessoas, mas mesmo que não fosse era a mesma coisa, tenho muito boas recordações de todos eles. Por exemplo o Patrício Gouveia era uma relação impressionante, estou a vê-lo, tinha cabelo louro e um bigode farfalhado, e a forma como ele falava comigo e o riso dele, foi um homem de uma grande simpatia comigo. Confiavam naquilo que eu estava a fazer, respeitavam-me muito.

Outro indivíduo, o Fernando Ulrich, que era também um jovem nessa altura, fazia parte da equipa do Patrício Gouveia, cada vez que me via na rua, depois já de ter saído, fazia uma grande festa, “o mestre para aqui, mestre para ali”. Essa coisa do mestre vinha da António Arroio, que era lá mestre, e o dr. Balsemão passou a chamar-me mestre e assim ficou.

Tive muita proximidade com o Augusto de Carvalho, depois da saída do dr. Balsemão para o Governo, ele chegou a ser diretor interino, comandava as operações e tínhamos uma relação muito forte, ele confiava muito em mim, tivemos relações e experiências que lhe poderia contar uma muito interessante.

Conte então.

É uma das coisas mais marcantes do período da censura. O jornal era montado numa folha de cartolina, papel grosso e resistente, com tiras de folhas coladas com cera quente, e penso que este episódio se deu quando o general Spínola escreve o livro *Portugal e o Futuro*.

E na tarja que eu faço, tarja é aquela chamada em cima para os artigos interiores, faço uma composição em que uso a palavra Spínola. Para a censura aquilo era impensável mas no momento eles só controlavam os artigos, a paginação não controlavam.

Nós fazíamos o jornal na Calçada do Congro, a censura era no Bairro Alto portanto, relativamente perto, quando saiu o jornal sentiram que não controlaram essa edição, e então obrigaram a levar a primeira página da próxima edição para eles verem.

Metemos a página no porta-bagagem, no carro do Augusto de Carvalho, e fomos os três, eu, ele e a mulher levar ao Bairro Alto, por não terem controlado a edição anterior, porque a tarja era provocatória.

Há ainda um outro episódio. Numa edição, havia um artigo que falava de Salazar e outro, ao lado, sobre eucaliptos, mas os censores não permitiam a fotografia de Salazar e, à última hora, antes de fechar o jornal, tivemos que ir a uma enciclopédia buscar um eucalipto para substituir a foto de Salazar

O período mais difícil do jornal, no seu caso concreto, foi quando foram submetidos às provas de página?

Houve ali um período em que eles apertaram o cerco e, eu recordo-me do dr. Balsemão dizer-me “mestre, vá pensando nos seus desenhos porque não sei se agente vai aguentar isto”. Isto antes do 25 de Abril, mas o dr. Balsemão sentia que estava a apertar e que as dificuldades eram cada vez maiores, apesar de o marcelismo dar esperanças numa abertura.

Anexo 5 - João Bosco Mota Amaral – 5 de Maio de 2014

Como é que surgiu a oportunidade de fazer parte das listas da União Nacional?

Esse começo está ligado à expectativa que se gerou em Portugal com a saída de cena de Salazar. A chegada ao poder de Marcelo Caetano abriu de facto algumas perspectivas, não durou muito tempo esta Primavera Marcelista mas faz compreender como é que aparecem em cena pessoas de outras origens.

O Marcelo Caetano interessou-se em trazer pessoas que não eram propriamente das fileiras do regime, e que viessem assim introduzir um novo fôlego para ajudar a resolver os problemas que o País tinha. É assim que aparece aquele conjunto dos deputados chamados liberais. São convidados com a expressa condição de não serem membros da União Nacional, do partido único que se manteve ao longo do período de Salazar, apesar de não se chamar partido único, e com propósitos democratizantes.

No seu caso o convite surgiu da parte de quem?

O convite veio da Comissão Distrital da União Nacional de Ponta Delgada, na altura presidida pelo dr. Luís Sequeira de Medeiros, mas foi uma decisão do coletivo, da Comissão Distrital. Convidam-me porque eu tinha começado a aparecer, lá no meio açoriano, mais concretamente na ilha de São Miguel.

Tinha-me licenciado pouco tempo antes, estava começando a iniciar a minha carreira de advogado e interessava-me por questões políticas. Trabalhei numa revista, aqui em Lisboa, chamada *Rumo*, que já não existe, naquela altura era chefe de redação e escrevia nessa revista, e fiquei com o gosto de escrever para o público, para ser lido.

Tinha muitos colegas de liceu, amigos desses tempos de juventude, familiares, tinha ali uma rede de contactos e depois eu tinha sido aqui aluno de Marcelo Caetano, como a maior parte dos liberais, e ele era de facto um grande professor, um verdadeiro mestre. Além disso, eu fiz estágio no escritório dele, e criei assim uma certa proximidade.

A chegada dele ao cargo do então Presidente do Conselho de Ministros, era assim que se chamava na altura, também deu essa expectativa, mantinha contactos, conhecia as inquietações e as preocupações dele, os problemas sobre os quais se podia conversar e daí, possivelmente, surgiu esse convite.

Há semelhança do que aconteceu no círculo do Porto, também o círculo de Ponta Delgada tinha uma declaração de princípios como condição para aceitar a candidatura?

Também nos Açores tenho essa responsabilidade, juntamente com os meus colegas de lista, o Teodoro Sousa Pedro e o Deodato Magalhães. Publicámos um manifesto no qual se incluía a necessidade de reformas democráticas para que Portugal pudesse sair do impasse em que se encontrava, relativamente aos problemas de desenvolvimento e aos problemas políticos, de maneira que se incluía neste pensamento a abolição da censura, o direito de liberdade, a liberdade de reunião, a liberdade de associação, portanto todo o panorama das reclamações de democratização da república.

Quais os princípios base da génese da Ala Liberal?

Quando chegamos aqui à Assembleia Nacional, depois das eleições de 1969, a maior parte não nos conhecíamos. Começámos portanto a conviver e a colaborar uns com os outros, havia a princípio um elemento que polarizava esta colaboração que era o Melo e Castro, que era o Presidente Executivo da União Nacional, mas morreu e saiu de cena. Ficámos então de alguma forma beneficiados com isso, porque perdeu-se uma ligação institucional à União Nacional, passámos a funcionar à nossa conta.

E então o que é que nos fazia convergir? O propósito de uma democratização do País e de uma arrancada no seu desenvolvimento económico, daí as iniciativas que aqui foram apresentadas em diversos campos.

Um dos elementos que considerávamos prioritários era a integração europeia, a aproximação de Portugal à Europa. Naquela altura a simples utilização do autocolante no automóvel com o símbolo Europa Unida, E.U., e as bandeiras dos países europeus era considerado uma coisa subversiva, isso no período de Salazar.

«Portugal não é um país europeu, e tende cada vez mais a ser cada vez menos», era um dos *slogans* do regime salazarista.

Portanto como as nossas propostas tinham de ser clarificadas apresentámos um projeto de revisão constitucional, em 1970, reproduzido por Francisco Sá Carneiro e eu.

O projeto da revisão constitucional foi o exemplo máximo das iniciativas liberais?

Esse projeto de revisão constitucional continha a democratização de Portugal, as liberdades cívicas fundamentais, o retorno à eleição presidencial por estado direto, tinha

sido eliminado depois do salto da candidatura do general Humberto Delgado em 1958, e o aumento dos poderes da Assembleia Nacional, órgão parlamentar com base eleitoral. O regime reagiu impedindo que esse projeto fosse discutido na especialidade, o que levou a um afastamento das pessoas a que a prazo saíram os liberais, mas não saíram de cena, saíram da Assembleia, porque o trabalho que desenvolveu teve um grande eco no País, apesar da filtragem da comunicação social e da censura.

Acreditava, de início, que Marcelo Caetano pretendia fazer uma transição para a democracia?

Talvez. Dava uma hipótese, se ele se apoiasse no nosso lado e se encontrando depois outros ecos poderia levar as coisas por diante. Contudo, vejamos uma coisa, o Marcelo Caetano não era um democrata, não acreditava na democracia.

O homem tinha feito o seu percurso e a sua formação política nos anos 20 e 30, numa altura em que a democracia estava em crise e os regimes autoritários é que apareciam sendo a solução, para fazer frente à ameaça do colonialismo.

A democracia para ele era um fantasma, um pesadelo do período da I República, instabilidade governativa, desordem nas ruas, caos financeiro, para o qual depois veio o Salazar por ordem na casa.

A prova está feita agora no período posterior, de que a democracia pode funcionar, pode haver pluralismo político, pode haver liberdade, pode haver eleições, aquele argumento de que os portugueses não estão preparados para a democracia é um argumento falso.

Julgo que o nosso contributo para a instauração no País do regime de liberdade e democracia foi significativo, outros deram outros contributos, os que andaram nas prisões políticas, os que foram torturados e mortos.

Acredita que o Marcelo Caetano, com o passar dos anos, tornou-se uma pessoa diferente, com outros ideais?

Sim, acho ele foi-se aquistando. Julgo que isso resultou de perceber o beco em que se encontrava o problema da guerra colonial. O erro terrível, na minha opinião, foi não se ter preparado a evolução natural para a independência dos territórios africanos mais cedo. Era preciso fazer algumas coisas mas não queria fazê-las, então que venha outro fazê-las, é esta a razão pela qual quando sai o livro do Spínola vai demitir-se.

Mas é engraçado porque o Marcelo, no domingo anterior ao 25 de Abril, foi ao estádio do Sporting ver um jogo de futebol e foi aclamado pela multidão, hoje em dia duvido que

algum outro responsável político se atreva a ir a qualquer estádio e a anunciar “eu estou aqui”.

Contudo, isso não impediu que cinco dias depois ele fosse levado dentro de uma chaimite, com as pessoas aos berros contra ele, no Largo do Carmo, portanto o poder passa.

A reeleição de Américo Tomás como candidato às presidenciais foi o ponto de rutura entre Governo e Ala Liberal?

Sim, percebeu-se que não tinha salvação possível, mas o ponto de rutura começou com a revisão constitucional, depois foi manter a plataforma que tínhamos para tornar conhecido os nossos pontos de vista e de alguma forma agudizar as contradições do regime, mostrando que o regime estava bloqueado.

Ainda houve diligências para ver se o Spínola se candidatava, mas ele não quis também e portanto a eleição do Tomás foi uma coisa um pouco abstrusa, houve votos negativos, houve alguns que não vieram sequer à votação, como o Balsemão que entrou depois de já ter acabado a contagem.

Como caracteriza o panorama da imprensa nacional até ao 25 de Abril?

Saía na imprensa o que a censura autorizasse que saísse e o que ela não autorizava não saía. O *Expresso* foi uma pedrada no charco.

Mas havia jornais que procuravam uma atitude independente perante o poder, o *Diário de Lisboa*, o *República* e, havia claro, os eufóricos do regime, o *Diário da Manhã*, o jornal *Monárquico*.

Em geral a imprensa era pobre e condicionada pela censura, isso é que é a grande verdade, que marca a imprensa em Portugal desde o 28 de Maio até ao 25 de Abril.

Como é que lhe foi apresentado o projeto *Expresso*?

O *Expresso* surgiu nas conversas do Francisco Balsemão, ele era um jornalista de origem, e sempre foi um indivíduo com a paixão dos jornais. A ideia de fazer um jornal e de um tipo especial, de um semanário que fosse um jornal mais refletido. Foi uma ideia acarinhada por ele e que sempre teve da nossa parte o maior estímulo. Desde logo fiquei comissionado para ser o correspondente dos Açores.

Saiu para a rua a 6 de Janeiro de 1973, um ano antes do 25 de Abril, ainda antes das eleições, estavam os liberais aqui dentro ainda, mas o Sá Carneiro sai logo em Fevereiro de 1973, e os outros saem no final da sessão legislativa em Outubro, e saem porque este

eco que encontrámos na opinião pública teve tradução em duas instituições importantes, uma a SEDES, e outra, o *Expresso*.

Eu fiquei aqui por causa dos Açores, achei que valia a pena continuar como deputado eleito, como independente, nas eleições de 1973, o resto foi quase tudo embora.

O *Expresso* iniciou um trabalho extremamente importante, encontrando um grande eco na sociedade portuguesa, tornou-se de facto obrigatório entre a gente da minha geração a leitura do jornal. Ainda hoje assim é, porque faz parte do sábado ler o *Expresso*, compramos o jornal dentro do saco de plástico sem sequer saber o que tem na capa.

Uma das grandes provas de qualidade do jornal é que ele não se confinou aos entusiastas do período da fundação mas continuou a ser um jornal vivo, muito atrativo entre as gerações mais novas.

Tinha de facto uma grande instituição.

Passou então a ser o correspondente dos Açores?

Era o correspondente dos Açores, daí a trazer as notícias para cá, foi um período muito divertido. Naquela altura as comunicações eram muito difíceis, os telefones funcionavam mal, eram automáticos.

Portanto tinha lá umas pessoas com quem ia falando e uns amigos que me enviavam umas notas por escrito, que eu recebia na sexta-feira, por avião, e depois tentava compor a minha crónica que mandava para o jornal e ia entregar muitas vezes à sexta-feira ao fim da tarde, já metida à pressa mas lá eles publicavam. E de maneira que era uma festa lá nos Açores, até por causa do mistério de quem era o correspondente, que foi mantido em segredo durante anos.

Porque assinava com o pseudónimo J. Soares Botelho?

Não me parecia muito adequado sendo deputado, tendo uma função pública, ser ao mesmo tempo correspondente. Se fosse para ter uma coluna de opinião isso era outra coisa, mas não foi isso que aconteceu, até porque na altura não me interessava. Mas ter uma colaboração deste género interessava-me, e agitava aqui, perante a opinião pública nacional, questões de interesse para os Açores.

Era portanto um instrumento da minha grande prioridade, que era tornar os Açores conhecidos e promover condições para que os Açores pudessem dar o salto qualitativo nas condições de vida das suas populações, que eram muito precárias naquela altura.

Tudo isso ajudou a criar o clima favorável que, depois com o 25 de Abril e a Constituição, nos levou à criação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e depois a todo o processo democrático, o processo de desenvolvimento posterior.

Acredita, tal como o dr. Balsemão, que se não tivesse havido o 25 de Abril o *Expresso* teria provavelmente acabado?

Tem razão, ele é que sabe as agruras por que passava e, aqueles castigos que lhes impunham, de prova de página, tinham grandes prejuízos nas vendas. O Balsemão tinha um fôlego para negociar o *Expresso*, mas não para o manter indefinidamente, a certa altura aquilo ia colapsar, e não seria o primeiro jornal que colapsava por incómodo para o regime. O *Expresso* foi um salto do 25 de Abril e de liberdade em Portugal.

Anexo 6 - Grelha de análise: Frequência por categoria e hierarquia

Expresso - Categorias – Tipologia

TIPOLOGIA	TEMA										TOTAL	
	Sociedade	Educação	Saúde	Justiça	Religião	Política	Cultura	Internacional	Economia	Desporto		
Manchete	Count	9	8	2	7	3	19	0	8	12	1	69
	%	13,0%	11,6%	2,9%	10,1%	4,3%	27,5%	0,0%	11,6%	17,4%	1,4%	100,0%
Título	Count	33	11	5	4	7	65	18	29	25	1	198
	%	16,7%	5,6%	2,5%	2,0%	3,5%	32,8%	9,1%	14,6%	12,6%	0,5%	100,0%
Chamada	Count	130	40	18	55	12	115	14	77	93	17	571
	%	22,8%	7,0%	3,2%	9,6%	2,1%	20,1%	2,5%	13,5%	16,3%	3,0%	100,0%
											838	

